

Nº 02 • Dezembro de 2025

planejamento e futuro

Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento



ESTADOS EM DESTAQUE

Planejando e construindo o desenvolvimento sustentável
com inovação e investimentos estratégicos

ARTIGO SIMONE TEBET

Estratégia, cooperação e transparência para transformar metas em resultados que melhorem a vida das pessoas



ARTIGO FABRÍCIO MARQUES

Como os governos estaduais voltaram a liderar a retomada dos investimentos públicos



Transforme planos em resultados



O software de **governança** que possibilita uma abordagem sistemática do seu **planejamento estratégico, gestão de projetos e indicadores.**

"Através dessa poderosa ferramenta, as nossas decisões são cada vez mais assertivas. Com o Target, conseguimos acompanhar nossas metas, nossos pontos de balanço e controle e fazer que tenhamos uma gestão cada vez mais moderna."



Fábio Mitidieri
Governador do Estado de Sergipe

"A Plataforma Target foi essencial para integrar dados de 17 sistemas do Estado, qualificando informações e permitindo o monitoramento de políticas públicas. Com isso, otimizamos recursos, melhoramos a gestão e entregamos serviços de maior qualidade à população."



Matheus Martins
Assessor Especial da Casa Civil do
Governo do Estado da Bahia

PRESIDENTE

Fabício Marques Santos

Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e
Desenvolvimento Regional de Pernambuco

VICE-PRESIDÊNCIA

Beatriz Basílio Mendes

Secretária de Estado de Planejamento,
Orçamento e Gestão de Rondônia

Washington Luís de Sousa Bonfim

Secretário de Estado de Planejamento do Piauí

MEMBROS

Ricardo Brandão dos Santos (*Acre*)

Paula Cintra Dantas (*Alagoas*)

Carlos Michel Fonseca (*Amapá*)

Serafim Fernandes Corrêa (*Amazonas*)

Cláudio Ramos Peixoto (*Bahia*)

Alexandre Sobreira Cialdini (*Ceará*)

Daniel Izaías (*Distrito Federal*)

Álvaro Duboc (*Espírito Santo*)

Francisco Sérvulo Freire Nogueira (*Goiás*)

Vinicius Ferro Castro (*Maranhão*)

Basílio Bezerra Guimarães (*Mato Grosso*)

Rodrigo Perez Ramos (*Mato Grosso do Sul*)

Silvia Caroline Listgarten Dias (*Minas Gerais*)

Ivaldo Renaldo de Paula Ledo (*Pará*)

Gilmar Martins (*Paraíba*)

Ulisses de Jesus Maia Kotsifas (*Paraná*)

Adilson de Faria Maciel (*Rio de Janeiro*)

Maria Virgínia Ferreira Lopes (*Rio Grande do Norte*)

Danielle Calazans (*Rio Grande do Sul*)

Rafael Inácio de Fraia e Souza (*Roraima*)

Fabício Oliveira (*Santa Catarina*)

Samuel Kinoshita (*São Paulo*)

Júlio Filgueira (*Sergipe*)

Ronaldo Dimas Nogueira Pereira (*Tocantins*)

SECRETARIA EXECUTIVA

Sérgio de Figueiredo Silveira

Silvia Castro Souza Capelanes

ASSESSOR ESPECIAL

Francisco Alves de Amorim

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

Aurélio Camilo

REVISTA PLANEJAMENTO E FUTURO

COORDENADOR GERAL

Aurélio Camilo

PRODUÇÃO EDITORIAL

Francisco Alves de Amorim

Aurélio Camilo

Douglas Fernandes

APOIO

Sérgio de Figueiredo Silveira

PROJETO GRÁFICO / DIAGRAMAÇÃO

Elton Mark

REVISÃO

Carla Lisboa

<https://conseplan.org.br>

Instagram: @conseplan

LinkedIn: www.linkedin.com/company/conseplan/

As informações contidas nos textos são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

A Revista Planejamento e Futuro é uma publicação do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), elaborada pelos assessores de comunicação e imprensa das secretarias dos estados membros e produzida pela Assessoria de Comunicação do Conseplan em parceria com o Instituto de Políticas Públicas e Gestão do Desenvolvimento (IPGD).

EDITORIAL

A segunda edição da Revista Planejamento e Futuro (RPF) marca mais um passo importante na consolidação do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan) como espaço de reflexão, troca e construção coletiva. Esta revista segue firme no compromisso de fortalecer o diálogo federativo e valorizar o papel estratégico do planejamento público como instrumento essencial para o desenvolvimento do Brasil.

Este projeto reflete a essência do Conseplan: promover a integração e o diálogo entre todos os que planejam a gestão pública no país. A revista soma-se a um conjunto de iniciativas que fortalecem essa missão — como os fóruns realizados em parcerias com os estados, uma missão internacional, as atividades dos grupos de trabalho, entre outras ações colaborativas — todas guiadas por um mesmo propósito: fomentar a cooperação e o aprendizado mútuo.

Nesta edição, apresentamos um panorama rico e inspirador das boas práticas de planejamento dos 26 estados e do Distrito Federal, evidenciando a diversidade de soluções e o compromisso com o desenvolvimento sustentável e equilibrado do país.

Trazemos também uma matéria especial sobre a missão internacional do Conseplan em Pequim, China, que proporcionou uma valiosa troca de experiências sobre modelos de planejamento e inovação governamental.

Além disso, esta edição destaca os avanços e resultados concretos dos grupos de trabalho que vêm contribuindo fortemente com o debate público.

Com essas e outras contribuições, reafirmamos o papel da Revista Planejamento e Futuro como um instrumento que conecta gestores, técnicos e especialistas que acreditam no poder do planejamento como caminho para transformar realidades.

Confira a edição e boa leitura!

Fabício Marques Santos, presidente do Conseplan

SUMÁRIO

ARTIGO **SIMONE TEBET**

PLANEJAR É CUIDAR DO FUTURO: estratégia, cooperação e transparência para transformar metas em resultados que melhorem a vida das pessoas

04



MISSÃO INTERNACIONAL

Estados assumem protagonismo internacional em missão do Consepian à China

08



ESTADOS PLANEJAM O FUTURO DO PAÍS

34

ACRE

Seplan fortalece apoio a municípios do Acre na elaboração dos Planos Plurianuais

40

ALAGOAS

Alagoas incorpora política de avaliação e monitoramento em sua estrutura de governança

46

AMAPÁ

Zoneamento Ecológico-Econômico do Amapá: planejamento sustentável para o futuro da Amazônia

52

AMAZONAS

Amazonas lança 35º Anuário Estatístico em formato digital interativo

56

BAHIA

Planejamento de longo prazo: Bahia 2050 mobiliza mais de 50 mil pessoas em todos os municípios do estado

62

CEARÁ

Ceará leva clima e primeira infância para o PPA

68

DISTRITO FEDERAL

Planejamento que transforma: o modelo do DF em ação

72

ESPÍRITO SANTO

Responsabilidade fiscal vira crescimento no ES

78

GOIÁS

RUMO: a nova bússola da gestão estratégica do Governo de Goiás

84

MARANHÃO

Maranhão dá virada histórica e assume vice-liderança no *Ranking* de Competitividade

90

MATO GROSSO

Sicad: Mato Grosso economiza R\$ 83,1 mi e acelera reformas em prédios públicos

96

MATO GROSSO DO SUL

MS Ativo: o cidadão no foco da relação entre o estado e seus municípios

102

MINAS GERAIS

Governo de Minas Gerais consolida Orçamento Base Zero com economia de recursos e praticidade

106

PARÁ

Governo estadual consolida o planejamento estratégico e sustentável 'Pará 2025'

108

PARAÍBA

Paraíba mostra que sustentabilidade fiscal impulsiona progresso social

114

PARANÁ

Paraná lidera ações contra mudanças climáticas e fortalece economia verde

120

PERNAMBUCO

Caminhos da Gestão leva capacitação inédita aos servidores municipais de Pernambuco

126

PIAUÍ

Diálogos pelo Piauí: inovação e participação cidadã na definição de políticas públicas

130

RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro investe na cultura de planejamento e governança para maior efetividade das políticas públicas

136

RIO GRANDE DO NORTE

RN fortalece planejamento e cria índice inédito para avaliar resultados do PPA Participativo



Grupos de trabalho e Comissão de Comunicação do Consepplan entram em nova fase e entregam uma série de contribuições ao planejamento do país



16

142 RIO GRANDE DO SUL

Governo do RS aposta em tecnologia para transformar o atendimento ao cidadão com lançamento de assistente virtual



148 RONDÔNIA

Rondônia redesenha seu futuro com participação popular no PDES 2030

152 RORAIMA

Planejar, inovar e apresentar Roraima ao Brasil

156 SANTA CATARINA

Santa Catarina consolida liderança nacional em gestão e resultados públicos

164 SERGIPE

Sergipe reestrutura o futuro com a revisão dos territórios de planejamento e novos Planos de Desenvolvimento Regional

172 TOCANTINS

Governo do Tocantins reforça equilíbrio fiscal e avança em planejamento com base inédita das terras indígenas

ARTIGOS

29 Brasil 2050: Planejamento de Estado com articulação federativa, participação social e visão prospectiva

Virgínia de Ângelis
Fabiano Chaves
Leonardo Jordão

32 Inovações no 1º Ciclo de Gestão do PPA 2024-2027: um marco para o planejamento nacional

Virgínia de Ângelis
Estela Medeiros
Flávia Duarte

39 Desenvolvimento sustentável e desafios territoriais na Amazônia: a experiência do Acre

Ricardo Brandão dos Santos

45 Uso do PEMAPP como estratégia para a qualidade das políticas públicas em Alagoas

Paula Cintra Dantas

55 Planejamento de longo prazo para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

Serafim Fernandes Corrêa

61 Sistema de Avaliação de Políticas Públicas: um marco para a gestão estratégica na Bahia

Cláudio Peixoto

71 Equilíbrio fiscal para execução eficiente do PPA

Daniel Izaías de Carvalho

77 Plano ES 500 Anos: inovação e continuidade no planejamento de longo prazo do Espírito Santo

Andressa Pavão
Raphael Rodrigues

89 Qualidade da informação contábil: base para planejamento e resultados no Maranhão

Vinícius Ferro



95 Mato Grosso: como o credenciamento acelera obras e contribui com o crescimento econômico do estado

Basílio Bezerra



101 Da coleta de dados à inteligência governamental: desafios e avanços no Mato Grosso do Sul

Thaner Castro
Leandro Sauer

105 Monitoramento e avaliação em Minas Gerais: rumo a uma gestão pública baseada em evidências

Silvia Listgarten

113 Planejamento orçamentário, disciplina fiscal e progresso social: premissas e propósito

Gilmar Martins

119 Eficiência na gestão pública e no planejamento do Paraná

Ulisses Maia

124 Estados em movimento: protagonismo federativo no ciclo de expansão dos investimentos públicos

Fabício Marques

129 Democracia em expansão: a política interfederativa de participação social do Piauí

Washington Bonfim
Gabriela Celso
Raul Bonfim

135 Caderno de Objetos Financeiros: execução orçamentária mais célere e eficiente

Adilson Faria

141 O PPA Participativo e o fortalecimento da cultura de planejamento no RN

Virgínia Ferreira

147 Transformação digital com foco nas pessoas

Danielle Calazans

163 Santa Catarina cresce com planejamento

Fabício Oliveira

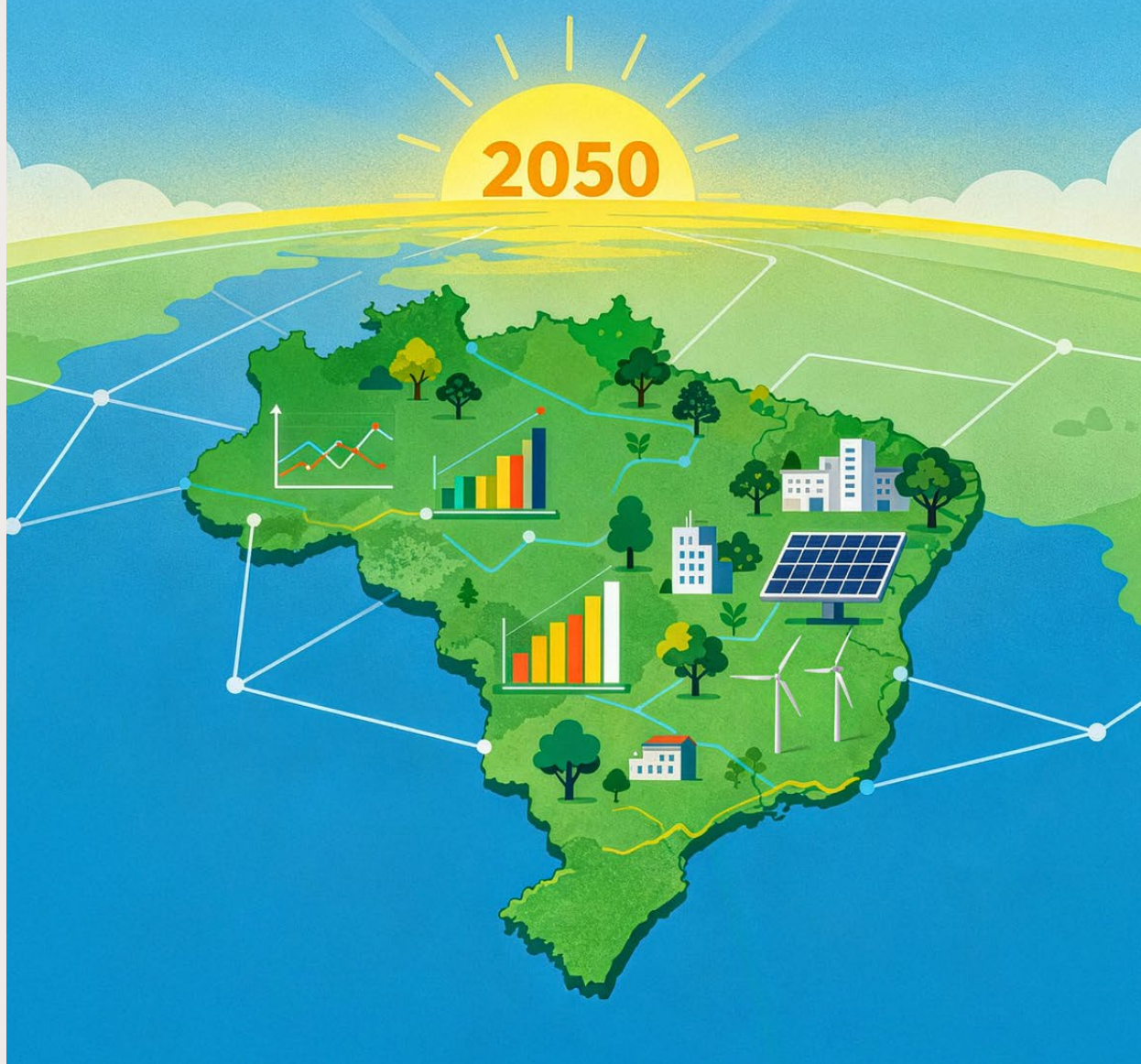
170 Rede Estadual de Planejamento e Orçamento: um avanço para a gestão estratégica em Sergipe

Julio Figueira



Planejar é cuidar do futuro

Estratégia, cooperação e transparência
para transformar metas em resultados
que melhorem a vida das pessoas



O Brasil retomou o caminho do planejamento com coragem, visão estratégica e um compromisso inabalável com a justiça social e ambiental. À frente do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), tive a honra de liderar uma equipe dedicada a recolocar o planejamento no centro das decisões públicas, entregando resultados concretos que fortalecem a capacidade do Estado brasileiro de enfrentar seus desafios e construir um futuro mais sustentável, inclusivo e próspero.

Entre os marcos de 2025, destaca-se a elaboração da **Estratégia Brasil 2050**, um verdadeiro plano de Estado voltado para o desenvolvimento nacional de longo prazo. A Estratégia, coordenada pela Secretaria Nacional de Planejamento do MPO, nasce como um instrumento de orientação, fruto da escuta e da participação de milhares de vozes — cidadãos, especialistas, gestores públicos, lideranças empresariais, representantes da sociedade civil e do meio acadêmico — que se uniram em torno de um propósito comum: traçar um futuro compartilhado para o país. A Estratégia Brasil 2050 transforma a visão de um Brasil desenvolvido, sustentável e equitativo em objetivos, metas e indicadores concretos a serem alcançados nas próximas décadas. Trata-se de um convite à construção coletiva de um país mais justo, resiliente e integrado para os próximos 25 anos, em cooperação com o trabalho do Conseplan, parceiro fundamental nessa jornada.

Outro avanço expressivo foi o das **Rotas de Integração Sul-Americanas**, iniciativa coordenada pelo MPO em parceria com estados e países vizinhos. As cinco rotas — Ilha das Guianas, Amazônica, Quadrante Rondon, Bioceânica de Capricórnio e Bioceânica do Sul — conectarão o Brasil ao Oceano Pacífico, impulsionando exportações sustentáveis, integração regional e desenvolvimento territorial equilibrado. O projeto abrange 190 obras de infraestrutura, mapeadas e integradas ao Novo PAC, e

busca, com o apoio de bancos multilaterais de desenvolvimento, viabilizar o financiamento internacional dessas intervenções. A Secretaria de Articulação Institucional do MPO desempenhou papel decisivo nessa agenda, fortalecendo o caráter federativo do projeto por meio de articulações com governos estaduais, eventos técnicos e visitas de campo, reforçando o diálogo entre as diversas esferas de governo.

No campo da **governança federativa**, o ano foi igualmente marcante. O 1º Congresso Conseplan reuniu mais de 1.200 participantes, entre gestores públicos, especialistas e pesquisadores, para debater e compartilhar experiências sobre avaliação de políticas públicas, planejamento territorial e inovação no orçamento público. Essa parceria foi essencial para fortalecer a institucionalização do planejamento de longo prazo como política de Estado, superando a descontinuidade entre governos. Em agosto, o grupo de trabalho estruturado no âmbito do Conselho apresentou um documento consolidado com propostas de regulamentação e aperfeiçoamento do planejamento estratégico nacional, reforçando o compromisso com a cooperação federativa.

Ainda neste ano, o MPO intensificou sua atuação junto aos municípios brasileiros, reafirmando o compromisso com o fortalecimento da gestão local e a construção de um planejamento público mais integrado e sustentável. Um dos momentos mais significativos desse esforço foi no “Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas”, realizado em Brasília, que reuniu mais de dois mil gestores municipais de todas as regiões do país. O evento se consolidou como um espaço de diálogo e cooperação entre os entes federativos, permitindo a troca de experiências e a disseminação de boas práticas de gestão.

Durante o encontro, a Secretaria Nacional de Planejamento do MPO lançou o Guia para Elaboração do PPA Municipal, instrumento prático voltado a apoiar as prefeituras na formulação de seus Planos

“A Estratégia Brasil 2050 transforma visão em objetivos, metas e indicadores para as próximas décadas”

Plurianuais, alinhando-os às diretrizes nacionais de desenvolvimento e promovendo maior coerência entre planejamento local e federal. Da mesma forma, foram realizadas oficinas temáticas sobre financiamento externo e avaliação de políticas públicas, coordenadas pela Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento e pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação, com o objetivo de capacitar gestores para acessar recursos, aprimorar o monitoramento de resultados e fortalecer a eficiência administrativa.

Ao longo do mesmo ano, a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) desempenhou papel decisivo na ampliação dos investimentos públicos subnacionais. Foram aprovados mais de R\$ 10 bilhões em projetos estaduais e municipais, com ênfase em iniciativas voltadas para a educação, a sustentabilidade ambiental, a agricultura familiar, as energias renováveis, o desenvolvimento urbano, a gestão hídrica, os transportes, a modernização da administração fiscal e a reestruturação de dívidas. Essas aprovações, distribuídas ao longo de três reuniões realizadas durante o ano, refletiram uma pauta fortemente orientada por critérios sociais, ambientais e de inovação.

Entre as novidades mais relevantes de 2025, destaca-se a contratação de crédito externo em moeda local, uma inovação que eliminou o risco cambial para estados e municípios, ampliando a segurança e a previsibilidade financeira dos entes subnacionais. Essa medida representa um avanço na governança do financiamento público, contribuindo para a sustentabilidade fiscal e fortalecendo a capacidade de investimento dos governos locais.

Com essas ações, o MPO reafirmou seu papel de indutor do desenvolvimento regional equilibrado, promotor da cooperação federativa e agente estratégico na construção de um Brasil mais integrado, sustentável e comprometido com o futuro.

A **modernização das finanças públicas** também foi uma prioridade em 2025. O MPO acompanhou de perto as discussões sobre a nova Lei de Finanças Públicas e os debates promovidos no Conseplan, reconhecendo a importância de atualizar o marco legal que orienta o ciclo orçamentário e a governança fiscal em todos os níveis da federação. Em tempos de desafios econômicos e sociais, reafirmamos que responsabilidade fiscal e justiça social não são opostos, mas complementares. Planejar é garantir que cada



Adalberto Marques/MGI

real do orçamento público seja aplicado com eficiência, transparência e foco em resultados concretos que melhorem a vida das pessoas.

Com base em **evidências e dados**, a Secretaria de Monitoramento e Avaliação apresentou o Relatório Biental 2023–2024, que analisou políticas nas áreas de meio ambiente, energia, inclusão digital, esporte e acesso à água, avaliando programas como o Fundo Clima, os Planos de Prevenção ao Desmatamento, o Wi-Fi Brasil, a Lei de Incentivo ao Esporte e a Operação Carro-Pipa. Além disso, o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) concluiu o ciclo avaliativo 2024–2025, apresentando ao Congresso Nacional um relatório com oito políticas avaliadas e 22 recomendações voltadas ao aprimoramento da efetividade governamental. Essas análises evidenciam avanços e também gargalos, reafirmando a importância de uma gestão pública orientada por evidências para otimizar recursos e ampliar os impactos positivos das ações do Estado.

A **transparência** foi outro pilar fundamental. O MPO aprimorou o Painel PPA Aberto, que passou a disponibilizar dados detalhados sobre a execução dos programas, metas e entregas do Plano Plurianual 2024–2027, além de evidenciar como as políticas públicas afetam diferentes segmentos sociais. Foi lançado também o **Portal MPO Transparente**, que reúne informações sobre planejamento, orçamento, financiamento externo, subsídios e precatórios, fortalecendo o controle social. Em junho, a Secretaria de Orçamento Federal publicou o **Orçamento Cidadão 2025**, documento que apresenta de forma clara e acessível as prioridades do PPA e explica o funcionamento do processo orçamentário, tornando o orçamento público mais compreensível e próximo da população.

O ano de 2025 também consolidou a **transversalidade e a territorialidade** como eixos estruturantes da ação pública. O MPO lançou seis Guias Práticos de Transversalidade nas Políticas Públicas, abordando

as agendas de Mulheres, Igualdade Racial, Crianças e Adolescentes, Meio Ambiente e Povos Indígenas, além de um guia geral sobre o conceito e a prática da transversalidade. Foram publicadas ainda as **Agendas Transversais Territoriais**, que integram os Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste como componentes estratégicos do PPA, oferecendo subsídios técnicos para gestores em todas as esferas da federação.

O ano de 2025 também marcou o protagonismo do Brasil na agenda climática internacional, especialmente durante a **COP30**, que serviu como

vitruve para nossas ações e compromissos ambientais. O MPO participou ativamente de eventos preparatórios,

promovendo *webinários* técnicos sobre financiamento externo voltado a políticas ambientais e apoiando gestores estaduais e municipais nesse campo. Durante o evento principal, temas como bioeconomia, transição energética e preservação da biodiversidade estiveram no centro das discussões, com atenção especial à Amazônia Legal, reafirmando o papel do Brasil como liderança global

na construção de um modelo de desenvolvimento verde e inclusivo.

Encerramos 2025 com a convicção de que o planejamento voltou a ocupar o papel de pilar do desenvolvimento nacional. Os resultados alcançados são fruto de diálogo, cooperação federativa, participação social e compromisso com o futuro. Em 2026, o Ministério do Planejamento e Orçamento seguirá com o mesmo espírito de inovação, responsabilidade e escuta ativa, consolidando as conquistas de 2025 e estruturando os mecanismos de governança e gestão para a implementação e continuidade da **Estratégia Brasil 2050**. O Brasil precisa — e merece — um planejamento à altura de seus desafios e de seu potencial, construído com visão de longo prazo, justiça social e sustentabilidade. ■

Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento

“Em Brasília, o Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas promoveu mais de 170 atividades para conectar municípios ao governo federal e fortalecer o pacto federativo.”

Estados assumem protagonismo internacional em missão do Conseplan à China

Delegação brasileira conheceu experiências de planejamento de longo prazo, combate à pobreza e transição tecnológica, o que fortaleceu o papel do Conseplan como articulador federativo e internacional



Comunicação/Conseplan

Entre os dias 27 e 31 de outubro, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan) realizou uma missão internacional em Pequim, na China. A agenda de trabalho trouxe o conhecimento de perto experiências bem-sucedidas de planejamento estratégico, plano de longo prazo, no qual o país é referência mundial, redução da pobreza e inovação. A missão também tratou sobre conectividade de infraestrutura e cooperação energética sob a iniciativa do Cinturão e Rota.

Frente ao estreitamento dos laços entre o Brasil e a China, o Conseplan identificou a necessidade de aproximar também os entes subnacionais brasileiros da potência asiática, organizando a missão em parceria com a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China (NDRC), órgão homólogo ao nosso Ministério do Planejamento, com apoio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da empresa Facilit Tecnologia.

O Secretário Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação de Sergipe, Júlio Filgueira, liderou a missão, que contou com a participação da secretária Nacional do Planejamento, Virgínia de Ângelis. Também integraram a comitiva: Rafael Abreu (Subsecretário de Planejamento e Orçamento – Rio de Janeiro), Dionísio Gomes (Secretário Adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão – Rio Grande do Norte), Delly Marques (Secretária Executiva de Gestão Interna – Alagoas), Sandra Dantas (Chefe de Gabinete da Seplag – Alagoas), Manoel Amorim (CEO da Facilit Tecnologia); os Secretários Executivos do Conseplan, Sérgio Figueiredo e Silvia Capelanes e o Assessor de Comunicação Aurélio Camilo.

“O Conseplan reafirma seu compromisso em fortalecer a coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal, reconhecendo que uma atuação articulada é essencial para aproveitar plenamente as oportunidades de cooperação e de investimentos estrangeiros, especialmente com a China. Essa é uma oportunidade histórica de renovação produtiva, internacionalização das economias regionais e ampliação das parcerias estratégicas



Comunicação/Conseplan

O Conseplan reafirma seu compromisso em fortalecer a coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal, reconhecendo que uma atuação articulada é essencial para aproveitar plenamente as oportunidades de cooperação e de investimentos estrangeiros, especialmente com a China”

Júlio Filgueira, secretário Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação de Sergipe e líder da missão

voltadas ao desenvolvimento sustentável, à inovação tecnológica e ao intercâmbio educacional e cultural”, declarou Júlio Filgueira. “Os estados que representamos, enquanto entes subnacionais comprometidos com o desenvolvimento equilibrado do país, estão determinados a avançar nesse processo, buscando consolidar laços institucionais, ampliar a cooperação econômica e fortalecer uma agenda permanente de colaboração com a China. Estamos preparados para receber investimentos chineses”, reiterou.

A programação teve início com o Seminário de Intercâmbio de Experiências na Área de Planejamento China-Brasil, realizado no edifício anexo da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (NDRC) — instituição responsável pelos planos quinquenais e pela coordenação macroeconômica do país. A comitiva brasileira foi recebida pelo vice-diretor do Departamento de Cooperação Internacional, Zhao Kun, pela diretora da Divisão das Américas e Oceania, Hu Fang; pela diretora do Departamento de Relações Internacionais, Bai Wei; além do embaixador João Guimarães e do primeiro-secretário, Thiago Osti.

Durante a abertura, a secretária Nacional do Planejamento, Virgínia de Ângelis, destacou o contexto de retomada do planejamento público no Brasil: “Desde 2023, o Brasil vive um processo profundo de reconstrução institucional do planejamento público, conduzido sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Com o compromisso de resgatar a capacidade do Estado de planejar o futuro, o governo devolveu ao planejamento o seu papel de eixo estruturante das políticas públicas”, destacou.

A secretária destacou que o Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 foi elaborado com ampla participação social, e, a Estratégia Brasil 2050, foi construída de forma colaborativa e orientada por uma visão de longo prazo que harmoniza desenvolvimento social, sustentabilidade ambiental e fortalecimento institucional.

Também ressaltou a importância da coordenação federativa no campo do planejamento. “Em um país continental como o Brasil, a articulação federativa é essencial, e o Conseplan tem papel central na integração entre União, estados e municípios. Essa coordenação também fortalece a cooperação internacional, especialmente com a China, país cuja experiência em planejamento de longo prazo, inovação tecnológica e transição energética oferece lições valiosas”, completou.



Comunicação/Conseplan

PLANEJAMENTO CHINÊS E VISÃO DE LONGO PRAZO

Em cerimônia de abertura na sede da NDRC, o vice-diretor do Departamento de Cooperação Internacional da NDRC, Zhao Kun, enfatizou a relevância do diálogo entre os dois países e apresentou uma visão abrangente sobre a cooperação sino-brasileira. Segundo ele, a cooperação entre o Brasil e a China vem se aprofundando continuamente, alcançando novos patamares de qualidade e ampliando-se em diversas áreas estratégicas. Iniciativas de intercâmbio como esta têm papel fundamental ao unir experiências e sabedoria, estimulando a inovação e o aprendizado mútuo entre nossos países.

“A China atribui grande importância à formulação e à execução dos planos quinquenais, que representam um instrumento essencial para o planejamento e a promoção do desenvolvimento sustentável. Acreditamos que o diálogo e a cooperação entre China e Brasil, com base no respeito mútuo, na complementaridade e na busca por desenvolvimento compartilhado, continuarão a trazer benefícios tangíveis para nossos povos e a contribuir de forma significativa para a prosperidade comum”, disse.

PLANOS QUINQUENAIS

Iniciando a parte técnica do seminário, os integrantes da missão participaram de um aprofundamento sobre a trajetória e os métodos do Planejamento Nacional de Desenvolvimento da China, com foco nos Planos Quinquenais, que se

tornaram modelo de referência internacional. O professor universitário Jiang Weihang apresentou uma linha do tempo mostrando como os planos quinquenais evoluíram para um instrumento sofisticado de coordenação estratégica de longo prazo. Ele analisou o 14º Plano Quinquenal (2021–2025) e adiantou alguns objetivos previstos para o 15º Plano, entre eles: sustentabilidade ambiental, respostas às mudanças climáticas, expansão tecnológica e de inovação, bem-estar social e a consolidação de um sistema de economia de mercado de alto nível.

“Os planos quinquenais funcionam como uma orientação panorâmica, a partir da qual são definidas metas setoriais específicas. A implementação não é apenas responsabilidade do governo, mas de toda a sociedade. O ponto de partida de todo esse trabalho é melhorar a vida do povo — por isso esperamos compartilhar com os brasileiros as melhores práticas chinesas no âmbito do planejamento”, explicou o professor. O debate também abordou a forma como a China, país de dimensões continentais, estrutura seus indicadores e mecanismos de acompanhamento de metas, permitindo mensurar o progresso das políticas públicas e ajustar estratégias. A partir dessa troca, os representantes brasileiros discutiram novas abordagens para os planejamentos de médio e longo prazo nos estados, inspiradas na experiência chinesa que podem ser aplicadas às realidades locais.

COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

No segundo dia, o seminário incluiu uma reunião de trabalho dedicada às políticas de longo prazo e à cooperação estratégica entre Brasil e China. Foram debatidos os processos de abertura

econômica chinesa, os resultados obtidos nas últimas décadas e as perspectivas da cooperação sino-latino-americana em infraestrutura, energia e desenvolvimento sustentável.

A professora do Departamento de Capital Estrangeiro e Investimento no Exterior, Zhao Kun destacou o interesse chinês em aprofundar as parcerias com o Brasil: “A China tem grande interesse em fortalecer políticas conjuntas, ampliar a coordenação colaborativa e compartilhar experiências de desenvolvimento.

A Iniciativa do Cinturão e Rota é um pilar dessa estratégia, promovendo o desenvolvimento econômico compartilhado e facilitando o fluxo de bens, capitais e pessoas entre os países participantes. Temos investido fortemente em ferrovias, portos, estradas e parques industriais, impulsionando a integração econômica e o crescimento sustentável em diversas regiões”, disse.

REDUÇÃO DA POBREZA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Na sequência, o seminário teve como foco o processo de redução da pobreza na China, tema conduzido pela professora Niu Xiaoshu, do Departamento de Revitalização Regional da NDRC. Ela apresentou as estratégias implementadas sob o sistema de economia planejada, destacando reformas agrárias, programas nacionais de médio e longo prazo voltados à segurança alimentar, e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social.

“A partir de um investimento da ordem de 1,6 trilhão de yuans ao longo de décadas (1,21 trilhão de reais), nossa nação construiu um modelo chinês de governança para a redução da pobreza, que oferece contribuições significativas para a causa global”, afirmou Niu Xiaoshu. As medidas resultaram em avanços econômicos e sociais expressivos, transformando regiões historicamente vulneráveis e promovendo uma nova cultura de autossuficiência e resiliência comunitária. A professora detalhou a “ádua jornada” de combate à pobreza e os mecanismos utilizados para rastrear, monitorar e prevenir a vulnerabilidade.

Comunicação/Conseplan



A experiência da China na redução da pobreza destaca-se por uma abordagem centrada nas pessoas e por políticas públicas coordenadas que colocam a erradicação da pobreza como prioridade nacional. O país adotou medidas práticas e realistas, promovendo o desenvolvimento econômico como principal meio de eliminar a pobreza. Essa estratégia integrou crescimento econômico, melhoria das condições de vida e fortalecimento das capacidades locais, permitindo que milhões de pessoas superassem a pobreza extrema nas últimas décadas.

Outro fator essencial foi o engajamento coletivo e a liderança das comunidades pobres, que desempenharam papel ativo na implementação das políticas. O governo chinês reuniu forças de diferentes setores — público, privado e social — para criar uma sinergia poderosa em prol da inclusão social. Essa combinação de planejamento centralizado, participação popular e ações locais eficazes consolidou a experiência chinesa como um modelo de referência mundial na luta contra a pobreza.



Comunicação/Conseplan

REUNIÃO NA EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM

No quarto dia da agenda, a comitiva do Conseplan foi recebida pelo Embaixador do Brasil na China, Marcos Galvão, na sede da Embaixada do Brasil em Pequim. Durante o encontro, o secretário Júlio Filgueira destacou a relevância da cooperação bilateral e defendeu a atuação dos estados brasileiros como protagonistas na atração de investimentos e no fortalecimento das cadeias produtivas regionais.

“O fortalecimento das relações internacionais deve ser uma agenda de todos os entes federativos, com os estados assumindo papel ativo na busca por inovação, sustentabilidade e crescimento econômico”, afirmou Filgueira.

Na ocasião, o Conseplan apresentou um panorama dos Grupos de Trabalho do Conselho e seus principais resultados, reforçando o papel da cooperação internacional como vetor de fortalecimento institucional e modernização das práticas de planejamento no Brasil.

“Os grupos de trabalho são pilares essenciais do Conseplan. Para além das possibilidades de parceria entre os estados, é importante que essa missão também traga oportunidades que atinjam diretamente o corpo técnico especializado das secretarias”, afirmou a secretária executiva do Conseplan, Silvia Capelanes.

O ministro-conselheiro João Guimarães; o primeiro-secretário Thiago Osti; e o segundo-secretário Jean Taruhn também acompanharam a agenda.



Comunicação/Conseplan

INOVAÇÃO E ECONOMIA DIGITAL

A missão realizou, no seu quarto dia, uma visita técnica ao Parque Industrial da Internet 3.0 de Zhongguancun, em Pequim — um dos mais importantes polos de inovação tecnológica e digital da China. Durante a visita, o diretor-geral Wang Lei apresentou as iniciativas do complexo, que reúne empresas,

centros de pesquisa e investidores dedicados ao desenvolvimento de soluções em inteligência artificial, realidade virtual, cidades inteligentes e economia digital.

O CEO da Facilit Tecnologia, Manoel Amorim, destacou a relevância da experiência: “O seminário foi muito gratificante e a visita ao Parque Industrial da Internet 3.0 nos permitiu conhecer a história, as empresas, cases de sucesso e oportunidades de cooperação. Os chineses se mostraram muito abertos a fazer novos negócios com os estados brasileiros”, afirmou.

“O nosso parque tem grande interesse em promover intercâmbios internacionais, pois acreditamos que a aplicação de tecnologias avançadas é, por natureza, transnacional. É necessário buscar, em diferentes países, as melhores oportunidades para a utilização dessas tecnologias. Por isso, damos muita importância à cooperação internacional”, acrescentou Wang Lei.

A secretária executiva de Gestão Interna de Alagoas, Delly Marques, destacou a importância da participação de Alagoas na missão e os benefícios do intercâmbio internacional. “A participação de Alagoas nesta missão reforça o compromisso do estado com a inovação, o desenvolvimento sustentável e a promoção de ações que visem a melhoria de vida dos alagoanos. Ao dialogar com um dos maiores polos econômicos e tecnológicos do mundo, ampliamos as possibilidades de atuação, apresentamos as potencialidades do estado, fortalecemos a competitividade regional e possibilitamos a troca de experiências e acesso a boas práticas que fazem da China uma das maiores potências mundiais”, destacou.

AMPLO DEBATE

O último dia da missão internacional em Pequim começou com uma sessão de discussão, na qual diversos representantes da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (NDRC) responderam e debateram uma série de perguntas



Comunicação/Conseplan

Com o compromisso de resgatar a capacidade do Estado de planejar o futuro, o governo devolveu ao planejamento o seu papel de eixo estruturante das políticas públicas”

Virgínia de Ângelis, secretária Nacional do Planejamento

levantadas pela delegação brasileira frente aos assuntos debatidos na semana. Na ocasião, representantes do órgão chinês também solicitaram informações relativas aos estados brasileiros e suas características socioeconômicas e geográficas, a fim de identificar áreas em que seja possível colaborar com os entes.

Sobre os planos quinquenais, o professor Jiang Weihang abordou a avaliação e a implementação dos planos, bem como o monitoramento de áreas prioritárias de investimento: ciência e tecnologia; qualidade do setor manufatureiro, como veículos de novas energias; infraestrutura — transporte, energia limpa, recursos hídricos —, além de agricultura e sustentabilidade.

Já a representante do Departamento de Alta Tecnologia, Wang Mingyue, falou sobre a importância da inovação. “A inovação científica é um aspecto fundamental no planejamento da China, ocupando um lugar de destaque no desenvolvimento regional e sendo a primeira força motriz para o progresso. Devemos promovê-la em todos os setores — não apenas na área tecnológica, mas também, e sobretudo, nos serviços públicos —, pois a inovação desempenha um papel essencial na elevação da produtividade”, sublinhou. A reunião também destacou iniciativas voltadas à transformação digital, à infraestrutura digital e a novos cenários de abrigo e gestão de dados.

“Vimos que um dos pontos centrais para o crescimento chinês é a importância dos planos quinquenais, os quais são fundamentais para definir metas estratégicas e garantir o desenvolvimento econômico sustentável. Esses planos foram essenciais na erradicação da pobreza. Além disso, a China tem se destacado no investimento na inovação, impulsionando a economia através de produtos de alto valor agregado. Essa estratégia não só fortalece a posição do país no mercado global, mas também incentiva a competitividade e o avanço tecnológico. Ver essas experiências in loco nos ajuda a trazer ideias valiosas para aplicar em nosso contexto, promovendo o crescimento robusto e inclusivo em nosso país”, avaliou o secretário executivo Sergio Figueiredo.

A diretora da Divisão das Américas e Oceania, Hu Fang, expressou gratidão pela jornada de cooperação de cinco dias entre China e Brasil. “Agradecemos a participação ativa de todos nestes dias enriquecedores. Vimos o entusiasmo de todos e o conteúdo apresentado, e isso é fundamental para seguirmos com nosso trabalho. Também desejamos sucesso à COP30, que será realizada no Brasil”, disse a diretora.

Também participaram do debate Lian Xijia (Promoção de Grandes Projetos), Li Xiaoyu (Investimentos Estrangeiros), Liu Zuchen (Desenvolvimento Regional), Wang Da (Departamento Social) e Wang Linlin (Cooperação Internacional). A comunidade chinesa sinalizou seu apoio aos brasileiros no

planejamento e na prospecção de parcerias entre a China e os estados brasileiros, assim como na realização de uma segunda edição do seminário na China.

“Essa missão foi extremamente importante porque, em primeiro lugar, reforçou o papel do Conseplan como elo entre as secretarias estaduais de Planejamento, promovendo uma integração que facilita nosso trabalho conjunto. Além disso, abordamos temas comuns a todas as secretarias do país — cada uma com suas especificidades, mas todas com potencial de aproveitar as oportunidades que surgem no dia a dia das visitas e dos diálogos internacionais. Visitar um país como a China, que possui uma trajetória de desenvolvimento com

CONVITE

A delegação brasileira aproveitou a oportunidade para convidar oficialmente a NDRC a proferir conferência no II Congresso Conseplan, que será realizado de 5 a 7 de maio de 2026, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), no Distrito Federal. O convite foi entregue em mãos ao diretor-geral Chen Shuai.

Gestores públicos (municipais, estaduais e federais), pesquisadores e profissionais de planejamento de todo o país se reunirão para debater o tema “Planejamento e Governança Federativa para o Desenvolvimento Nacional”. O evento contará com conferências, painéis temáticos, apresentações de artigos e cases estaduais e municipais, promovendo o diálogo e a inovação no planejamento público brasileiro.



Comunicação/Conseplan



Comunicação/Conseplan

muitos paralelos à do Brasil, também nos serve de inspiração. Acima de tudo, motiva-nos a construir um modelo próprio para o Brasil e para cada estado, tomando como referência experiências que já demonstraram sucesso”, ressaltou o secretário adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Norte, Dionísio Gomes.

RECONHECIMENTO

A última agenda da missão aconteceu na sede da NDRC, em Pequim, onde a delegação brasileira recebeu um certificado pela participação no seminário.

No discurso de encerramento, o diretor-geral Chen Shuai destacou a importância da cooperação entre Brasil e China. “A China e o Brasil possuem coisas em comum. No passado, mantivemos cooperação nos setores tradicionais, como energia elétrica e comércio de produtos agrícolas, mas também temos grande espaço de cooperação no desenvolvimento regional. Somos países enormes e cada região, cada estado, cada província, tem suas próprias condições. Portanto, devemos ampliar a nossa cooperação a nível subnacional. Por isso, nossa comissão está sempre à disposição para trabalhar em conjunto com o Ministério do Planejamento e Orçamento e com os estados, procurando o caminho de desenvolvimento que se adapte às nossas condições nacionais”, acrescentou.

O subsecretário de Planejamento e Orçamento do Rio de Janeiro, Rafael Abreu, fez um balanço

da experiência que teve na missão. “Tivemos uma oportunidade única para o aprendizado e para o fortalecimento da relação entre a China e os estados brasileiros, em articulação com o governo federal. Recebemos uma excelente acolhida pela equipe técnica da NDRC e aprofundamos nossa compreensão sobre os planos quinquenais chineses, a política de combate à pobreza e as possibilidades de investimento alinhadas às prioridades dos estados brasileiros. Pudemos constatar os desafios de coordenar o planejamento governamental a partir de aspectos tanto comuns quanto distintos entre Brasil e China, contribuindo para identificar os caminhos para o país que queremos construir”, frisou Rafael.

Já a chefe de gabinete da Seplag de Alagoas, Sandra Dantas, acrescentou o impacto da missão na projeção internacional do estado e na adaptação de estratégias chinesas de planejamento. “Nossa presença demonstra visão de futuro e coloca o Estado em posição de destaque no cenário internacional e permite que possamos levar para Alagoas as mundialmente reconhecidas estratégias de planejamento da China”, enfatizou.

Em seguida, Júlio Filgueira ressaltou o compromisso bilateral com o desenvolvimento econômico e social. “Brasil e China têm compromisso com seu povo, com a erradicação da pobreza, com o desenvolvimento econômico e com o desenvolvimento humano e social. E essa cooperação com os estados tem grande potencial, tanto público quanto privado”, finalizou. ■

Grupos de trabalho e Comissão de Comunicação do Conseplan entram em nova fase e entregam uma série de contribuições ao planejamento do país





Do documento para a institucionalização do planejamento nacional de longo prazo ao diagnóstico sobre os principais desafios enfrentados por cada secretaria, com foco na revisão de gastos. Do mapeamento da gestão de investimentos públicos no país ao desenvolvimento de termos de referência para contratação que servem como modelo para os estados e auxiliam no monitoramento, passando pela integração e consolidação da comunicação da instituição.

São apenas alguns dos exemplos de contribuições dos **Grupos de Trabalho de Investimentos Públicos, de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos, Monitoramento e Avaliação, de Planejamento de Longo Prazo e da Comissão de Comunicação do Conseplan.**

Confira a seguir um panorama sobre as atividades deles.

Um marco na gestão de investimentos públicos no Brasil

A Jornada do GTIP e do Conseplan rumo a uma GIP mais estratégica, sustentável e integrada

Em um movimento inédito e colaborativo, os estados brasileiros deram um passo decisivo rumo à modernização e padronização da Gestão de Investimentos Públicos (GIP). Desde a criação do Grupo de Trabalho de Investimentos Públicos (GTIP), em julho de 2023, sob a liderança do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan) e com o apoio do Banco Mundial, da Macroplan e dos

fundos de doação do Governo do Japão para Qualidade em Infraestrutura e Investimentos Públicos (QII – *Quality Infrastructure Investments*), os estados brasileiros vêm testemunhando uma articulação pioneira entre 25 das 27 unidades federativas para fortalecer práticas, aprimorar metodologias e incorporar a agenda climática na gestão dos investimentos públicos.



1. A CRIAÇÃO DO GRUPO E O PLANO DE AÇÃO: UM NOVO COMEÇO

O GTIP nasceu com a missão ambiciosa de unificar e qualificar as práticas de GIP nos estados, fomentando o intercâmbio de experiências, a construção de diagnósticos participativos e o desenvolvimento de diretrizes nacionais para uma gestão mais eficiente, transparente e sustentável.

Desde o início, foi elaborado um Plano de Ação estruturado, prevendo atividades integradas de diagnóstico, capacitação e formulação de guias técnicos — pilares fundamentais para impulsionar um ciclo de investimentos mais inteligente e estratégico.

2. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO E ATUALIZAÇÃO CONTÍNUA

O primeiro grande marco foi o diagnóstico participativo nacional, lançado em dezembro de 2023. Através de um questionário elaborado com base nas contribuições colhidas durante o primeiro workshop presencial em Recife (PE), o GTIP mapeou o estado da arte da gestão de investimentos públicos em 25 estados brasileiros.

O levantamento revelou avanços e desafios: baixo grau de coordenação institucional, carência de metodologias padronizadas, ausência de carreiras específicas para gestores de projetos e integração ainda tímida de critérios climáticos e ambientais. Em maio de 2024, foi publicado o relatório final, validado pelo Conseplan e utilizado como base para a formulação das Diretrizes de GIP.

Entre março e abril de 2025, o GTIP promoveu uma segunda rodada do diagnóstico, comparando

os avanços desde 2023. O novo levantamento apontou progressos importantes — como o aumento no número de estados com estruturas dedicadas à coordenação de GIP (de 36% para 48%) e o maior uso de bases de dados de projetos —, embora persistam desafios na avaliação prévia de projetos e na estruturação de carreiras para gestores.

3. FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES: FORMAÇÃO E TROCA DE CONHECIMENTO

O compromisso com o desenvolvimento de capacidades técnicas foi um dos pilares do trabalho. Foram organizados quatro workshops temáticos (entre maio e junho de 2024), com a participação de mais de 190 representantes de secretarias estaduais de planejamento, finanças, infraestrutura e saúde. Os encontros trataram de temas essenciais:

1. Pré-avaliação e metodologias aplicadas a investimentos públicos.
2. Orçamento de investimentos e planos plurianuais.
3. Governança e processos decisórios.
4. Integração de aspectos climáticos e ambientais nos investimentos.

Essas capacitações, realizadas de forma virtual e colaborativa, fortaleceram a compreensão dos conceitos de GIP e promoveram a harmonização de práticas entre os estados. Novas rodadas de formação estão previstas para 2025 e 2026, com foco em GIP Climática e Sustentável.



4. DIRETRIZES GIP: CONSTRUÇÃO COLETIVA E ENDOSSO NACIONAL

Com base nas evidências do diagnóstico e nas contribuições dos workshops, o GTIP elaborou o rascunho das Diretrizes de GIP, um documento de referência que consolida boas práticas e padrões de gestão. Essas diretrizes abrangem o ciclo completo de investimentos — desde a identificação e planejamento de projetos, passando por avaliação, orçamento, execução e monitoramento, até a avaliação de resultados e impactos.

A versão preliminar foi apresentada e endossada pelos Secretários de Estado de Planejamento durante a reunião do Conseplan em julho de 2024, marcando um consenso nacional em torno da modernização da gestão de investimentos.

5. CONGRESSO INTERNACIONAL CONSEPLAN: CONECTANDO EXPERIÊNCIAS

Outro destaque foi a realização do 1º Congresso Internacional Conseplan, que reuniu mais de 120 participantes entre representantes estaduais, especialistas internacionais e delegações estrangeiras. O evento abordou governança e sustentabilidade na gestão de investimentos, com uma sessão especial sobre a experiência do Japão em planejamento de investimentos públicos. O congresso reforçou a importância da cooperação internacional e inspirou a adoção de novas práticas e ferramentas no contexto dos estados brasileiros.

6. ARTICULAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL E PRÓXIMOS PASSOS

Em dezembro de 2024, ocorreu a primeira mesa redonda entre o GTIP e representantes do governo federal, em Brasília. O encontro buscou alinhar esforços e promover a integração entre os níveis federal e estadual na gestão de investimentos e na agenda climática. Entre as iniciativas debatidas, destacam-se:

- Criação de uma trilha de capacitação em GIP na ENAP.

- Expansão de planos nacionais para os estados, com o MIDR.
- Uso do portal SOURCE para registro e monitoramento de projetos.
- Cooperação com o MDIC na definição de critérios de sustentabilidade.
- Parceria para o Portal de Monitoramento de Investimentos.

O GTIP seguirá ativo em 2025, com novas rodadas de workshops, preparação de Diretrizes GIP Climáticas e uma estratégia de comunicação, incluindo a produção de guias, cartilhas e vídeos explicativos. ■

7. UM LEGADO DE COOPERAÇÃO E INOVAÇÃO

O trabalho do GTIP, do Conseplan, com o apoio do Banco Mundial, da Macroplan e dos fundos de doação do Governo do Japão (QII – Quality Infrastructure Investments), inaugura um novo capítulo na governança dos investimentos públicos nos estados brasileiros. Mais do que resultados técnicos, o processo consolidou um modelo colaborativo de formulação de políticas públicas, baseado em diagnóstico participativo, capacitação contínua e alinhamento federativo. Ao incorporar a dimensão climática e fortalecer a transparência e eficiência, o grupo pavimentou o caminho para investimentos mais inteligentes, resilientes e sustentáveis, capazes de responder aos desafios do século XXI.



GEPLAN em 2025: consolidação, cooperação e prioridades na gestão do planejamento e orçamento público

O Grupo de Trabalho avança em parceria com FGV e BID, fortalecendo a governança federativa e definindo uma agenda estratégica focada na revisão de gastos, controle de custos e transparência fiscal nos estados brasileiros



Ed Machado/Conseplan

■ **Adrienne Arruda e Kerle Dantas**
(Coordenadores do GEPLAN)

Se 2024 foi o ano da retomada, 2025 consolida-se como o período da organização e do fortalecimento do Grupo de Trabalho de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos (GEPLAN). Neste ano, o grupo avançou de forma consistente na execução do seu plano de ação, promovendo iniciativas estratégicas voltadas ao aprimoramento da governança e do planejamento público.

Além dos encontros presenciais realizados nos Fóruns do Conseplan, manteve-se uma agenda regular de reuniões virtuais, o que garantiu a participação efetiva dos estados em todas as etapas de debate e deliberação. Essa dinâmica reforçou o caráter colaborativo, participativo e federativo que orienta o GEPLAN, consolidando-o como um espaço de referência para o diálogo e a construção conjunta de soluções voltadas à gestão do planejamento e das finanças públicas no Brasil.

O ano também foi marcado por um avanço institucional relevante: a formalização de uma parceria permanente com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Essa cooperação soma-se à já consolidada parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que há anos apoia o GEPLAN e o Conseplan em suas iniciativas voltadas à modernização da gestão pública. Assim, a nova colaboração com a FGV vem fortalecer ainda mais essa rede de cooperação técnica, garantindo suporte qualificado e contínuo às ações em desenvolvimento.

Como primeira iniciativa conjunta da coordenação do GT, do BID e da FGV, foi elaborado e aplicado um questionário diagnóstico destinado às Secretarias Estaduais de Planejamento de todo o país. O instrumento, conduzido tecnicamente pela FGV com o apoio das demais instituições, teve como propósito identificar os principais desafios enfrentados por cada secretaria, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos problemas comuns e das especificidades que influenciam a atuação estratégica e orçamentária dos estados.

O levantamento, composto por 47 questões, abrangeu quatro dimensões estratégicas: Planejamento

e Políticas Públicas, Orçamento e Sustentabilidade Fiscal, Revisão de Gastos e Avaliação de Eficiência, e Governança e Integração. A adesão foi expressiva: 26 estados participaram, permitindo a construção de um panorama abrangente da realidade nacional.

Entre os resultados mais significativos, destacou-se a identificação de um Gap Nacional — uma fragilidade estrutural compartilhada por todos os estados participantes, especialmente na dimensão de Revisão de Gastos e Avaliação de Eficiência. As análises revelaram deficiências relevantes nos processos de análise e otimização das despesas públicas, com impacto direto sobre a eficiência da gestão orçamentária.

Com base nesse diagnóstico, foram definidos 12 produtos técnicos, organizados em três eixos estratégicos da gestão fiscal: controle de custos, planejamento integrado e transparência fiscal. A priorização desses produtos seguiu uma metodologia estruturada em três etapas, concebida para garantir clareza nas escolhas, reduzir vieses, legitimar decisões por meio da negociação e promover aprendizado conjunto entre os estados. Ao final do processo, chegou-se a um *ranking* consensual de prioridades, elegendo-se como foco central o desenvolvimento de uma metodologia de revisão de gastos e controle de custos, reconhecida como o produto mais crítico e estratégico para o fortalecimento da eficiência do gasto público.

Com a definição dessa agenda prioritária, foram estabelecidos os próximos passos da parceria. A FGV apresentará um plano de trabalho detalhado, com metodologia, cronograma e etapas de execução, a ser desenvolvido em regime de cooperação com os estados ao longo dos próximos 12 meses.

A consolidação dessa iniciativa representa um novo estágio na atuação do GEPLAN, que se afirma como um espaço de cooperação federativa e inovação em gestão pública. O esforço conjunto entre o Conseplan e seus parceiros fortalece a capacidade dos estados de aprimorar o planejamento e elevar a qualidade do gasto público, contribuindo para políticas mais efetivas, sustentáveis e orientadas a resultados para a sociedade. ■



GT M&A – São Luís

Fortalecimento da cultura de aprendizagem na gestão pública

A atuação do Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GT M&A) consolida avanços nos estados e amplia o uso de evidências para uma gestão orientada a resultados

As agendas de monitoramento e avaliação têm ganhado relevância na administração pública brasileira por seu papel em potencializar resultados na implementação das políticas públicas, especialmente em um contexto de revisão orçamentária. Para somar a esses esforços, o Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GT M&A) foi criado em julho de 2024, com o objetivo de fortalecer essas práticas nos estados, promovendo a aprendizagem baseada em evidências e o alinhamento das ações governamentais aos princípios de governança e gestão orientada para resultados.

Desde a sua criação, o GT consolidou as bases para o fortalecimento da pauta de monitoramento e avaliação nos estados. Assim, em 15 meses, o grupo estruturou uma linguagem comum sobre o tema por meio de encontros mensais, online e presenciais, que abordaram conceitos fundamentais e contaram com contribuições de especialistas nacionais e internacionais. Como resultado desse processo inicial, foi lançada uma publicação reunindo conceitos-chave, boas práticas e ferramentas de M&A. Em 2024, o foco esteve na consolidação da cultura de aprendizagem, incentivando o uso de informações sobre programas governamentais não apenas para controle



GT M&A – Vitória



GT M&A – Aracaju

ou prestação de contas, mas também como instrumento de reflexão e inovação na gestão pública.

Em 2025, o GT concentrou-se no desenvolvimento de competências para a gestão de avaliações, elaboração de termos de referência e consolidação das produções do grupo em um arquivo virtual que reúne atos normativos, leis estaduais, referências bibliográficas e trabalhos realizados pelos estados. Como resultado, os gestores passaram a dominar as etapas da gestão de avaliações e a dispor de ferramentas para criar termos de referência alinhados às demandas do campo. Até o momento, foram desenvolvidos seis termos de referência, que servem tanto para contratação quanto como modelo para outros estados. O intercâmbio de experiências entre os sistemas estaduais de M&A também possibilitou a construção de uma Teoria da Mudança, estabelecendo as bases para o desenvolvimento desses sistemas.

Olhando para o futuro, o GT avança no desenvolvimento de iniciativas de integração entre os diferentes grupos de trabalho do Conseplan, reconhecendo a interdependência de suas atuações no âmbito do PPA e de outras ferramentas de gestão, como a LDO e a LOA. Propõe, ainda, a criação de um espaço de diálogo inter-GTs na programação do Fórum do Conseplan. Para o encerramento do ano e em preparação para o próximo, o grupo pretende

Em 15 meses, o GT M&A consolidou uma linguagem comum, lançou guia de boas práticas e estruturou competências para gestão de avaliações, conectando evidências a decisões e à coerência entre PPA, LDO e LOA

refletir sobre estratégias práticas para ampliar o uso e a disseminação das ferramentas e produtos já consolidados.

Essas iniciativas são fundamentais para assegurar a coerência entre as peças orçamentárias e os resultados programáticos, aspecto ainda sensível na dinâmica do planejamento público. Ao compartilhar técnicas de produção de evidências sobre a execução e os efeitos das políticas, as trocas promovidas entre os sistemas estaduais de M&A têm subsidiado decisões técnicas mais qualificadas, otimizado a alocação de recursos e favorecido a institucionalização de práticas de monitoramento e avaliação. Com isso, contribuem para a eficiência, a transparência e a qualidade do gasto público, refletindo-se na entrega de bens e serviços de maior impacto para a população. ■

Institucionalização do planejamento de longo prazo no Brasil

Cooperação federativa e inovação institucional fortalecem a base de um Estado orientado ao futuro



A consolidação de uma política nacional de planejamento de longo prazo representa uma expressão inequívoca da maturidade institucional e da visão estratégica indispensáveis para a construção de um Estado capaz de transcender a fragmentação dos ciclos eleitorais e das contingências conjunturais. Em novembro de 2023, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan) firmaram um Acordo de Cooperação Técnica que inicia uma nova fase na gestão pública brasileira, pautada na modernização dos sistemas de planejamento e orçamento, na inovação institucional e na cooperação federativa.

Por iniciativa do Conseplan, foi formado o Grupo de Trabalho de Longo Prazo (GTPLP), com o objetivo de delinear diretrizes para a institucionalização desse planejamento. Após 8 meses de trabalho, o grupo entregou o produto “Proposições para Institucionalização do Planejamento Nacional de Longo Prazo”. O documento propõe um modelo de governança em que o planejamento deixa de ser um produto administrativo e passa a constituir-se como função permanente de Estado, sustentada por arranjos institucionais e práticas consistentes de coordenação federativa.

A proposta é que o Planejamento Nacional de Longo Prazo (PNLP) seja estruturado como um processo contínuo e integrado às funções de planejamento, orçamento e gestão. O modelo organiza-se em três eixos principais. O primeiro, voltado à governança federativa, prevê a criação de uma Câmara Técnica Permanente no âmbito do Conselho da Federação, responsável por promover a articulação entre União, estados e municípios e conferir legitimidade federativa e estabilidade institucional ao processo. O segundo eixo trata da integração intertemporal dos instrumentos de planejamento e orçamento, buscando vincular o horizonte estratégico de longo prazo às etapas de formulação e execução do PPA, da LDO e da LOA, por meio de metodologias harmonizadas e indicadores comuns. O terceiro eixo concentra-se no fortalecimento da cultura de planejamento e

“O Planejamento Nacional de Longo Prazo propõe um modelo de governança que transforma o planejamento de um produto administrativo em uma função permanente de Estado.”

na ampliação das capacidades institucionais, com a proposta de criação de um Observatório Nacional do PNLPLP, voltado ao monitoramento, à produção de evidências e à avaliação sistemática das políticas e metas. Essa estrutura é complementada por uma proposta de Emenda Constitucional que insere o planejamento de longo prazo entre as funções permanentes do Estado, conferindo-lhe estabilidade jurídica e previsibilidade institucional. Esses são alguns exemplos das ações propostas pelo GTPLP, que combinam coerência e robustez técnica com viabilidade política.

Adicionalmente, experiências estaduais como o Plano Maranhão 2050 e o Plano Espírito Santo 500 Anos demonstram que há repertório acumulado de diagnósticos, metodologias e mecanismos de governança capazes de contribuir para o desenho nacional. Esse arranjo evidencia a importância de combinar evidências analíticas, coordenação federativa e legitimidade política, de modo que o planejamento de longo prazo opere como política pública de Estado.

Entre as referências internacionais mais consistentes em planejamento de longo prazo, a Finlândia é um importante modelo de estabilidade institucional e responsabilidade intergeracional. Desde 1993, o *Committee for the Future*, uma comissão parlamentar que atua como *think tank* legislativo em parceria com o Executivo, analisa cenários até 2045 e acompanha a implementação da Agenda 2030, promovendo uma cultura política pautada no diálogo, na antecipação e na responsabilidade com o futuro. Ao integrar a perspectiva ao centro do processo político, a Finlândia consolidou uma cultura de planejamento baseada em diálogo, aprendizado e adaptação contínua.

O PNLP brasileiro avança nessa direção ao associar técnica, política e capacidade institucional. Seu desenho reconhece que o planejamento de longo prazo exige três competências complementares. A primeira é a analítica, que permite interpretar evidências e formular escolhas de forma racional. A segunda é a administrativa, que garante a execução dos planos e o acompanhamento dos resultados. A terceira é a política, que assegura continuidade e adesão federativa. A articulação entre essas três dimensões, sustentada por instrumentos normativos e instâncias permanentes de governança, reforça o papel do planejamento como função essencial do Estado.

A agenda do Grupo de Trabalho de Longo Prazo entra agora em uma nova fase, voltada à operacionalização das ações do produto “Proposições para Institucionalização do Planejamento Nacional de

Longo Prazo”. No último encontro, o grupo contribuiu com revisões e ajustes nas redações das minutas da Resolução do Conselho da Federação e da proposta de Emenda Constitucional, ambos instrumentos com recomendação de aprovação — sugestão ratificada pelos secretários presentes na reunião do Conseplan. O próximo ciclo de entregas terá como foco duas prioridades: a estruturação do Conselho Nacional de Planejamento (Conplan) e a formação de capacidades institucionais. A primeira visa contribuir tecnicamente para instituir o Conplan como instância estratégica de governança e coordenação federativa, garantindo integração e alinhamento das agendas de longo prazo. A segunda concentra-se no fortalecimento contínuo das competências técnicas, metodológicas e analíticas dos órgãos de planejamento, condição essencial para que o planejamento se consolide como uma função de Estado, incorporada de forma permanente às rotinas institucionais.

A consolidação do Planejamento Nacional de Longo Prazo representa um avanço significativo na evolução da gestão pública brasileira. O processo liderado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento propõe um modelo de governança baseado na cooperação técnica entre os entes da federação, tendo o Conseplan como parceiro estratégico nesse esforço. Ao transformar o planejamento em uma competência pública permanente, o Brasil fortalece as bases institucionais de um Estado orientado ao futuro, capaz de planejar com método, coordenação e responsabilidade. ■

Roberto Matos, secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento do Maranhão e coordenador do Grupo de Trabalho de Longo Prazo (GTPLP)

Guilherme Rebouças, diretor de Projetos Estruturantes e Planejamento de Longo Prazo da Agência Sergipe de Desenvolvimento e coordenador do Grupo de Trabalho de Longo Prazo (GTPLP)

Leonardo Jordão, assessor da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento

Gustavo Morelli, sócio-diretor da Consultoria Macroplan, Prospectiva, Estratégia e Gestão

“Cooperação federativa, capacidade técnica e visão estratégica formam a base para um Brasil capaz de planejar com método, coordenação e responsabilidade.”



Comunicação no centro da estratégia de consolidação do Conseplan

Encontros presenciais, parcerias com especialistas e ações multicanais consolidam a pauta de comunicação pública do Conseplan, ampliando engajamento, transparência e reconhecimento institucional



Ed Machado/Conseplan

Instituída em agosto de 2024, a Comissão de Comunicação se fortaleceu bastante neste ano com as primeiras reuniões presenciais durante os fóruns do Conseplan. Isso permitiu uma maior integração, uma rica troca de experiências e um debate aprofundado sobre os desafios comunicacionais de cada secretaria e do próprio Conselho. Foi uma demonstração contundente de que a comunicação é parte central do processo de consolidação da instituição no debate público do país.

Estabelecida essa relação mais próxima entre seus integrantes, a Comissão trouxe especialistas de renome da área para ampliar a discussão e somar às boas práticas dos estados. O presidente da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública), Jorge Duarte, e a chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério do Planejamento e Orçamento, Erica Andrade, foram os primeiros a contribuir nesse processo, abordando o gerenciamento de crises, a relação com a imprensa, o uso consciente de inteligência artificial (IA) e a importância da escuta das lideranças de uma instituição na construção de um plano de comunicação, entre outros tópicos.

Em outra frente de atuação, a Comissão de Comunicação começou a reservar um espaço para a apresentação de uma grande iniciativa na comunicação dos estados que sediam os fóruns. O pontapé inicial foi dado no XCIV Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, realizado de 3 a 5 de setembro, em São Luís (MA), com a campanha institucional do São João do estado, comandada pela Secretaria de Comunicação maranhense.

Como resultados concretos desse fortalecimento do grupo, estão a publicação de uma *newsletter* trazendo um resumo dos eventos do Conseplan, com os links das apresentações dos painelistas e dos grupos de trabalho, a

produção de vídeos com as boas práticas dos estados para as redes sociais, aumentando o engajamento e os seguidores a partir de *collabs* com as páginas das secretarias, a criação de um espaço de valorização da produção científica nas redes, uma edição especial da Revista Planejamento e Futuro sobre o I Congresso do Conseplan, promovido de 6 a 8 de maio, em Brasília (DF), entre outras iniciativas.

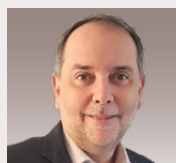
2025 se encerra com um saldo muito positivo para a Comissão de Comunicação, mas já estão sendo planejadas ações para intensificar essa nova fase do grupo em 2026. É importante reconhecer o empenho das secretárias e secretários do Planejamento para que os assessores possam participar das reuniões presenciais, mas a pretensão é aumentar ainda mais o quórum dos encontros a fim de refletir esse fortalecimento da Comissão. ■

“Com encontros presenciais, parcerias com especialistas e produção multicanal, a comunicação ganha protagonismo e projeta o Conseplan no debate público nacional”

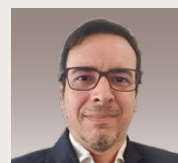




Virgínia de Ângelis



Fabiano Chaves



Leonardo Jordão

Brasil 2050: Planejamento de Estado com articulação federativa, participação social e visão prospectiva

Winston Churchill costumava dizer que “os planos são de pouca importância, mas o planejamento é essencial”. Em países marcados por descontinuidades institucionais e desigualdades persistentes, como o Brasil, as duas coisas importam: o processo e o produto. O planejamento qualifica a escuta, organiza escolhas e dá rumo; o plano materializa compromissos públicos, cria referências comuns e permite coordenação entre governos e sociedade. A Estratégia Brasil 2050 nasce desse entendimento: é planejamento vivo e plano orientador. É método, pactuação e direção.

Desde o início, os três pilares da reconstrução do planejamento governamental serviram de base para orientar cada decisão: (i) participação social qualificada; (ii) articulação intersetorial e interfederativa; e (iii) foco em resultados para a sociedade. Em vez de um documento produzido a portas fechadas, a Estratégia Brasil 2050 foi construída em rede, conectando União, estados, Distrito Federal, municípios, conselhos, consórcios regionais, academia, setor privado e organizações da sociedade civil. Não se trata de oferecer uma lista de intenções, mas de produzir convergência em torno de objetivos nacionais de longo prazo e acoplar essa convergência aos instrumentos de planejamento e orçamento vigentes.

A mobilização para a EB2050 combinou legitimidade democrática e robustez técnica. A consulta pública “Que Brasil queremos nos próximos 25

anos?” registrou mais de 154 mil acessos e mais de 4 mil contribuições; 16 diálogos estaduais engajaram mais de 4 mil participantes; 32 oficinas técnicas envolveram cerca de 990 especialistas; 22 entrevistas aprofundadas agregaram visões estratégicas; e 23 reuniões com colegiados federativos – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), Fórum Interconselhos, Conselho da Federação, Comissão Nacional dos Objetivos

do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), entre outros – ajudaram a costurar o tecido institucional que sustenta a Estratégia. Somam-se 21 estudos temáticos, quatro estudos estratégicos e um estudo regional, além de análises de cenários, megatendências e incertezas críticas até 2050.

Esse percurso não foi protocolar. Construiu convergências políticas, técnicas e federativas.

O Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), por meio do Grupo de Trabalho de Planejamento de Longo Prazo (GTPLP), teve papel decisivo para aproximar planos estaduais, regionais e setoriais, aperfeiçoar a governança e orientar a institucionalização. Os consórcios regionais – Nordeste, Amazônia Legal, Brasil Central e COSUD – ampliaram a escuta territorial e permitiram calibrar prioridades conforme desafios e potencialidades locais. O resultado é uma Estratégia que respeita a diversidade do país e, ao mesmo tempo, produz sincronização.

“Planejamento qualifica a escuta, organiza escolhas e dá rumo; o plano materializa compromissos públicos e permite coordenação entre governos e sociedade”

Vivemos transições aceleradas – demográficas, tecnológicas e climáticas, entre outras. A população idosa cresce em ritmo inédito, com impactos sobre previdência, saúde e cuidados. A revolução digital reconfigura cadeias produtivas e o mundo do trabalho. Os eventos climáticos extremos deixaram de ser futuros e já pressionam a infraestrutura, a segurança hídrica e a produção de alimentos. Planejar o longo prazo, portanto, não é opção, mas obrigação e responsabilidade intergeracional. A experiência internacional mostra que países que alinham visão estratégica, políticas de Estado e instrumentos de financiamento, incluindo o orçamento, são mais resilientes, atraem investimentos e entregam resultados melhores para a sociedade.

A visão de futuro da EB2050 é ambiciosa e factível: um Brasil desenvolvido e inovador, que cresce com justiça social e ambiental, assegura oportunidades para todas as pessoas e lidera a oferta de soluções globais para um mundo mais sustentável. Essa visão é sustentada por cinco valores – soberania, democracia, equidade, diversidade e solidariedade – e desdobrada em diretrizes estratégicas que organizam prioridades, qualificam escolhas e evitam improvisações de curto prazo.

Para tornar essa visão mensurável, a Estratégia define quatro compromissos de impacto nacional: dobrar o PIB *per capita*, reduzir em 20% a desigualdade de renda, erradicar a pobreza e alcançar a neutralidade de emissões de GEE. Tais compromissos orientam a seleção de objetivos, a priorização de investimentos e o desenho de instrumentos de monitoramento com metas para 2030, 2040 e 2050.

A Estratégia Brasil 2050 organiza-se em 18 Objetivos Nacionais de Longo Prazo, distribuídos em três eixos: 1) Desenvolvimento social e garantia de direitos; 2) Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; 3)

Fortalecimento das instituições democráticas, das capacidades estatais e da soberania.

Cada objetivo é acompanhado de orientações estratégicas, indicadores-chave e metas temporais, permitindo monitoramento transparente e avaliação independente. O desenho foi concebido para dialogar com agendas transversais (ambiental, crianças e adolescentes, mulheres, igualdade racial, povos indígenas, entre outras) e para informar escolhas de médio e curto prazos.

Uma inovação central é a sincronização entre a Estratégia de longo prazo e o ciclo orçamentário. A Estratégia foi modelada para dialogar com o PPA, a LDO e a LOA, permitindo que programas, metas e investimentos do presente já incorporem o horizonte de 2050. Essa integração aproxima ambição e execução, viabiliza consistência intertemporal e ajuda a proteger prioridades de Estado contra oscilações conjunturais. Em termos práticos: o que é prioridade estratégica deve aparecer nas peças orçamentárias, com indicadores, marcos e metas que permitam correções de rota.

O Brasil é múltiplo e, por isso, as metas nacionais precisam ser territorializadas. A Estratégia Brasil 2050 incorpora perspectivas regionais com metas específicas por macrorregião e com priorização de orientações conforme desafios locais – seja para enfrentar pobreza persistente, seja para alavancar ativos como biodiversidade, matriz energética limpa, economia criativa e turismo. A pactuação com os consórcios regionais e a escuta em diálogos estaduais reforçam a busca por equidade territorial, evitando soluções únicas para realidades distintas e maximizando efeitos de rede entre regiões.

Plano factível é plano implementável. Por isso, a Estratégia combina governança multinível com medidas de institucionalização do plano e do processo de planejamento. O documento foi consolidado e entregue à Ministra Simone Tebet em 30

“A Estratégia Brasil 2050 é um convite e convocação para governos, setor privado, academia e sociedade fazerem pacto pelo futuro, baseado em metas e accountability”

de setembro e, após ratificação pelos ministérios setoriais e apreciação em instâncias federativas, segue para institucionalização por Decreto Federal (instituinto a Estratégia como instrumento nacional de longo prazo) e por Resolução do Conselho da Federação (estabelecendo um Compromisso Federativo pelo Planejamento de Longo Prazo). Essa dupla âncora é essencial para dar estabilidade à execução, garantir coordenação entre esferas de governo e proteger agendas estratégicas das variações do ciclo político.

O Conseplan permanece como ator central nessa arquitetura. O Conselho elevou a qualidade técnica, fomentou o alinhamento com planos estaduais e apresentou proposições para institucionalização focadas em cultura de planejamento, transparência e dados abertos, engajamento de outros atores e mecanismos de avaliação. Ao lado de conselhos e fóruns nacionais, a governança proposta reforça a prestação de contas e cria ciclos regulares de monitoramento e revisão, com participação social e divulgação pública de resultados.

O foco em resultados exige indicadores confiáveis, metas claras e plataformas de transparência. A Estratégia orienta a construção de painéis de acompanhamento e relatórios periódicos que mostrem os avanços e o que precisa acelerar. Metas-marco em 2030 e 2040 funcionam como “checkpoints” para corrigir rotas rumo a 2050. Ao conectar o monitoramento ao ciclo do PPA, da LDO e da LOA, ampliamos a capacidade de aprender com a execução e de reprogramar políticas, preservando a direção estratégica.

A Estratégia reafirma uma ideia simples e potente: o Brasil tem condições de liderar soluções globais – na transição energética, na produção sustentável de alimentos, na bioeconomia, na conservação da biodiversidade – e de fazê-lo com justiça social,



“O Brasil é múltiplo e suas metas precisam ser regionais, respeitando desafios e ativos locais para garantir equidade e desenvolvimento”

equidade de gênero e étnico-racial, redução de desigualdades e crescimento com inclusão. Soberania e democracia não são palavras de cerimônia, mas pré-condições para coordenar políticas, formar capacidades estatais, promover inovação e atrair investimentos que transformem produtividade em bem-estar.

A EB2050 é um convite – e também uma convocação. Convida governos, setor privado, academia e sociedade civil a fazerem parte de um pacto pelo futuro, baseado em evidências, metas e accountability. Convoca porque o tempo de agir é agora: o envelhecimento da população não espera, a crise climática não espera, a revolução tecnológica não espera. Precisamos transformar nosso potencial em uma trajetória de futuro à altura do Brasil que queremos.

Planejar é essencial – e, neste caso, o plano também é. A Estratégia fornece direção, integra planos e políticas, fortalece a cooperação federativa e cria condições para entregar resultados que importam na vida das pessoas. É assim que se reconstrói e se consolida um planejamento de Estado: com participação, articulação e compromisso com resultados.

O documento completo está disponível no portal do MPO. Participe da implementação, acompanhe metas e indicadores, cobre resultados e proponha soluções. O futuro começa agora – e depende de todas e todos nós. ■

Virgínia de Ângelis, secretária Nacional de Planejamento do MPO

Fabiano Chaves, subsecretário de Planejamento de Longo Prazo da Seplan/MPO

Leonardo Jordão, assessor do Gabinete da Seplan/MPO



Virgínia de Ângelis



Estela Medeiros



Flávia Duarte

Inovações no 1º Ciclo de Gestão do PPA 2024-2027: um marco para o planejamento nacional

Completado o primeiro ciclo de gestão do PPA Participativo, é oportuno fazer um balanço das inovações introduzidas no monitoramento, avaliação e revisão do plano para fortalecer a participação social, a transparência e o alinhamento estratégico dos instrumentos de planejamento e orçamento às prioridades nacionais.

O 1º Relatório Anual de Monitoramento, referente ao ano de 2024, foi encaminhado ao Congresso Nacional em 15 de agosto de 2025. Ele apresenta o desempenho dos indicadores-chave nacionais (KNI), dos indicadores de resultado e das entregas associadas a cada um dos 89 programas finalísticos, das cinco agendas transversais e das prioridades definidas na Lei do PPA (Lei nº 14.802/2024). Mais 70% dos indicadores do plano apresentaram nível de alcance acima de 80%, evidenciando o esforço da administração pública federal em perseguir o que foi pactuado no primeiro ano do governo.

Os resultados estão disponíveis na plataforma PPA Aberto, que ampliou a transparência do monitoramento dos compromissos governamentais. A ferramenta disponibiliza em forma mais acessível e intuitiva informações que antes ficavam restritas aos usuários do Sistema de Informações do Planejamento e Orçamento (SIOP) ou a quem sabe manejar dados abertos.

Outra inovação relevante foi o monitoramento intensivo das prioridades governamentais, que se concretiza com a apresentação semestral dos resultados das prioridades à Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira (CTGOF) da Junta de Execução Orçamentária (JEO). O mecanismo busca fornecer subsídios para que as decisões de execução orçamentária e financeira sejam cada vez mais aderentes aos compromissos firmados no planejamento participativo.

Outra medida relevante para aumentar a integração entre planejamento e orçamento é o alinhamento às metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) às prioridades do PPA. Seguindo o que foi feito para 2025, o Projeto da LDO 2026 indica um conjunto de 27 Objetivos Específicos de 20 Programas relacionados às Prioridades do PPA.

O processo de avaliação do PPA também foi aprimorado com as autoavaliações anuais dos programas. Em 2024, os órgãos setoriais analisaram seus programas quanto ao desenho e à governança, identificando oportunidades de aperfeiçoamento que informaram a revisão ordinária de 2025. Dessa forma, a avaliação passa, de fato, a retroalimentar o planejamento para aprimorá-lo e mantê-lo instrumento vivo, atual e útil em suas múltiplas funções.

A participação social, pilar fundamental da construção do PPA, pela primeira vez foi incorporada à revisão do plano. Os conselhos nacionais de políticas públicas apresentaram propostas e debateram-nas no Fórum Interconselhos, ampliando o diálogo entre governo e sociedade civil. Após análise pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e pelos ministérios setoriais, as sugestões foram incorporadas à revisão do PPA Participativo.

Também houve avanços nas transversalidades e na dimensão territorial. Os relatórios de monitoramento das cinco agendas transversais do PPA foram publicados em abril, apresentando, de forma integrada, informações sobre o desempenho (resultados do PPA) e o gasto (execução orçamentária). Além disso, foram criadas as Agendas Transversais Territoriais, que articulam a atuação do governo federal com os Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, envolvendo 68 programas e mais de 1.200 entregas direcionadas ao desenvolvimento regional.

O Ministério do Planejamento e Orçamento segue comprometido em consolidar as inovações do PPA Participativo e consolidá-lo como instrumento de transparência, accountability e de orientação estratégica da gestão pública e do processo alocativo. ■

Virgínia de Ângelis, secretária Nacional de Planejamento do MPO

Estela Medeiros, subsecretária de Coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento da Seplan/MPO

Flávia Duarte, secretária-Adjunta Nacional de Planejamento do MPO



ESTADOS PLANEJAM O FUTURO DO PAÍS

Seplan fortalece apoio a municípios do Acre na elaboração dos Planos Plurianuais

Com nova gestão municipal e ciclo de planejamento para 2026-2029, secretaria aposta em alinhamento técnico e cooperação para melhorar resultados e aproximar políticas públicas da população



O Governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), vem ampliando as ações de apoio aos municípios acreanos para qualificar o planejamento governamental de médio e longo prazo. Com o início de um novo ciclo de gestão municipal em 2025, as prefeituras enfrentam o desafio de elaborar o Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 — instrumento que define programas, ações e metas para os próximos quatro anos e direciona a aplicação dos recursos orçamentários.

Reconhecendo o papel fundamental dos municípios para o desenvolvimento regional, a Seplan vem estruturando estratégias para apoiar as prefeituras na melhoria da gestão e do planejamento, fortalecendo a cultura de planejamento dentro do Executivo.

O PPA requer uma complexidade técnica, com a necessidade de integrar diferentes áreas da administração. Nos municípios, em muitos casos, a tarefa recai sobre uma única pessoa ou secretaria, o que pode comprometer sua efetividade e transformar o documento em um material pouco utilizado, sem integração com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para evitar esse cenário, a Seplan reforça a importância de que os municípios adotem metodologias semelhantes às utilizadas pelo Estado e pelo Governo Federal, garantindo alinhamento e facilitando a construção de políticas públicas conjuntas.

“Municípios bem planejados e alinhados com as diretrizes dos governos estadual e federal conseguem entregar melhores resultados à população em áreas como saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento econômico”, destacou o secretário de Estado de Planejamento, Ricardo Brandão.

Nos últimos anos, a Seplan desenvolveu dois instrumentos estratégicos que serviram de base para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027: a Agenda Acre 10 Anos e o Plano Estratégico de Governo, elaborados com apoio da Fundação Dom Cabral. Esses documentos têm como meta orientar

Oficinas territoriais da Seplan capacitam 336 servidores municipais para elaborar PPAs mais realistas e participativos



Divulgação



Divulgação

um conjunto de ações integradas para construir o futuro desejado: “Acre, terra de oportunidades, socialmente justa e ambientalmente sustentável”.

1º ENCONTRO ESTADUAL E OFICINAS FORTALECEM PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS ACREANOS

O ponto de partida para o fortalecimento do planejamento e do desenvolvimento econômico nos municípios do Acre teve como marco importante a realização do 1º Encontro Estadual de Secretarias Municipais de Comunicação, Planejamento e Desenvolvimento Econômico, promovido pelo Governo do Estado, por meio da Seplan, em parceria com a Associação dos Municípios do Acre (AMAC).

O evento aconteceu no dia 10 de abril de 2025 e reuniu representantes dos 22 municípios acreanos. O objetivo foi criar uma rede de articulação entre Estado e prefeituras, estimulando o alinhamento técnico, a troca de experiências e a elaboração de políticas públicas mais eficientes.

Na programação, cinco painéis temáticos abordaram temas estratégicos:

Agenda Acre 10 Anos e a Política de Desenvolvimento Regional, Metodologia do PPA e Ciclo

Dezoito municípios acreanos foram beneficiados diretamente pelas oficinas regionais organizadas pela Seplan, além de quatro municípios de difícil acesso que receberam oficinas individualizadas, totalizando vinte e dois municípios contemplados

de Planejamento Orçamentário, Fóruns Municipais de Desenvolvimento Econômico, Emendas parlamentares federais e estaduais e Acompanhamento das transferências especiais pelo Tribunal de Contas do Estado.

A participação foi intensa, com gestores municipais compartilhando dúvidas e desafios, especialmente quanto à baixa capacidade técnica para elaboração qualificada dos instrumentos de planejamento, como o PPA. O encontro contou ainda com a participação virtual de Rafael Martins Neto, coordenador-geral de Metodologias e Processos de Planejamento do Ministério do Planejamento

e Orçamento, que apresentou o manual federal de elaboração do PPA.

Como resultado, ficou pactuada a realização de oficinas territoriais para capacitar técnicos municipais, além da disponibilização de materiais de referência do Estado e da União, com o objetivo de padronizar procedimentos e elevar a qualidade do planejamento local.

OFICINAS LEVAM METODOLOGIA SIMPLIFICADA E PRÁTICA AOS MUNICÍPIOS

A equipe da Seplan, por meio da Diretoria de Planejamento Estratégico e Governança, redesenhou a metodologia federal e estadual do PPA, criando um formato mais simplificado para os municípios. O modelo incluiu programas temáticos, indicadores, objetivos específicos, orçamentos anualizados e metas físicas, de forma clara e aplicável à realidade local.

As oficinas, com carga horária de 8 horas (4 teóricas e 4 práticas), ensinaram desde conceitos básicos do ciclo orçamentário até a estruturação do PPA, permitindo que os participantes construíssem as bases do planejamento para 2026-2029.

No período de 28 de abril a 28 de maio de 2025, foram realizadas 11 oficinas, contando com a participação de 336 servidores municipais. A programação foi organizada por regionais — Baixo Acre, Alto Acre, Purus, Envira e Juruá — contemplando 18 municípios. Para os quatro municípios acreanos de difícil acesso, em que o deslocamento depende exclusivamente de transporte aéreo ou fluvial, foram ofertadas oficinas individualizadas, garantindo a inclusão de todos os territórios no processo formativo.

As oficinas desempenharam papel fundamental na qualificação do planejamento municipal, assegurando que os Planos Plurianuais sejam mais realistas, compatíveis com a capacidade orçamentária e elaborados de forma participativa. Entre os desafios mais recorrentes apontados pelos grupos destacaram-se: a gestão inadequada de resíduos sólidos, a baixa cobertura de esgotamento sanitário, a evasão escolar, as dificuldades de acesso



Divulgação

As oficinas regionais da Seplan fortaleceram o planejamento municipal ao capacitar servidores de todos os territórios acreanos com uma metodologia inovadora, clara e adaptada às necessidades locais

de estudantes residentes na zona rural e a insuficiência de vagas em creches.

Durante as atividades, a equipe técnica da Seplan identificou fragilidades recorrentes nos municípios, tais como: ausência de planejamento estratégico, inexistência ou desatualização do plano diretor, baixa articulação entre as secretarias setoriais na construção do PPA em exercícios anteriores, elaboração dos planos com foco restrito a dados contábeis e limitada participação social na formulação dos instrumentos de planejamento governamental.

Ao término de cada oficina, foi aplicada uma avaliação junto aos participantes, contemplando aspectos como a metodologia empregada, o tempo de duração das atividades e a qualidade dos materiais disponibilizados. Os resultados indicaram uma avaliação positiva por parte dos representantes municipais.

Dentre as sugestões de melhoria apontadas pelos participantes, destacaram-se a necessidade de ampliação da carga horária das oficinas e o



Encontros regionais garantem inclusão até de municípios de difícil acesso no processo de qualificação técnica

Divulgação

envolvimento de um número maior de gestores municipais nos processos formativos.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ALINHAMENTO INSTITUCIONAL MARCAM NOVA ETAPA

No dia 2 de julho, o secretário Ricardo Brandão reuniu-se com secretários municipais de planejamento para avaliar os resultados. Os relatos indicaram mudanças significativas, pois, pela primeira vez, os municípios adotaram as metodologias propostas pelo Estado e envolveram diferentes áreas da gestão na construção do PPA, deixando de concentrar o trabalho em um único setor ou profissional.

Os municípios relataram que, após a realização das oficinas, passaram a adotar as orientações metodológicas e os instrumentos propostos pelo Governo do Estado, promovendo uma ampla mobilização das equipes de governo no processo de elaboração do PPA, em que, em alguns casos, a elaboração do

instrumento era delegada a profissionais contratados exclusivamente para esse fim, como contadores, o que resultava em documentos desconectados da realidade local e das reais demandas da população.

Pela primeira vez, os municípios acreanos incorporaram mecanismos estruturados de participação social na elaboração de seus Planos Plurianuais (PPA). Por meio de formulários eletrônicos e audiências públicas presenciais, a população pôde apresentar sugestões e demandas para diferentes áreas das políticas públicas, fortalecendo a escuta ativa, a transparência e a legitimidade do processo.

O resultado desse trabalho é uma aproximação inédita entre o Governo do Estado e as prefeituras, consolidando uma rede de planejamento que considera as especificidades de cada território. O objetivo é reduzir desigualdades regionais e promover um crescimento econômico alinhado ao desenvolvimento social e à preservação ambiental. ■



Desenvolvimento sustentável e desafios territoriais na Amazônia: a experiência do Acre

O desenvolvimento territorial local, regional e fronteira na Amazônia passa pela necessidade de superação de um conjunto de desafios tão intrínsecos e longevos que somente a vontade ou ação de alguma força política, econômica e/ou social isoladamente não é capaz de confrontá-los de maneira eficaz e efetiva.

Destaca-se a necessidade de adoção de medidas teóricas e práticas para conciliar as dimensões do desenvolvimento econômico, social, ambiental e institucional, que sejam capazes de possibilitar o surgimento das condições mínimas satisfatórias do desenvolvimento econômico sustentável, para além dos conceitos acadêmicos e/ou das mesas e rodas de debate ideológico, com efetiva preservação da biodiversidade amazônica, atendimento das necessidades básicas das populações locais e melhoria de sua qualidade de vida.

É um paradoxo inaceitável que o bioma, apesar de representar cerca de 60% do território nacional, gere somente em torno de 10% do PIB brasileiro, um sintoma claro do fracasso do modelo econômico vigente. Aceitar essa complexidade não deve ser visto como paralisia, mas como um imperativo para a redefinição pragmática do planejamento

Um outro conjunto de desafios é composto pela grande dificuldade dos agentes públicos em alinhar a concepção e a execução dos programas, projetos, planos e ações governamentais municipais, estaduais e federal sobre um território, os quais tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento socioeconômico local.

A precária infraestrutura local e regional Amazônica, rodovias, portos e aeroportos e a baixa disponibilidade de matriz energética e da precária infraestrutura de telecomunicações, comprometem a livre circulação de pessoas, dados, mercadorias e uma verdadeira integração entre os municípios, estados e países vizinhos, limitando a expansão de cadeias produtivas,

o escoamento dessa produção e consequentemente o desenvolvimento socioeconômico local.

Mesmo diante de todas essas complexidades, no Acre, há mais de duas décadas, os governos locais vêm implementando medidas que servem de referência prática e de soluções inovadoras para viabilizar a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável alinhado com as necessidades da Amazônia e seus habitantes. Mesmo diante dessas dificuldades, o Acre tem se destacado ao implementar políticas inovadoras voltadas ao desenvolvimento sustentável. Iniciativas como o Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA) e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) consolidam estratégias que aliam produção e conservação ambiental. Além disso, o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico e Sustentável – Agenda Acre 10 Anos promove o planejamento participativo e de longo prazo, integrando sociedade civil e setores produtivos.

O estado também tem fortalecido a cooperação transfronteiriça com Bolívia e Peru e apoiado o Consórcio da Amazônia Legal (CAL) na construção da Estratégia Amazônia 2050, que busca alinhar inovação, infraestrutura sustentável e justiça social. A experiência do Acre demonstra que é possível construir um modelo de desenvolvimento amazônico que respeite a floresta e seus povos, transformando a Amazônia em uma verdadeira fronteira civilizatória.

A experiência do Acre mostra que é possível, sim, construir um modelo de desenvolvimento amazônico que respeite a floresta e seus povos, sem abrir mão da prosperidade, pois entende-se que a Amazônia não é apenas uma fronteira ambiental – é uma fronteira civilizatória. É preciso compreender que o desenvolvimento da região exige modelos próprios, flexíveis, integrados e profundamente enraizados na realidade local. ■

Ricardo Brandão dos Santos, secretário de Planejamento do Acre

Alagoas incorpora política de avaliação e monitoramento em sua estrutura de governança

Neste ano, a Política Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Alagoas completou um ano



■ **Carol Amorim / Ascom Seplag**
Beatriz Caroline* / Ascom Seplag
(*Estagiária sob supervisão)

Há pouco mais de um ano, o Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e com apoio do ONU-Habitat, deu início à implementação da Política Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (PEMAPP), um instrumento de avaliação de programas estaduais de Alagoas. Com a implementação, Alagoas se tornou o 6º estado do Brasil a contar com uma política de avaliação, uma das pautas defendidas pela atual gestão federal e que é associada à eficiência na gestão pública.

Instituída pelo Decreto Estadual nº 98.054/2024, a PEMAPP busca contribuir, através de uma série de objetivos, para que os programas estaduais atendam com qualidade a população do Estado.

E para apresentar os avanços, parcerias e o uso de evidências na gestão pública através da PEMAPP, um seminário, denominado “Avaliar para Avançar”, reuniu servidores estaduais, representantes do governo federal, da academia e da sociedade civil, em junho deste ano, no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), em Maceió. O momento promoveu debates e marcou a inserção de Alagoas em uma comunidade global, articulada pelo Banco Mundial, cujo compromisso é o fortalecimento da cultura de avaliação.

“O balanço deste primeiro ano de implementação da PEMAPP foi positivo, sobretudo devido ao apoio do ONU-Habitat. A consultoria oferecida por eles deu suporte técnico, por meio de mentoria especializada, com foco no fortalecimento das capacidades institucionais do Estado para o desenvolvimento de instrumentos e estratégias para a PEMAPP. Ao longo do processo, foi possível compreender também que a articulação e a intersetorialidade estarão presentes em toda a implementação da PEMAPP”, contou Genildo José, superintendente de Planejamento e Políticas Públicas (Suplan) da Seplag. Entre os objetivos da política estão: a institucionalização da

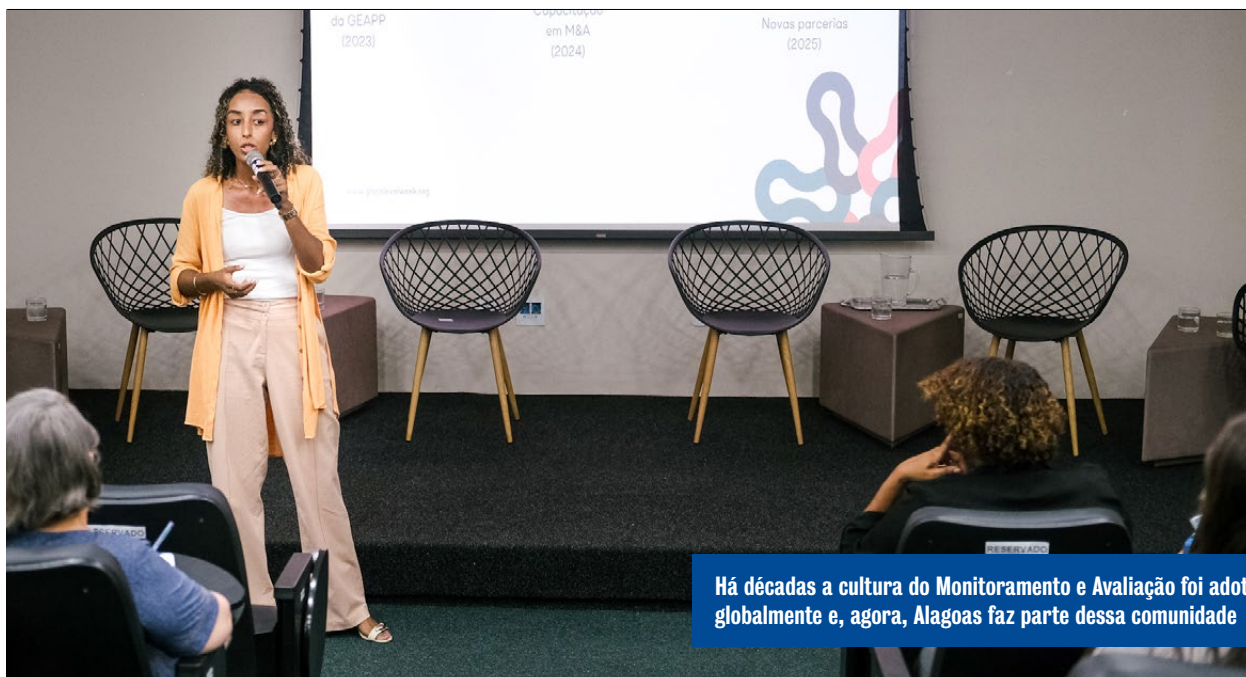


Rodrigo Marinho / Ascom Seplag

Entre 2024 e 2025, o Governo de Alagoas contou com o apoio do ONU-Habitat para a realização de oficinas e demais cooperações

prática sistematizada e periódica de monitoramento e avaliação de políticas públicas; produção de dados e informações sobre as políticas públicas monitoradas e avaliadas; subsídio à tomada de decisão dos gestores públicos baseada em evidências; fomento da cultura de transparência e da prestação de contas por parte da Administração Pública Estadual junto aos órgãos e à sociedade; contribuição para o aprimoramento das políticas públicas; estímulo às boas práticas de gestão de políticas públicas e promoção a qualidade do gasto público.

Atualmente, os Programas Primeiro Emprego, Vem Que Dá Tempo e CRIA estão com termos de referência (TR) prontos, aguardando a contratação dos avaliadores. Após a contratação, o consultor deverá seguir a estratégia e a metodologia de avaliação indicadas nos TRs. E, ao final da avaliação, o resultado será apresentado juntamente com as recomendações da equipe da Seplag sobre a política, de maneira a contribuir para a tomada de decisão.



Matheus Nascimento / Ascom Seplag

Há décadas a cultura do Monitoramento e Avaliação foi adotada globalmente e, agora, Alagoas faz parte dessa comunidade

“Esses três programas são nossos embriões e a ideia é ampliar para outros programas do governo, no sentido de virar uma prática no Estado. Essas avaliações vão nos servir como experiência adquirida e nos permitir aplicar metodologias ao longo dos próximos anos”, reforça o superintendente.

INCORPORAÇÃO DA PRÁTICA AVALIATIVA

Em consonância com as iniciativas realizadas no âmbito federal, para o fortalecimento da Avaliação e Monitoramento, a Seplag incorporou a demanda ao criar a Gerência de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (GEAPP), que faz parte da Suplan. O tema, porém, não é novidade na comunidade internacional, especialmente em democracias consolidadas, como o Reino Unido e Canadá, que, por volta da década de 1960, incorporaram a prática avaliativa.

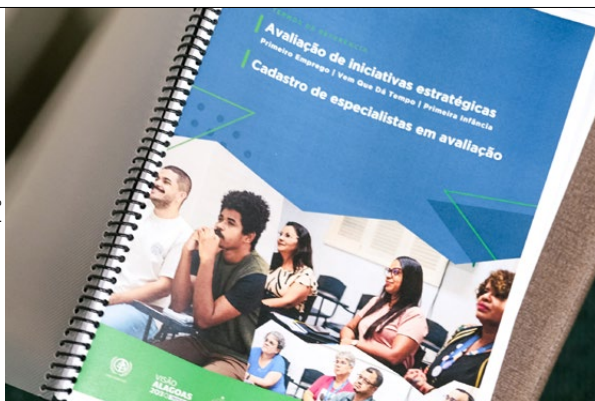
“Já no Brasil, a prática da avaliação é mais recente, tendo ganhado relevância a partir da redemocratização do país, e sendo impulsionada nos anos 1990 pela agenda de reforma do Estado. Contudo, apesar dos benefícios de se avaliar, a área de avaliação ainda enfrenta desafios para sua integração aos processos decisórios e às etapas de formulação e implementação de políticas públicas”, conta Emilene Santos, gerente da Suplan na Seplag.

A gerente ainda explica que a agenda do Monitoramento e Avaliação no Brasil foi impulsionada pela atual gestão federal e que a GEAPP passou a ser a responsável por capitanear a temática no Governo de Alagoas, ao promover meios para apoiar os órgãos da administração pública com a pauta em questão.

“A avaliação de políticas públicas é fundamental para aprimorar a atuação do governo e garantir que os recursos públicos sejam usados de forma eficiente, transparente e que realmente gerem resultados positivos para a sociedade. Ela não é apenas uma formalidade, mas sim uma ferramenta estratégica que ajuda a tomar decisões mais assertivas. E o governo Paulo Dantas se destaca por ter como critério para tomadas de decisão os estudos, as avaliações, a ciência, para assim construir políticas melhores e aprimorar as políticas já existentes”, destaca a secretária de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, Paula Dantas.

PARCERIA ENTRE ALAGOAS E ONU-HABITAT

Entre outubro de 2024 e maio deste ano, a PEMAPP passou a contar com o apoio do ONU-Habitat para sua estruturação por meio da capacitação de servidores e da elaboração de documentos que auxiliam no processo de avaliação. A



O Guia Prático de Avaliação ajudará a avaliar os programas Primeiro Emprego, Vem que dá Tempo e Cria



Ação de Dia D do Programa Vem que dá Tempo

iniciativa integra o Projeto Visão Alagoas 2030, uma parceria entre o ONU-Habitat e o Governo de Alagoas, voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse período, foram realizadas capacitações com técnicos sobre Monitoramento e Avaliação e oficinas de imersão para elaboração dos documentos avaliativos dos programas Primeiro Emprego, Vem Que Dá Tempo e Cria. Fruto dessas oficinas, os termos de referência para as avaliações foram criados com o objetivo de auxiliar o técnico na elaboração das atividades de avaliação e compreensão da política.

Outro destaque é o Guia Prático de Avaliação, que apresenta a prática avaliativa para os servidores de Alagoas, visando apoiar a disseminação da temática entre os colaboradores.

“Desde 2017, o ONU-Habitat apoia o Governo de Alagoas na promoção do desenvolvimento sustentável. Em 2024, esse compromisso se ampliou com o apoio à PEMAPP. Alagoas deu um passo decisivo para a avaliação de iniciativas estaduais, e o ONU-Habitat tem orgulho de fazer parte desse processo”, declara Paula Zacarias, coordenadora de Programas do ONU-Habitat.

Também foram construídas outras propostas, como o Mapeamento de Competências em Avaliação, que buscou identificar os conhecimentos e experiências existentes acerca do tema entre os servidores do Estado, e a Agenda de Longo Prazo de Avaliações, que propõe a integração da PEMAPP com outras políticas públicas, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

“Apoiar a PEMAPP significa fortalecer a capacidade do Estado de tomar decisões baseadas em evidências, garantindo políticas mais justas, eficazes e alinhadas às reais necessidades da população”,

SAIBA MAIS SOBRE OS PROGRAMAS

Primeiro Emprego: é um programa de estágio não-obrigatório para estudantes de ensino superior em Alagoas e que desejam adquirir experiência profissional.

O programa tem duração de 6 meses a 2 anos e oferece oportunidade para diversos cursos. Os selecionados têm carga horária de até 30h semanais, recebem bolsa no valor de um salário mínimo, vale transporte e seguro contra acidentes pessoais.

“O programa tem se consolidado ao longo dos anos. A bolsa concedida possibilita a permanência dos estudantes na faculdade, contribuindo para a redução de desistências — algo que nos deixa extremamente satisfeitos. Outro aspecto é que muitos estagiários que se destacaram em determinados órgãos tiveram a oportunidade de ser contratados. Isso reforça a assertividade do programa e fortalece a responsabilidade com a gestão pública”, explica Rose Damas, coordenadora do programa.

Vem Que Dá Tempo: Criado em novembro de 2021, o programa busca combater a evasão escolar



Em 2024, o governador Paulo Dantas esteve presente em evento em homenagem aos estagiários do Governo de Alagoas

Rodrigo Marinho / Ascom Seplag

no Estado, com o objetivo de dar suporte à escolarização, principalmente daqueles em vulnerabilidade socioeconômica. Os estudantes assistidos pelo programa têm direito a uma bolsa permanência.

“Os impactos do programa não se limitam apenas ao campo profissional. Há um ganho social e humano imensurável quando um jovem ou adulto decide voltar a estudar. Esse processo resgata a autoestima, devolve a confiança e faz com que cada aluno perceba que é capaz de conquistar objetivos e transformar sua realidade. Muitas vezes, a decisão de regressar à escola também inspira filhos, netos e familiares, criando um ciclo positivo que

alcança toda a comunidade”, frisa Dirlene Monte, Gerente Especial de Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos na Secretaria de Estado da Educação (Seduc).

CRIA: Instituído pela Lei 7.967/2018, foi uma política pública que visou promover o desenvolvimento infantil integral na primeira infância, desde a gestação até os seis anos de idade, englobando aspectos físicos, cognitivos e psicossociais, levando em consideração a família e seu contexto de vida. O programa apoiou famílias com foco naquelas em vulnerabilidade social, ampliando o acesso aos seus direitos e desenvolvendo ações de capacitação e conscientização que abordem cuidados e atenção a gestantes e crianças.

Desde 2023, o que antes era programa, se transformou em Secretaria de Estado da Primeira Infância (Cria), para dar continuidade, de uma forma mais abrangente, às iniciativas do programa.

“O Cria nasceu para garantir direitos de forma integrada, trabalhando saúde, educação, assistência social, e tantos outros eixos que compõem o desenvolvimento pleno da infância. Somos a primeira Secretaria de Estado do Brasil com essa temática e acreditamos que cuidar da criança é cuidar do futuro do nosso estado, é investir em uma sociedade mais justa e com mais oportunidades”, disse a secretária da Cria, Caroline Leite.

Pei Fon



Inauguração de Creche Cria no município de Traipu, em Alagoas



Uso do PEMAPP como estratégia para a qualidade das políticas públicas em Alagoas

O Estado de Alagoas reafirma seu compromisso com a melhoria contínua das políticas públicas ao instituir, há cerca de um ano, a Política Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Alagoas (PEMAPP). Essa iniciativa representa um marco importante no fortalecimento da gestão pública, ao possibilitar a avaliação sistemática de programas estaduais do Governo.

Alagoas figura entre os seis primeiros estados do país a implementar uma política dessa natureza, demonstrando alinhamento com as diretrizes da atual gestão federal e com as melhores práticas internacionais, em que o monitoramento e a avaliação de políticas públicas já são uma realidade consolidada há décadas.

Para a fase inicial de implementação, a gestão do governador Paulo Dantas contou com o apoio técnico do ONU-Habitat, que colaborou com a capacitação de servidores e a elaboração de instrumentos que orientam os processos avaliativos.

Nesta primeira etapa, os programas Primeiro Emprego, Vem Que Dá Tempo e Cria serão acompanhados e avaliados com o objetivo de verificar se estão atendendo às diretrizes previstas e identificar oportunidades de aprimoramento. Inicialmente, esse trabalho será realizado por um corpo técnico, com a perspectiva de expandi-lo futuramente para outros programas estaduais.

Os três programas selecionados são motivo de orgulho, não apenas pelos resultados já alcançados, mas também por seu impacto social. O Programa Primeiro Emprego, em funcionamento há quase cinco anos, oferece a estudantes do ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica a

oportunidade de estagiar em órgãos públicos estaduais. Até o momento, sete editais foram lançados e mais de 3 mil jovens foram contratados como estagiários ao longo dos anos, nos quais puderam aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

O Programa Vem Que Dá Tempo, também com quase cinco anos de existência, atua no combate à evasão escolar. Os participantes recebem

bolsa-permanência, o que contribui para a sua continuidade na escola e a finalização dos estudos. Já foram beneficiados mais de 104 mil estudantes em todo o estado.

Já o Cria, que se consolidou como a primeira Secretaria de Estado da Primeira Infância do país, da qual fui secretária, reforça o compromisso de Alagoas com a promoção da dignidade e do cuidado com as famílias em situação de vulnerabilidade.

Por meio do Cartão Cria, são oferecidos auxílios financeiros regulares, além da implantação das Creches Cria. Atualmente, 130 mil alagoanos são beneficiados com o cartão e, até setembro, 79 unidades de creche já foram inauguradas em diversos municípios.

A coleta e análise de dados desses programas já permitiram identificar resultados positivos, o que reforça a importância da avaliação como instrumento de gestão. Com o apoio da PEMAPP, será possível refinar ainda mais essas políticas, garantindo que respondam com precisão às necessidades da população alagoana e promovam um serviço público mais eficaz, justo e transparente. ■

“Com o apoio da PEMAPP, Alagoas poderá aprimorar políticas públicas para atender melhor à população, garantindo gestão mais eficaz, justa e transparente”

Paula Cintra Dantas, secretária de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) de Alagoas

Zoneamento Ecológico-Econômico do Amapá: planejamento sustentável para o futuro da Amazônia

Com base científica, governança integrada e tecnologia avançada, o ZEE-AP organiza o uso do território, concilia desenvolvimento econômico e preservação ambiental e posiciona o estado como vitrine de oportunidades na COP30



O Amapá vem se consolidando como um laboratório de inovação no planejamento territorial da Amazônia. Por meio do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-AP), o Estado dá um passo decisivo para alinhar crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social — pilares da sustentabilidade que hoje guiam as grandes agendas globais.

A iniciativa é resultado de um planejamento feito a partir de um diagnóstico das potencialidades e fragilidades de cada região do Amapá, com indicação das atividades produtivas, turísticas e ecológicas mais compatíveis com cada zona. O ZEE-Amapá consolida a etapa final de um conjunto de medidas previstas no Plano de Governo 2023-2026, que inclui o novo Código Socioambiental e a Regularização Fundiária. O documento serve para orientar o desenvolvimento, tendo como base estudos científicos.

O investimento também incluiu a criação de uma plataforma digital, uma infraestrutura que serve de base para o desenvolvimento, execução e aplicações em um ambiente tecnológico que permite a interação entre diferentes usuários e

possibilitará um ambiente de trabalho para que os técnicos desenvolvam suas atividades. Desde um simples estudo em pesquisa aplicada, passando pelas decisões de Estado, políticas públicas, até a decisão de uma empresa ou empreendedor que queira investir no Amapá.

Assim, no que se refere à atração de capital, os investidores poderão utilizar a plataforma para avaliar as melhores oportunidades, com abertura para futuros investimentos no Estado, com segurança jurídica, ambiental e política, alinhados à agenda ESG.

Para esta concepção, foram necessários estudos em todos os municípios do Estado, contando com 130 pesquisadores nacionais que realizaram mais de 80 reuniões técnicas e que resultaram em 25 relatórios e cerca de 100 mapas que servirão como base para o planejamento e a implementação de políticas públicas que detalham o solo, clima, microclimas e biomas de 100% da área produtiva do território amapaense. Contou com apoio de aproximadamente 10 Universidades, institutos e fundações de pesquisas nacionais e internacionais, e parcerias entre secretarias estratégicas em todo o território nacional.



Divulgação

Tudo só foi possível devido à governança estabelecida pela Secretaria de Planejamento do Estado; foi um trabalho de coordenação e articulação de vários segmentos que promoveu a integração entre a matriz da pesquisa científica, construindo uma regulamentação jurídica por meio de um marco regulatório. O diferencial desta iniciativa foi o nível de detalhamento, no qual as peculiaridades locais foram respeitadas.

GOVERNANÇA E PRIORIZAÇÃO

O assunto entrou no PPA da União como prioridade no início dos anos 2000, configurando-se como política para o desenvolvimento sustentável. Posteriormente, a gestão estadual se apropriou da pauta, realizando estudos e criando planos e ações de forma transversal, atendendo às necessidades dos governos locais.

Este assunto, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Amapá, começou em 1991, com a criação da Comissão Estadual do ZEE e a realização do primeiro macrodiagnóstico do estado. Nos anos seguintes, houve avanços importantes, como a instalação do laboratório de sensoriamento remoto (1996) e a conclusão do ZEE da Área Sul (2000), mas também períodos de descontinuidade, como entre 1992-1994 e 2006-2012, que interromperam a continuidade dos trabalhos.

A partir de 2016, o programa foi retomado com novo fôlego. Em 2017, foi reestruturado por decreto e incluído no Plano Plurianual, garantindo respaldo institucional e orçamentário. Em seguida, a Embrapa assumiu a coordenação técnica, elaborando o plano de trabalho e iniciando pesquisas de campo em 2020. Em 2021, o estudo passou a ser coordenado pelo Instituto de Pesquisa do Amapá - IEPA, com foco na produção de diagnósticos e na capacitação de equipes.

A partir de 2022, foi necessária a governança da Secretaria de Planejamento para que se pudesse concatenar todas as iniciativas, que estavam dispersas. Foi necessário o estabelecimento de um plano de ação e diretrizes que conduziram a fase

FUNDAMENTOS E FINALIDADE DO ZEE-AP

“O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá (ZEE-AP) configura-se como um instrumento técnico-científico e estratégico de planejamento e gestão territorial. Sua finalidade central é orientar políticas públicas estaduais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável, assegurando, simultaneamente, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população,” explica o secretário de Planejamento do Estado, Carlos Michel Miranda da Fonseca



de integração do estudo, resultando no estabelecimento do Marco Regulatório. A instituição da política foi detalhada no PPA 2023-2027 e, posteriormente, na implementação da Plataforma SISGEO-AP.

Em 2024, foi instituída a Comissão Coordenadora – CCZEE, que consolidou a governança do programa. Com o avanço do processo, foi realizada a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado do Amapá, assegurando, assim, a implementação da política nacional seguindo a metodologia e diretrizes já estabelecidas.

Ainda em 2024, a fase de integração e governança ganhou destaque. A Seplan conduziu audiências públicas definindo regiões estratégicas sediadas em Laranjal do Jari, Macapá e Amapá. Esta ampla participação social oportunizou a escuta

individual e de entes coletivos como associações e cooperativas. As intervenções propostas pela comunidade são frutos de vivências e conhecimento ancestral genuíno. Dessa forma, garantiu-se a construção coletiva das propostas, resultando em uma política com maior chance de acerto e efetividade.

Em 2025, a SEPLAN, enquanto coordenadora da etapa de integração, iniciou a modelagem para a contratação da plataforma com a solução mais adequada para trazer inovação ao processo. Assim, foi iniciada a criação de um sistema robusto, com um meio tecnológico avançado. O objeto de contratação foi singular, exigindo um grande esforço técnico na criação de comitês de contratações, gestão e negociações.

A Plataforma SISGeo-AP utiliza o georreferenciamento. Permite a execução de análises complexas em grandes conjuntos de dados geográficos, criando fluxos e tarefas como análise detalhada dos recursos naturais, das atividades econômicas e das dinâmicas sociais. Permite gerenciar o ativo patrimonial e o acompanhamento da aplicação de investimento em infraestrutura no Amapá, voltada ao planejamento territorial e à gestão ambiental que converge com o desenvolvimento sustentável.

Na questão social, para contemplar questões de qualidade de vida da população e econômicas, a Plataforma possibilita uma grande correlação de dados produzidos: demografia, condição de vida da população, gestão do espaço, valorização das tradições, estrutura urbana, preservação do patrimônio cultural, cadeia produtiva e arranjos produtivos locais, infraestrutura e serviços públicos.

Para esta correlação, são utilizados dados oficiais produzidos pelo IBGE e institutos de pesquisa, assim como uma estruturação em um Sistema de Informações Gerenciais - SIG. A estruturação em SIG possibilitará a ligação dos dados expressos por unidades de áreas (municípios, por exemplo) aos polígonos georreferenciados representativos dos limites dessas unidades e a elaboração de cartogramas para a visualização e análise da distribuição espacial das diversas variáveis citadas acima.

PAPEL ESTRATÉGICO DO ZEE-AP NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Amapá (ZEE-AP) exerce um papel estratégico crucial ao integrar planejamento territorial sustentável com o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Baseado em evidências científicas e alinhado às realidades locais, o ZEE-AP oferece uma ferramenta concreta para orientar políticas públicas e investimentos, promovendo a economia verde e o enfrentamento das mudanças climáticas. Além disso, o ZEE-AP fortalece a transparência e a participação social, consolidando-se como uma vitrine para o Amapá na COP30 e na atração de investimentos alinhados aos princípios ESG.





Divulgação

Literalmente, haverá um mapeamento de uso das terras. Toda essa medição utilizará representações por pontos, polígonos ou linhas associadas a registros com os seus atributos armazenados em arquivos de banco de dados, do tipo DataBase File (DBF) na escala de 1:250.000.

Ou seja, será a possibilidade de avaliar com detalhamento cada um dos assuntos relacionados à questão social, realizando uma correlação com sua geolocalização. Pela primeira vez será possível visualizar todas essas demandas em suas localidades, de forma específica. Em se tratando de região amazônica, este sempre foi um desafio enorme.

No campo econômico, o sistema poderá demonstrar a caracterização das áreas usadas pelas diversas atividades como agricultura, pecuária, extrativismo, silvicultura, mineração e indústria. Haverá detalhamento em relação à forma de produção e às práticas conservacionistas das áreas naturais e de preservação, às áreas institucionais e programas incidentes, às áreas urbanizadas e

de expansão urbana. O mapeamento do uso e cobertura das terras será baseado em imagens recentes obtidas pela constelação de satélites, além das ortoimagens de radar de abertura sintética (SAR) e das fotografias aéreas obtidas para o projeto de elaboração da base cartográfica digital contínua do Estado do Amapá.

Foram investidos R\$ 4 milhões na criação desta plataforma digital, seguindo ritos de transparência e garantia de acesso público às informações. A governança se manifestou na articulação entre órgãos técnicos, políticos e sociais. Já a plataforma digital consolidou a transparência, enquanto o diálogo interinstitucional garantiu legitimidade e continuidade.

Assim, foi possível obter base para o planejamento e a implementação de políticas públicas mais eficazes voltadas ao desenvolvimento econômico e ambiental, com informações detalhadas sobre o solo, clima, microclimas e biomas de toda a área produtiva do território amapaense. Foi o



O ZEE-AP tem papel estratégico na COP30 por representar uma ferramenta concreta de planejamento territorial sustentável, baseada em evidências científicas e em diálogo com as realidades locais”

Carlos Michel Miranda da Fonseca,
secretário de Planejamento do Estado

maior nível de detalhamento já obtido no que se refere a regiões amazônicas.

FERRAMENTA PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Historicamente, a região amazônica carrega um subdesenvolvimento, com mudanças lentas e difíceis no contexto do ordenamento territorial e da regularidade fundiária. Levando em consideração o momento em que a questão do meio ambiente e as alterações climáticas têm sido pauta de debates internacionais, com compromissos firmados entre as grandes potências geopolíticas, os investimentos nessa temática possibilitam apresentar o Estado de forma organizada, o que resulta em negociações mais justas.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Amapá (ZEE-AP) consolida-se como um instrumento estratégico para orientar investidores, ao identificar setores com maior potencial de expansão — como agricultura, turismo, indústria e energia renovável. A partir de suas diretrizes, o governo estadual pode direcionar incentivos fiscais, linhas de financiamento e políticas de fomento para projetos em áreas estratégicas, criando um ambiente de negócios mais seguro, transparente e competitivo.

Essa perspectiva poderá se materializar em eventos de discussão ambiental, como a COP30, onde os acordos são fruto de negociações diplomáticas complexas, baseadas em consenso e compromissos coletivos. Nesse cenário, o ZEE traduz compromissos globais em ações locais, mostrando que o Amapá tem capacidade técnica e institucional para este tipo de negociação.

O Estado estará presente na COP30 com uma carteira de projetos prontos para atrair investimentos, tendo a plataforma SISGeo-AP como vitrine das potencialidades econômicas. Assim, bancos, fundos de investimentos e organizações filantrópicas poderão conectar projetos e capitais no Amapá.

PERSPECTIVA

Para o Secretário de Planejamento do Estado, Carlos Michel: “O ZEE-AP tem papel estratégico na COP30 por representar uma ferramenta concreta de planejamento territorial sustentável, baseada em evidências científicas e em diálogo com as realidades locais. Ele demonstra, de forma prática, como o estado concilia conservação ambiental com desenvolvimento econômico, servindo como vitrine de políticas públicas alinhadas à economia verde e ao enfrentamento das mudanças climáticas”.

Segundo o Coordenador Estadual do ZEE-AP, Aristóteles Viana: “A garantia democrática do uso e socialização dos resultados do ZEE, sobretudo com eficiência e eficácia, abrange desde um simples estudo em pesquisa aplicada, passando pelas decisões de Estado, políticas públicas, até a decisão de um empreendedor que queira investir no Amapá. O ZEE-AP será o maior indutor do desenvolvimento econômico para o Amapá”.

O Estado se prepara para a participação na COP com um sistema que traz todas as informações relevantes e a possibilidade de captar recursos para mudar de forma mais definitiva as perspectivas de desenvolvimento, aliado a todas as suas diretrizes e à sua definição do que é justo e coerente no que se refere à utilização de seu território. ■



Amazonas lança 35º Anuário Estatístico em formato digital interativo

A edição de 2025 marca avanço histórico ao substituir o PDF por uma plataforma digital interativa com *Business Intelligence* (BI), o que permite consultas dinâmicas em tempo real

■ Rebeca Mota/Sedecti

O Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), lançou a 35ª edição do Anuário Estatístico do Amazonas (AE), publicação oficial que reúne dados demográficos, sociais, econômicos e ambientais do estado. Criado em 1965, o Anuário é considerado uma das principais ferramentas de transparência e planejamento público, servindo de base para gestores, pesquisadores, empresários, estudantes e cidadãos interessados em compreender a realidade amazonense. Ao longo de mais de cinco décadas, a publicação evoluiu para incorporar novas metodologias de coleta de dados, ampliando a precisão e a relevância das informações estratégicas para o desenvolvimento estadual.

A edição de 2025 marca um avanço histórico: o tradicional PDF, que teve sua última edição publicada em 2022, dá lugar a uma plataforma digital interativa, desenvolvida com ferramentas de *Business Intelligence* (BI). A nova interface permite consultas dinâmicas, painéis personalizados, comparativos de indicadores e atualizações em tempo real. A mudança moderniza a forma como o Estado compartilha dados e facilita o acesso às informações por diferentes públicos, de gestores a estudantes, de pesquisadores a empreendedores.

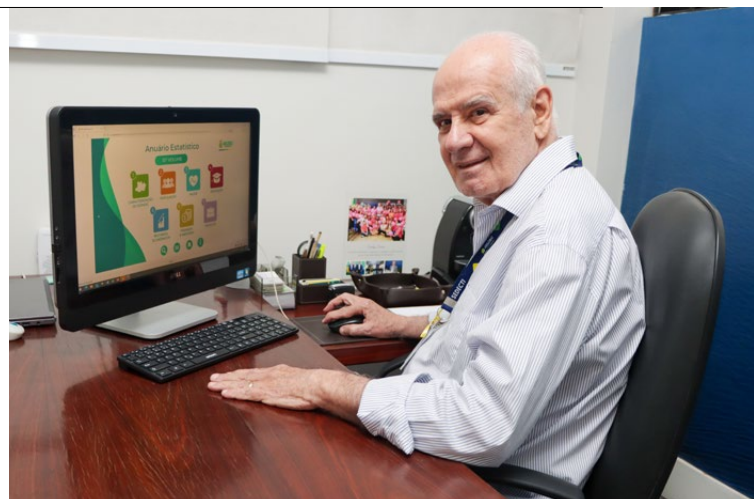
“O 35º Anuário não é apenas uma publicação estatística, mas uma plataforma de conhecimento que fortalece a gestão pública e amplia o acesso da sociedade a informações confiáveis, ajudando a construir políticas mais eficientes e a apoiar decisões estratégicas”, destacou o titular da Sedecti, Serafim Corrêa.

DADOS ESTRATÉGICOS

O Anuário apresenta um retrato detalhado do Amazonas em sete grandes eixos temáticos: caracterização do estado, população, saúde, educação, recursos econômicos, finanças e mercado, além de serviços públicos. Essa organização facilita a consulta por áreas de interesse e garante que diferentes públicos encontrem informações específicas para cada finalidade.

A 35ª edição traz séries históricas ampliadas, algumas com mais de dez anos de dados, permitindo

Bruno Leão/Sedecti



Para o secretário Serafim Corrêa, o novo Anuário Estatístico é mais do que dados, é conhecimento a serviço da gestão pública e do desenvolvimento do Amazonas

análises de tendências e comparações ao longo do tempo. Entre os indicadores estratégicos estão dados sobre população, renda, emprego, finanças públicas, infraestrutura, mercado de trabalho e desempenho social. Todas as informações são validadas com base em fontes oficiais, como o Departamento de Informática do SUS (DataSUS), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A nova plataforma digital é compatível com dispositivos móveis, podendo ser acessada por celulares, computadores e *tablets*. Com isso, pesquisadores podem gerar relatórios em campo, gestores podem acompanhar indicadores durante reuniões estratégicas e jornalistas podem consultar séries históricas com poucos cliques.

A confiabilidade do Anuário está ancorada em um processo técnico rigoroso de coleta e validação. De acordo com Sonia Gomes, a metodologia envolve a integração de bases oficiais estaduais e federais, além de organismos multilaterais, priorizando informações com alto valor estratégico para a formulação de políticas públicas.

Entre as principais instituições e bases de dados utilizadas estão: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias (SNPH), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP-AM),



Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SES-AM), Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (FCEcon), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (Seduc), Agência Nacional de Mineração (ANM), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (Receita Federal), Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (Sefaz), Banco Central do Brasil (Bacen), Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran-AM), Junta Comercial do Estado do Amazonas (Jucea), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Empresa Brasileira

de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Rais, Caged, Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur) e outras. Além disso, são utilizadas séries históricas de edições anteriores, assegurando comparabilidade temporal.

O processo de validação inclui padronização de métricas e nomenclaturas, correção de inconsistências, interpolação estatística e verificação cruzada entre fontes. A equipe técnica do Departamento de Estatística e Geoprocessamento (Degeo) da Sedecti realiza uma análise crítica para garantir a consistência dos dados. “Essa rede de cooperação entre órgãos federais, estaduais e setoriais fortalece a confiabilidade do Anuário e garante que ele se consolide como uma ferramenta viva de planejamento e tomada de decisão baseada em evidências”, enfatizou Sonia Gomes. ■



DE ANUÁRIO IMPRESSO À PLATAFORMA VIVA

Desde a sua criação, em 1965, o Anuário Estatístico do Amazonas acompanhou as transformações sociais, econômicas e tecnológicas do estado. O que começou como uma publicação impressa com tabelas e quadros estáticos, hoje se consolida como uma plataforma viva, em constante atualização. Essa trajetória reflete a importância crescente da informação qualificada no planejamento público.

A secretária-executiva de Planejamento, Sonia Gomes, explica que a migração para o formato digital representa um marco histórico. “A nova plataforma permitirá acesso mais dinâmico, com atualizações em tempo real e análises personalizadas”, afirmou.

Segundo ela, a mudança vai além da modernização visual. “Essa transformação garante que os dados cheguem de forma ágil e eficiente a gestores, pesquisadores e cidadãos, acompanhando a evolução tecnológica e respondendo à demanda por informações precisas e atualizadas”.

A plataforma foi pensada para ser intuitiva e acessível. Usuários poderão explorar os dados por meio de painéis interativos, aplicar filtros personalizados, cruzar variáveis e gerar visualizações gráficas. A estrutura digital também permite a inclusão contínua de dados, sem depender exclusivamente de publicações anuais, tornando o AE uma ferramenta em constante evolução.



Planejamento de longo prazo para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

O planejamento público é um instrumento essencial para orientar o desenvolvimento nacional e regional, sobretudo em um país de dimensões continentais como o Brasil. No caso do Amazonas, essa necessidade se torna ainda mais evidente. A região, ao mesmo tempo em que concentra a maior floresta tropical do planeta, enfrenta desafios históricos relacionados à infraestrutura e à redução das desigualdades sociais.

Pensar o futuro do Amazonas exige uma visão de longo prazo, capaz de integrar políticas públicas, planejamento orçamentário e estratégias de desenvolvimento sustentável. É nesse contexto que a Zona Franca de Manaus se destaca como exemplo de política pública que une crescimento econômico e preservação ambiental, ao gerar empregos e renda enquanto mantém a floresta em pé.

O desafio atual é dar continuidade a esse modelo, adaptando-o às novas exigências globais: transição energética, mudanças climáticas, sustentabilidade macroeconômica e inovação tecnológica. Isso só será possível com a institucionalização do

planejamento governamental, o fortalecimento da gestão para resultados e a ampliação da participação social nos processos decisórios.

O Amazonas tem potencial para ser protagonista de uma nova economia verde, baseada em ciência, tecnologia e inovação. Mas, para isso, precisamos de políticas consistentes, planejadas e monitoradas, que transcendam governos e garantam oportunidades para as próximas gerações.

O futuro da Amazônia depende de escolhas responsáveis feitas no presente. ■

**“A Amazônia
pode liderar a nova
economia verde — com
inovação, floresta em
pé e futuro sustentável
para todos.”**

Serafim Fernandes Corrêa, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas



Ilustração: Ilustra Carlinho/ Sedeci

Planejamento de longo prazo: Bahia 2050 mobiliza mais de 50 mil pessoas em todos os municípios do estado

Baianas e baianos dos 417 municípios participaram da consulta pública digital do PDI Bahia 2050, um marco na democratização do planejamento estratégico de longo prazo no Brasil



Feijão Almeida / GOV-BA

Referência em participação social no planejamento público brasileiro, a Bahia reafirmou em 2025 a sua tradição de diálogo com a sociedade na construção de políticas públicas. Entre os meses de junho e julho, foi realizada a consulta pública para a definição da visão de futuro do Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI Bahia 2050, instrumento que atualiza o horizonte de planejamento de 2035 para 2050, em sintonia com a Estratégia Brasil 2050.

Em apenas 20 dias, em pleno período das festas juninas, uma campanha coordenada pela Secretaria do Planejamento — divulgada na plataforma digital de serviços @ba.gov.br e nos perfis institucionais do Governo da Bahia nas redes sociais — mobilizou mais de 50 mil pessoas dos 417 municípios baianos. O engajamento foi expressivo e mostrou que o povo baiano, além de celebrar sua cultura, reconhece o valor da participação cidadã no planejamento do futuro do estado.

A consulta digital do PDI Bahia 2050 mobilizou uma sociedade diversa: 81% de pessoas pretas e pardas, 71% de mulheres, 30% de adultos, com escolaridade do ensino médio à pós-graduação. As respostas a oito questões fechadas e uma aberta ajudaram a definir os atributos que orientam a visão de futuro do estado.

PERFIL DO PÚBLICO CONSULTA DIGITAL

A Bahia que os baianos e baianas querem construir nos próximos 25 anos é segura, justa, sustentável, livre, próspera, igualitária, eficiente e humana. Esses atributos, destacados a partir de uma

análise apoiada por inteligência artificial, resultaram em uma nuvem de palavras que sintetiza as prioridades apontadas pela população.

A consulta pública digital, que já se projeta como um case de sucesso em participação social, integra o conjunto de iniciativas realizadas ao longo de 2025 para a atualização do PDI Bahia 2050. Além dela, foram promovidos seminários, entrevistas e oficinas com autoridades, gestores públicos, especialistas, representantes da sociedade civil e do setor produtivo.

Esses espaços de escuta e debate permitiram identificar os principais ativos e desafios para orientar a formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento integrado, equilibrando os componentes econômico, social e ambiental, como explica o superintendente de Planejamento Estratégico da Seplan, Ranieri Barreto.

“A participação social é um alicerce da metodologia adotada pela Bahia no planejamento estratégico, e está presente a todo momento no PDI Bahia 2050. Desde a fase de estudos e diagnósticos, com consultas a especialistas, gestores e representantes da sociedade civil, até a sua governança, já prevista com a criação do Fórum Bahia 2050”, ressalta o superintendente.

As grandes tendências e temáticas em discussão no mundo, no Brasil e na Bahia foram analisadas durante a fase de prospecção de cenários, que antecedeu as etapas de construção da visão de futuro, dos eixos e dos objetivos estratégicos. Entre os destaques

A história do planejamento na Bahia é marcada por pioneirismo e participação social





Lucas Silva / Ascom-Seplan

estão a transição energética, a nova indústria, as políticas públicas transversais, questões sensíveis a gênero e raça, a gestão pública inovadora e o avanço das novas tecnologias.

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

O processo de atualização do PDI, realizado em parceria com a Macroplan Consultoria, envolve diferentes etapas, combinando diagnóstico e análise técnica de planos, políticas, programas e estudos com escuta social. Primeiro, foram construídos cenários prospectivos que ajudaram a refletir sobre megatendências globais, nacionais e regionais. Em seguida, realizaram-se entrevistas qualitativas com especialistas e lideranças, seminários temáticos sobre áreas estratégicas e a consulta pública, que consolidou as aspirações da sociedade baiana.

Com base nas contribuições da sociedade e nos diagnósticos realizados, o PDI Bahia 2050 foi estruturado em 5 eixos estratégicos, que reúnem 21 objetivos de longo prazo:

- **Competitividade sistêmica** – integração territorial, agregação de valor, economia

criativa e turismo, com foco na geração de trabalho decente.

- **Sustentabilidade socioambiental** – transição energética, bioeconomia, enfrentamento das mudanças climáticas e saneamento universal.
- **Educação Cidadã e Transformadora** – acesso universal à educação básica de qualidade e expansão da formação técnica e superior.
- **Diversidade e equidade** – redução das desigualdades sociais e territoriais, inclusão de grupos historicamente vulnerabilizados e valorização da diversidade cultural.
- **Gestão e inovação** – transformação digital, fortalecimento da gestão pública e ampliação da participação cidadã.

Entre os objetivos estratégicos, destacam-se a universalização do acesso à educação de qualidade, a expansão da matriz energética limpa, o fortalecimento da agricultura familiar com base em tecnologia sustentável, a redução das desigualdades raciais e de gênero, a promoção da economia criativa e inovadora e a modernização do Estado com maior transparência e eficiência.

Um dos diferenciais do PDI Bahia 2050 é que ele já nasce integrado ao ciclo de planejamento de médio e curto prazo. Isso significa que seus eixos, objetivos e metas terão reflexo direto nos programas do Plano Plurianual (PPA) e nos orçamentos anuais (LOA), garantindo coerência entre as estratégias de longo prazo e a execução cotidiana das políticas públicas.

Além disso, será implementado um sistema de monitoramento e avaliação que permitirá acompanhar por meio de indicadores, de forma transparente, o alcance dos resultados e a efetividade das ações. Esse arranjo assegura que a visão de futuro definida para 2050 não fique restrita a um documento técnico, mas se traduza em compromissos concretos, acompanhados pela sociedade e pelos órgãos de controle.

A estratégia de participação adotada pelo Governo da Bahia foi desenhada para assegurar representatividade territorial e diversidade de vozes. Além da consulta digital, destacam-se os seminários

macroterritoriais realizados em universidades estaduais nas principais regiões do estado. Esses encontros reuniram representantes dos 27 Territórios de Identidade, consórcios públicos, organizações sociais, setor produtivo e academia, fortalecendo o diálogo entre Estado e sociedade.

FÓRUM BAHIA 2050

O modelo de governança do PDI previu ainda a criação de dois Núcleos (Estratégico e Executivo) formados por secretários e servidores públicos estaduais, além do Fórum Bahia 2050, instância permanente de acompanhamento e pactuação das estratégias, composta por órgãos de governo, setor produtivo, academia e sociedade civil. Essa estrutura busca assegurar continuidade, transparência e corresponsabilidade na execução das metas, independentemente das mudanças de governo.

O secretário estadual do Planejamento da Bahia, Cláudio Peixoto, reforça a importância do





Manuela Cavadas

alinhamento entre os três níveis de governo para o aprimoramento das políticas públicas, valorizando a articulação institucional da Bahia com o Governo Federal, que tem possibilitado o fortalecimento de programas nas áreas de saúde, educação, segurança, infraestrutura e logística.

“A convergência nacional para a temática do longo prazo promovida pela Estratégia Brasil 2050 é fundamental para o nosso futuro enquanto nação. Só

conseguiremos construir um futuro melhor se forem estabelecidos pactos em torno de objetivos estratégicos e metas que mobilizem a sociedade. Esse é o nosso desafio no planejamento em um cenário em que ainda persistem as desigualdades regionais, se aprofundam tensões geopolíticas, transformações econômicas e sociais e o agravamento das mudanças climáticas”, afirma o secretário.

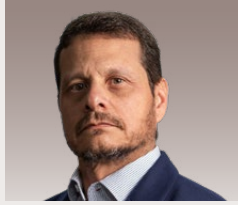
As etapas seguintes do processo incluem a consolidação das estratégias para o alcance dos objetivos propostos, com base nas contribuições recebidas e a organização da carteira de projetos estratégicos,

que definirá as principais iniciativas a serem implementadas até 2050. A governança do plano no Fórum Bahia 2050 acompanhará a execução, propondo ajustes sempre que necessário, para que o PDI seja um documento vivo, capaz de orientar o desenvolvimento do estado no longo prazo. ■

“ Mais do que um plano, o PDI Bahia 2050 é um pacto social pelo futuro. Uma agenda que nasce da escuta da população e se consolida como referência para integrar políticas públicas, reduzir desigualdades e garantir qualidade de vida para as próximas gerações”

Cláudio Peixoto, secretário do Planejamento da Bahia





Sistema de Avaliação de Políticas Públicas: um marco para a gestão estratégica na Bahia

A avaliação de políticas públicas é um instrumento essencial para orientar as decisões dos gestores e assegurar que os recursos do Estado sejam aplicados de forma eficiente e com impacto real na vida da população. Mais do que mensurar resultados, trata-se de um processo que fortalece a efetividade das políticas, aprimora a qualidade dos serviços prestados e amplia a transparência da gestão.

Na Bahia, a prática avaliativa já integra o Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege), com destaque para a análise de desempenho dos programas do Plano Plurianual (PPA). Agora, a Secretaria do Planejamento (Seplan) dá um passo adiante com a implantação do Sistema de Avaliação de Políticas Públicas – uma iniciativa inovadora que fortalece a capacidade do Estado de conceber, executar, monitorar e avaliar políticas, em sintonia com a Emenda Constitucional nº 109/2021.

O objetivo central é ampliar a capacidade de avaliação no Executivo estadual e consolidar uma gestão orientada por evidências. Entre os benefícios esperados estão a maior eficiência na alocação de recursos, serviços públicos mais qualificados, fortalecimento da cultura avaliativa e estímulo à participação social em todo o ciclo das políticas.

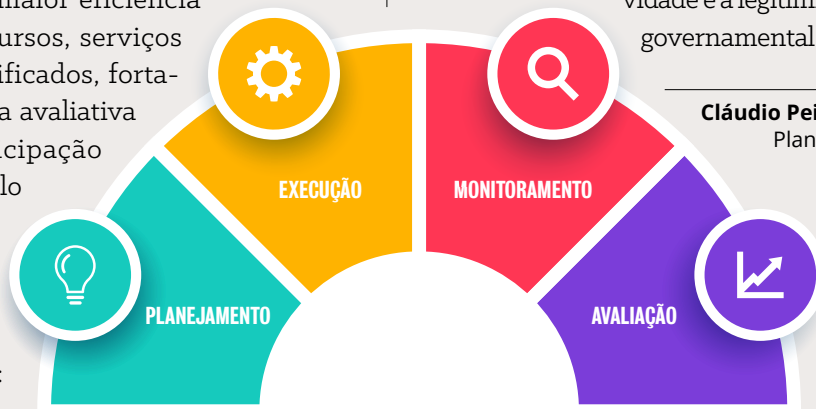
A implementação do sistema se apoia em quatro pilares estruturantes:

normatização, formação, execução de avaliações e comunicação. Suas linhas de atuação envolvem tanto a avaliação de políticas estratégicas quanto a difusão da cultura de avaliação em toda a administração pública. A governança será compartilhada entre diferentes órgãos, com protagonismo do Comitê de Avaliação de Políticas Públicas (Comapp), responsável por selecionar as políticas prioritárias, elaborar o Plano Anual de Avaliação e monitorar a implementação das recomendações.

Os próximos passos incluem o mapeamento das experiências e capacidades já existentes nos órgãos estaduais, a identificação das demandas por avaliação, a criação de uma rede interna de avaliadores e de uma rede de pesquisadores parceiros, além da realização do I Simpósio Estadual de Avaliação de Políticas Públicas.

O Sistema de Avaliação de Políticas Públicas representa, assim, um avanço estratégico e institucional para a Bahia. Ao consolidar políticas fundamentadas em valor público e evidências, o Estado reafirma seu compromisso com a transparência, a efetividade e a legitimidade de sua ação governamental. ■

Cláudio Peixoto, secretário do Planejamento da Bahia.





Ceará leva clima e primeira infância para o PPA

Planejamento estadual inova ao incluir mudanças climáticas e primeira infância como prioridades e garante transversalidade, orçamento e gestão integrada



O Governo do Ceará, por meio da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag-CE), vem implementando iniciativas importantes para promover o aprimoramento da gestão governamental e do processo orçamentário, buscando maior eficiência na utilização dos recursos e na implementação de políticas públicas. Duas dessas iniciativas são a inclusão do tema transversal sobre Mudanças Climáticas e a criação de um marcador para a Primeira Infância no instrumento de planejamento governamental, o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

Os novos assuntos somam-se aos oito temas transversais introduzidos pelo Governo do Ceará no PPA 2024-2027 nos diálogos realizados junto aos órgãos e entidades estaduais desde a sua concepção, buscando a igualdade de direitos e oportunidades para os grupos mais vulneráveis da sociedade. São eles: Atenção à Pessoa com Deficiência; Atenção à Pessoa Idosa; Equidade de Gênero e Proteção das Mulheres; Igualdade Étnico-Racial; Inclusão e

Direitos da População LGBTI+; Promoção de Direitos e Oportunidades para a Juventude; Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência; e Reconhecimento, Promoção e Defesa dos Povos Indígenas.

Conforme a secretária executiva de Planejamento e Orçamento da Seplag, Naiana Corrêa, a abordagem transversal permite uma visão integrada e sistêmica, conectando diferentes áreas do conhecimento e

Naiana Corrêa, secretária executiva de Planejamento e Orçamento da Seplag-CE, destaca o Ceará como referência em orçamento sensível à criança e ao adolescente, reforçando o compromisso do estado com políticas públicas integradas para o desenvolvimento infantil





Divulgação / Governo do Ceará

O PPA 2024–2027 incorpora a Agenda Transversal dos Povos Indígenas, consolidando compromissos para promoção dos seus direitos, proteção territorial, preservação cultural e dignidade, com transparência na execução das ações orçamentárias

setores governamentais para abordar questões complexas. “A transversalidade pode ser entendida como uma perspectiva que busca compreender um tema em suas múltiplas dimensões e relações envolvidas, sendo inviável, nesse sentido, abordá-lo de forma isolada”, explica.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A secretária executiva da Seplag-CE destaca que a inclusão do tema transversal “Mitigação e Adaptação aos Impactos das Emergências Climáticas” durante o período de revisão do PPA demonstra o compromisso do governo estadual em abordar as mudanças climáticas de forma integrada e traz uma

série de benefícios, como o alinhamento das políticas públicas aos objetivos de desenvolvimento sustentável e a realização de investimentos que reduzem custos futuros com desastres, além de melhorar a avaliação e a alocação de recursos por meio de indicadores específicos.

“Alinhando-se à agenda do governo federal e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil para o tratamento das emergências do clima, o Ceará incorporou a pauta climática como tema transversal, destacando, por meio de suas entregas, as ações necessárias para a mitigação, adaptação e preparação para desastres decorrentes das mudanças do clima”, explica a coordenadora de Planejamento

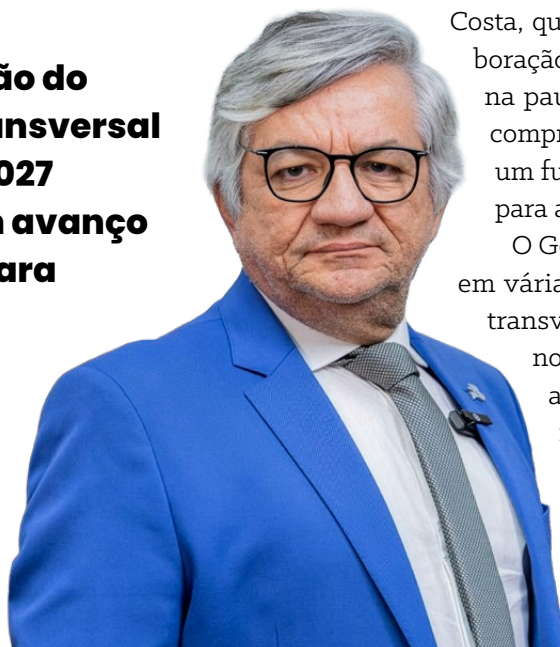
e Gestão para Resultados da Seplag, Lara Costa, que ressalta ainda a estreita colaboração com as secretarias envolvidas na pauta das questões climáticas e o compromisso do Estado em construir um futuro mais promissor e resiliente para a população cearense.

O Governo do Ceará tem trabalhado em várias frentes para integrar o tema transversal das mudanças climáticas no planejamento público, incluindo a participação em conferências internacionais, como a 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID III). Durante o

“A inclusão do tema transversal no PPA 2024–2027 representa um avanço significativo para a população cearense”

Alexandre Cialdini, secretário do Planejamento e Gestão do Ceará

Divulgação



“ O Ceará incorporou a pauta climática como tema transversal, destacando ações para mitigação, adaptação e preparação para desastres decorrentes das mudanças do clima”

Lara Costa, coordenadora de Planejamento e Gestão para Resultados da Seplag

evento, a coordenadora da Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado (Cocap) da Seplag-CE, Ticiania Gentil, conduziu um painel sobre estratégias de financiamento para o desenvolvimento sustentável e a resiliência climática no Nordeste brasileiro.

Para o secretário Alexandre Cialdini, com essas ações, o Ceará reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a gestão eficaz das mudanças ambientais. “A inclusão do tema transversal no PPA 2024-2027 representa um avanço significativo para a população cearense, por meio da promoção da conscientização, mitigação e adaptação aos impactos das emergências climáticas”, complementa o gestor.

PRIMEIRA INFÂNCIA

O marcador específico da Primeira Infância no tema transversal Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência foi outro importante avanço dentro do PPA cearense. Neste contexto, em abril de 2025, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), realizou o lançamento oficial do Pacto Cearense pela Primeira Infância no Estado, envolvendo membros do Sistema de Controle Externo brasileiro, autoridades e gestores públicos, acadêmicos e interessados na temática. O governador do Ceará, Elmano de Freitas,



Dennis Moraes / Ascom-Seplag

foi um dos signatários do Pacto, que tem por um de seus princípios a transparência dos gastos sociais aplicados na primeira infância.

“O Estado comprometeu-se, junto ao TCE, a destinar recursos orçamentários para o apoio e implementação das políticas públicas para a primeira infância, por reconhecer que investir nessa fase da vida é uma maneira eficaz de redução das desigualdades sociais, com a quebra do ciclo de pobreza”, salienta o secretário Alexandre Cialdini.

A primeira infância (da concepção aos seis anos de idade) é decisiva para o desenvolvimento humano e requer políticas integradas que garantam igualdade de oportunidades e proteção integral. Investimentos em creches, pré-escolas, saúde, segurança, saneamento e assistência social são essenciais, devendo o tema ser tratado de forma transversal no planejamento e no orçamento públicos.

Nesse sentido, a Seplag-CE implementou uma iniciativa inovadora ao criar um marcador específico no Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (Siof) para monitorar os recursos direcionados à



primeira infância. O marcador permite identificar as ações orçamentárias vinculadas ao tema transversal Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência que contribuem diretamente para o desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida. Essa medida foi realizada em parceria com a Secretaria da Proteção Social (SPS), gestora do tema transversal, visando tornar o planejamento e o orçamento públicos mais eficazes e eficientes e assegurar a transparência dos recursos alocados de forma estratégica para atender às necessidades dessa faixa etária.

“A criação do marcador para primeira infância no PPA-2024-2027 funciona como uma ferramenta estratégica que reflete o compromisso do Estado com o desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida. Com essa medida operacional, os recursos serão direcionados de forma precisa para atender às suas necessidades específicas, refletindo suas prioridades no orçamento público”, pontua a secretária executiva Naiana Corrêa.

O Estado do Ceará avança, assim, na transparência e no estímulo à concepção de políticas de

proteção e desenvolvimento integral das crianças, alinhando-se às legislações vigentes, assegurando acesso a oportunidades e serviços de qualidade desde os primeiros anos de vida.

O Governo do Ceará tem trabalhado incansavelmente para implementar o Plano Estadual da Primeira Infância. “Com a adesão de todos os 184 municípios cearenses, o plano tem objetivos claros: reduzir a mortalidade infantil, ampliar a cobertura de creches, universalizar a pré-escola, reduzir o percentual de crianças em insegurança alimentar e ampliar o atendimento de crianças com deficiência”, reforça a coordenadora de Planejamento e Gestão para Resultados da Seplag, Lara Costa.

O marcador específico da Primeira Infância no tema transversal Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência foi um importante avanço dentro do PPA cearense



Divulgação / Governo do Ceará



Dennis Moraes / Ascom-Seplag

ALINHAMENTO NACIONAL

Destaca-se também que o Estado do Ceará está participando de um projeto piloto realizado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), para a promoção de um alinhamento nacional no sistema de planejamento e orçamento voltado para crianças e adolescentes. “O Ceará foi um dos quatro estados selecionados no Brasil pelo MPO por ser considerado referência em planejamento para adoção e desenvolvimento da experiência do orçamento sensível à criança e ao adolescente”, destaca a secretária executiva Naiana Corrêa.

No âmbito desse projeto, foi realizada, no último mês de agosto, a Oficina de Planejamento sobre a Agenda Transversal de Crianças e Adolescentes, cujo objetivo foi compreender os desafios existentes e apoiar o aperfeiçoamento da referida agenda. O evento contou com a participação de 45 pessoas de 22 órgãos e entidades estaduais que atuam nessa temática.

Dentre os produtos da oficina, destacam-se a Matriz de Evolução da Agenda Transversal Crianças e Adolescentes, abrangendo as dimensões de articulação intersectorial, planejamento orçamentário,

Iniciativas, como a Oficina de Planejamento sobre a Agenda Transversal de Crianças e Adolescentes, impulsionam a formulação de políticas públicas mais consistentes, integradas e capazes de gerar impactos positivos para crianças e adolescentes

execução orçamentária e monitoramento e avaliação, a Matriz de Partes Interessadas na Agenda e uma proposta de plano de ação para o aperfeiçoamento dessa agenda no Ceará.

“Iniciativas como essa reforçam o compromisso do Governo do Ceará com o aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos de planejamento e com a identificação das ações voltadas às temáticas da infância e da adolescência — e, mais recentemente, da primeira infância —, impulsionando a formulação de políticas públicas mais consistentes, integradas e capazes de gerar impactos positivos para esse público”, finaliza o secretário Alexandre Cialdini. ■



Planejamento que transforma: o modelo do DF em ação

Liderados pela Secretaria de Economia, processos de gestão têm acompanhamento em tempo real por 150 unidades orçamentárias

Vinícius de Melo/Sec-DF

Anexo do Buriti →
Procuradoria
Geral do DF →

Em um cenário nacional marcado por desafios na gestão pública e com uma sociedade que exige mais efetividade nas políticas de Estado, o Distrito Federal desponta como referência ao transformar o planejamento governamental em um instrumento estruturante, inovador e orientado para resultados concretos. O modelo adotado pelo GDF não apenas organiza ações e recursos, mas também define prioridades, promove transparência e potencializa o impacto das políticas públicas sobre a vida das pessoas.

No centro dessa transformação está o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, aprovado pela Lei nº 7.378/2023. “Mais do que uma peça de planejamento orçamentário, o PPA é um mapa estratégico de governo. É capaz de articular metas, indicadores, ações orçamentárias e não orçamentárias em torno de objetivos claros e mensuráveis que organizam políticas públicas, meios para sua implementação e instrumentos para seu acompanhamento”, diz o secretário de Economia do DF, Daniel Izaías de Carvalho. O plano orienta as decisões do Executivo Distrital com base em diagnósticos, evidências e diálogo com a sociedade — pilares essenciais para uma gestão moderna e eficiente.

“O PPA é o instrumento central do planejamento público no Distrito Federal. Ele vai muito além da previsão de gastos para seus quatro anos de vigência. É a ferramenta que nos permite transformar diagnósticos em políticas concretas e assegurar que cada ação tenha impacto real na vida da população”, destaca a subsecretária de Planejamento Governamental da Secretaria de Economia do DF, Luiza Londe.

INOVAÇÃO CONSTANTE

O modelo brasileiro de planejamento se diferencia dos demais estados principalmente por sua estrutura abrangente e adaptável. Organizado em 16 programas temáticos — que incluem áreas como saúde, educação, mobilidade, segurança e meio ambiente —, o PPA articula metas e indicadores que permitem acompanhar a execução e medir resultados de forma contínua.

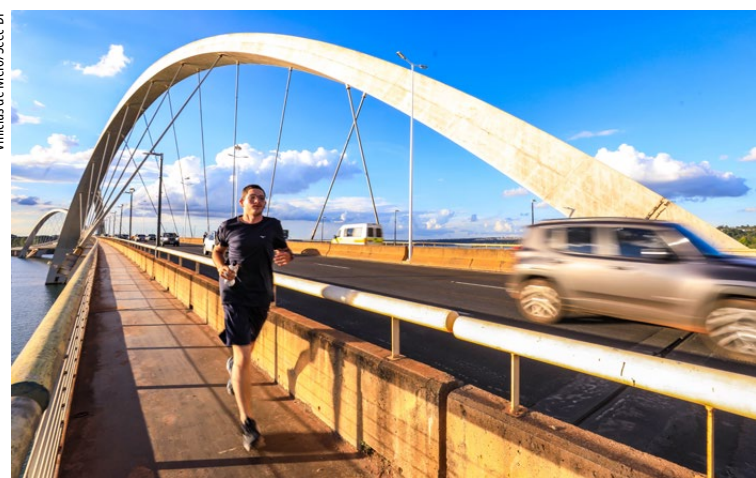
Outro diferencial está na adoção de ações não orçamentárias, um conceito que amplia o alcance das políticas públicas mesmo diante da limitação de recursos financeiros. Por meio de mudanças normativas, regulamentações ou estratégias de gestão, dentre outras alternativas, o DF consegue implementar políticas transformadoras sem depender exclusivamente do orçamento.

“O uso estratégico de ações não orçamentárias é uma das grandes inovações do nosso modelo. Ele mostra que políticas públicas eficazes não dependem apenas de dinheiro, mas também de inteligência e articulação”, explica Luiza.

MONITORAMENTO CONTÍNUO

O ciclo de planejamento no DF não se encerra com a publicação do PPA. Ele é constantemente monitorado, avaliado e atualizado conforme a evolução das demandas sociais e econômicas. Esse acompanhamento permanente é feito por meio do Sistema PPA WEB, uma plataforma digital desenvolvida pelo próprio governo distrital que permite às cerca de 150 unidades orçamentárias inserir, acompanhar e revisar informações em tempo real. Assim, a tecnologia facilita a tomada de decisões, garante maior precisão nas ações e fortalece a integração entre órgãos.

Vinicius de Melo/Sec-DF



Corredor de pedestres na Ponte



Vinícius de Melo/Sec-DF

“O Painel PPA representa a democratização do planejamento. Ele aproxima a sociedade das entregas realizadas pelo governo e fortalece o controle social”

Luiza Londe, subsecretária de Planejamento Governamental da Secretaria de Economia do DF

Além disso, o DF consolidou uma cultura de transparência ativa com o lançamento do Painel PPA, ferramenta online que apresenta dados atualizados, gráficos e indicadores em linguagem simples e acessível ao público. “O Painel PPA representa a democratização do planejamento. Ele aproxima a sociedade das entregas realizadas pelo governo e fortalece o controle social”, afirma Luiza.

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO

Para tornar o planejamento ainda mais compreensível e acessível, o GDF desenvolveu o Relatório Executivo de Avaliação do PPA, documento que

apresenta os resultados das políticas públicas em linguagem clara, objetiva e amigável à sociedade. Inspirado no conceito de relato integrado, o relatório amplia a transparência, fortalece a governança e ajuda a direcionar as decisões estratégicas do governo.

Outro marco importante foi o lançamento do Guia de Políticas Públicas do Distrito Federal, em 2025, durante o I Congresso Conseplan. O material reúne metodologias, conceitos e boas práticas para orientar gestores na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, consolidando o DF como referência no tema.

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

O protagonismo do DF também se reflete na sua aposta na capacitação técnica e no diálogo institucional. Reuniões técnicas periódicas, audiências públicas e visitas a órgãos da administração permitem alinhar estratégias e trocar experiências, enquanto cursos promovidos na Escola de Governo do DF (Egov) garantem a formação contínua dos servidores. Desde 2022, centenas de profissionais já foram capacitados em planejamento e gestão, fortalecendo a administração pública para enfrentar desafios complexos.

“Planejar bem é o primeiro passo para governar bem. E, no Distrito Federal, o planejamento é visto como uma política de Estado, não de governo. É isso que nos permite entregar resultados duradouros e construir políticas públicas com impacto real para as pessoas”, resume Thiago Conde, secretário-executivo de Finanças, Orçamento e Planejamento da Secretaria de Economia.

Com uma estrutura robusta, tecnologia de ponta, foco em resultados e compromisso com a transparência, o Distrito Federal mostra que planejamento governamental é muito mais do que uma exigência legal: é um instrumento de transformação social. Em meio aos desafios nacionais, o DF não apenas segue à frente — ele redefine o que significa planejar o futuro com eficiência, inovação e responsabilidade pública. ■



Equilíbrio fiscal para execução eficiente do PPA

O equilíbrio das contas públicas é essencial para o planejamento governamental, pois traz previsibilidade e permite ao Governo a construção do planejamento estratégico de forma eficiente por meio do Plano Plurianual (PPA). A disciplina fiscal possibilita aos gestores públicos converter em realidade as ações, os programas e os projetos concebidos para melhorar a vida da população.

Entretanto, esse equilíbrio pode ser comprometido por diversos fatores, como despesas emergenciais, queda de arrecadação, mudanças bruscas em marcos regulatórios, crises econômicas e outras situações que impactam diretamente a economia. Nessas circunstâncias, cabe ao governo rever a rota, reorganizar prioridades e adotar alternativas capazes de superar as dificuldades.

Nesses momentos, os gestores recorrem a instrumentos legais que permitem amenizar impactos e garantir a continuidade da execução do PPA. Foi o que ocorreu no Distrito Federal, em junho passado, quando o governo anunciou o contingenciamento de R\$ 1 bilhão do orçamento previsto para 2025.

A medida, embora frequentemente incompreendida pelo senso comum, não representa cortes arbitrários. Trata-se de um ajuste legítimo de gestão, previsto no artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

“O equilíbrio fiscal não é sinônimo de cortes, mas de gestão responsável que garante a continuidade das políticas públicas”

Não há perda de recursos, mas a suspensão temporária de sua utilização para reorganizar prioridades. Essa pausa estratégica assegura o funcionamento da máquina pública sem comprometer áreas essenciais.

No caso distrital, mesmo com o contingenciamento, programas sociais fundamentais — como o Prato Cheio, o Passe Livre Estudantil, os restaurantes comunitários e o Cartão Gás — foram preservados, assim como os investimentos em saúde e educação. Essa decisão revela maturidade política e técnica.

Além do contingenciamento, outros instrumentos, como o remanejamento de recursos entre as Pastas, podem ser empregados para realinhar os gastos públicos, sempre com foco no equilíbrio fiscal. A relação entre equilíbrio fiscal e PPA exige solidez na tomada de decisões, pois somente assim é possível garantir um planejamento estratégico de governo com eficiência e eficácia efetivas. ■

Daniel Izaias, secretário de Estado de Economia do Distrito Federal e doutor em Administração Pública



Responsabilidade fiscal vira crescimento no ES

Integração entre planejamento, orçamento e execução
garante controle de despesas correntes, expansão de
investimentos e referência nacional em governança pública



Com planejamento, rigor técnico e visão de longo prazo, o Espírito Santo reafirma o seu protagonismo na gestão das contas públicas, alcançando o 1º lugar em Solidez Fiscal e o 2º lugar em Infraestrutura no Ranking de Competitividade dos Estados 2025, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). O desempenho reflete o equilíbrio conquistado pelo Estado, sendo a unidade da Federação que menos gasta com pessoal e a que mais investe, mantendo um controle criterioso sobre o custeio.

Há 14 anos, o Estado mantém nota A na Capacidade de Pagamento (Capag) do Tesouro Nacional, evidenciando a consistência de uma política pública voltada ao equilíbrio estrutural das finanças estaduais. Essa trajetória reflete uma forma madura de governança fiscal no nível subnacional, caracterizada pela integração entre planejamento, execução, controle e avaliação.

“Optamos por um caminho claro que é a disciplina fiscal, o planejamento de longo prazo e a gestão por resultados. Manter a nota A+ da Capag, alcançar o primeiro lugar em Solidez Fiscal e ser o Estado que mais investe proporcionalmente em infraestrutura, mostra que ampliar os investimentos – chegando a cerca de 20% da receita – é possível. Seguiremos governando com transparência e responsabilidade para transformar essa solidez em mais serviços, desenvolvimento e oportunidades para todos os capixabas”, ressaltou o governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande.

Ao institucionalizar práticas de disciplina fiscal, transparência e monitoramento permanente, o Espírito Santo consolidou um modelo de gestão alinhado às melhores recomendações da teoria e da prática fiscal contemporânea. Um exemplo concreto de como a governança fiscal subnacional pode se tornar vetor de desenvolvimento sustentável e de fortalecimento do federalismo brasileiro.

O sucesso fiscal capixaba decorre do rigor na gestão das despesas, especialmente nas despesas correntes, aliado ao fortalecimento dos mecanismos de planejamento e execução orçamentária. Essa

prudência assegura margem para investimentos, evitando que o custeio comprometa as políticas públicas e os programas prioritários. Ao mesmo tempo, o Estado ocupa posição de destaque entre os que mais investem no Brasil. Em 2024, cerca de 20% da receita total foi direcionada a obras e projetos estruturantes, enquanto a média nacional gira em torno de 6%. Esses investimentos alcançam todas as

“ Manter a nota A+ da Capag, alcançar o primeiro lugar em Solidez Fiscal e ser o Estado que mais investe proporcionalmente em infraestrutura, mostra que ampliar os investimentos – chegando a cerca de 20% da receita – é possível”

Renato Casagrande, governador do Estado do Espírito Santo

Hélio Filho





DER-15

Complexo de Saúde Norte um robusto - investimento em saúde pública no Espírito Santo

regiões capixabas, impulsionando segmentos estratégicos, como infraestrutura, mobilidade, saneamento, educação, segurança e desenvolvimento urbano.

O desempenho fiscal capixaba traduz, na prática, um princípio fortemente defendido por economistas e gestores públicos de que responsabilidade fiscal é pré-condição para o desenvolvimento sustentável.

Ao manter o equilíbrio fiscal e simultaneamente ampliar a taxa de investimento público, o Espírito Santo demonstra que disciplina fiscal e desenvolvimento econômico podem caminhar juntos. Essa trajetória reafirma o papel do Estado como indutor de produtividade, competitividade e qualidade de vida, convertendo responsabilidade fiscal em crescimento sustentável e prosperidade social.

GOVERNANÇA

Uma boa governança pública é o alicerce de qualquer Estado que busca planejar com visão de futuro e gerir suas finanças com responsabilidade. No Espírito Santo, o fortalecimento da governança no planejamento e no orçamento tem sido

determinante para os resultados de excelência alcançados nos últimos anos. O Estado estruturou um modelo integrado de gestão que une disciplina fiscal, planejamento estratégico e execução eficiente, coordenado pela Secretaria de Economia e Planejamento (SEP).

A SEP é responsável por articular o ciclo de planejamento governamental, do equilíbrio fiscal à entrega de políticas públicas, e está organizada em três Subsecretarias complementares: Orçamento (Subeo), Planejamento e Projetos (Subepp) e Captação de Recursos (Subcap). Juntas, formam o núcleo técnico que assegura previsibilidade, consistência e integração entre o planejamento, o orçamento e a execução. A Subsecretaria de Orçamento (Subeo) é responsável pela coordenação da programação orçamentária, pela elaboração das projeções fiscais e pela gestão das metas de resultado. Com atuação baseada em análises técnicas e prospectivas do cenário econômico e fiscal, que permitem estimar com precisão a capacidade de financiamento do Estado e assegurar o alinhamento

entre planejamento, execução e equilíbrio das contas públicas.

“Um dos diferenciais da atuação capixaba é a integração entre a Subeio e o Tesouro Estadual, vinculado à Secretaria da Fazenda (Sefaz). Essa parceria assegura coerência entre a arrecadação e a execução do gasto público, permitindo um acompanhamento contínuo da disponibilidade financeira e garantindo que cada despesa esteja lastreada em receitas efetivas. O resultado é um modelo de gestão que combina prudência na despesa, rigor técnico e transparência, preservando o equilíbrio fiscal e ampliando o espaço para investimentos”, disse a subsecretária de Estado de Orçamento, Juliani Johanson.

A partir dessa base, a Subsecretaria de Planejamento e Projetos (Subepp) conduz o planejamento governamental de médio e longo prazo, articulando a Agenda Estratégica de Governo e o Planejamento de Longo Prazo do Estado, o Plano ES 500 Anos, que projeta o desenvolvimento capixaba até 2035. A Subepp é responsável por transformar diretrizes em estratégias, integrando metas, indicadores e políticas públicas de forma coerente e orientada a resultados.

Já a Subsecretaria de Captação de Recursos (Subcap) é responsável por mobilizar financiamentos nacionais e internacionais, ampliando a capacidade de investimento do Estado. A atuação da Subcap conecta planejamento e execução, assegurando os meios financeiros necessários para implementar as prioridades do governo.

O secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, destaca que esse modelo de governança integrada consolida o Espírito Santo como referência nacional em planejamento, responsabilidade fiscal e gestão por resultados. “A experiência capixaba demonstra que é possível conciliar equilíbrio financeiro, eficiência administrativa e desenvolvimento humano. A gestão fiscal não é um fim em si mesma, mas uma importante ferramenta de desenvolvimento econômico e social, gerando valor público e, sobretudo, melhorando a vida das pessoas”, pontuou.

DER-ES



Aracruz Fred Loureiro



A solidez das finanças públicas tem permitido ao Espírito Santo expandir de forma consistente sua capacidade de investimento em infraestrutura física e social.

“Assim, o Espírito Santo reafirma que governar com propósito, técnica e visão de longo prazo é o caminho para transformar a gestão pública em um motor de desenvolvimento sustentável, consolidando um modelo que inspira outras unidades da federação”, finalizou Duboc.

RESULTADOS

A solidez das finanças públicas tem permitido ao Espírito Santo expandir de forma consistente sua capacidade de investimento em infraestrutura física e social. O segundo lugar nacional no pilar Infraestrutura do Ranking de Competitividade dos Estados (CLP) é consequência direta de um modelo fiscal consolidado, que alia planejamento técnico, previsibilidade e gestão orientada a resultados.

A gestão orientada a resultados consiste em alinhar as decisões de governo a metas mensuráveis, indicadores de desempenho e entregas concretas para a sociedade. Mais do que executar o orçamento, o Estado busca gerar valor público, avaliando continuamente a eficácia das políticas e o impacto social de cada real investido. Essa lógica, presente em todo o ciclo de gestão, do planejamento à execução, permite priorizar ações que produzem benefícios duradouros e sustentáveis.

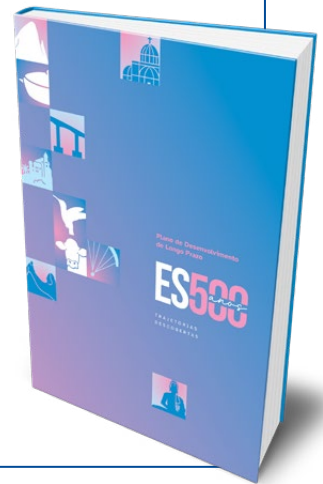
Nos últimos anos, o Espírito Santo vem executando obras de grande impacto regional, como a modernização de rodovias, a ampliação do saneamento básico, a construção de escolas em tempo integral e os investimentos em mobilidade urbana, energia e tecnologia. Essas entregas, planejadas e monitoradas por indicadores de desempenho, elevam a qualidade de vida da população, fortalecem o ambiente de negócios e impulsionam o desenvolvimento econômico sustentável, com foco na redução das desigualdades regionais.

O Estado tem mantido níveis elevados e crescentes de investimento, sustentados por uma política de planejamento de médio e longo prazo, por uma cultura de governança fiscal estável e pela consolidação da gestão orientada a resultados. O Espírito Santo demonstra que é possível investir com constância, responsabilidade e propósito, fazendo do investimento público um instrumento permanente de desenvolvimento.

Entre 2019 e 2024, o Estado realizou aproximadamente R\$ 16 bilhões em investimentos pagos, consolidando uma trajetória com um volume recorde e em expansão dos investimentos públicos. Além

PLANO ES 500 ANOS

O Planejamento de Longo Prazo do Espírito Santo é a visão estratégica de longo prazo do Estado, projetando o desenvolvimento estadual até 2035. Conduzido pela Subepp, é essencial na governança capixaba, alinhando disciplina fiscal, planejamento e gestão por resultados. O plano articula a Agenda Estratégica, transformando diretrizes em estratégias concretas e garantindo a integração de metas e políticas para o desenvolvimento sustentável.

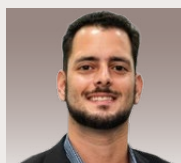


disso, parte dos recursos de royalties são investidos no futuro dos capixabas com o Fundo Soberano, um fundo intergeracional que já possui aporte de mais de R\$ 2,1 bilhões. Essa prática evidencia a maturidade institucional do Estado: a política fiscal capixaba está fundamentada em regras, planejamento e desempenho. No modelo capixaba, a expansão dos investimentos está diretamente atrelada à solidez fiscal, ao controle das despesas correntes e à integração entre as esferas de governo envolvidas, o que garante coerência entre arrecadação, execução orçamentária e metas estratégicas.

O resultado é um modelo de gestão pública moderna, no qual a responsabilidade fiscal e a orientação para resultados se complementam, assegurando previsibilidade, eficiência e impacto social. O Espírito Santo mostra, assim, que governar com técnica, planejamento e propósito é o caminho para transformar a estabilidade fiscal em vetor de desenvolvimento humano e econômico sustentável, capaz de inspirar outras experiências de gestão no país. ■



Andressa Pavão



Raphael Rodrigues

Plano ES 500 Anos: inovação e continuidade no planejamento de longo prazo do Espírito Santo

O Espírito Santo consolida sua posição como referência nacional em planejamento com o Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo ES 500 Anos, seu terceiro PDLP, com horizonte até 2035. Em relação aos planos anteriores, ES 2025 e ES 2030, incorpora inovações alinhadas às melhores práticas globais, como a metodologia de missões, a legislação específica e a ampla mobilização social.

O plano adota a abordagem de políticas orientadas por missões, inspirada em Mazzucato (2022), mobilizando o poder público, a iniciativa privada, a academia e a sociedade civil para enfrentar desafios estruturais, como a transição energética, a desigualdade regional e a aceleração da inovação, de forma integrada.

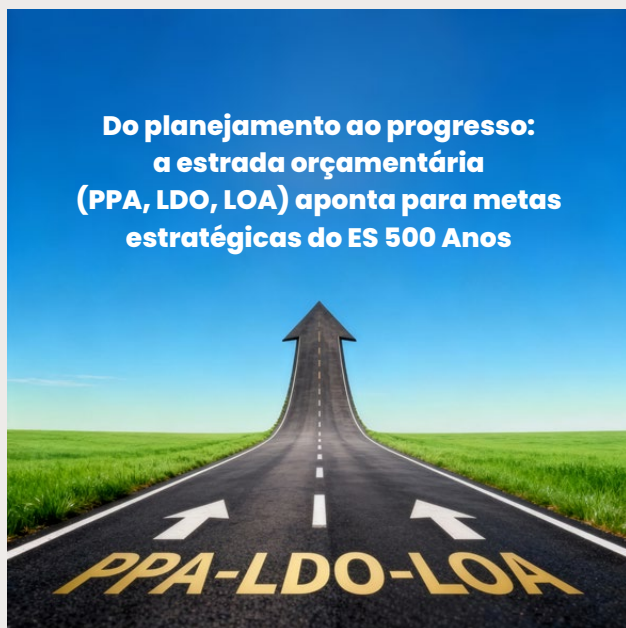
As cinco Missões Estratégicas que definem o rumo do Estado para os próximos dez anos são: 1) Economia diversificada, inovadora e sustentável,

que amplia a complexidade produtiva e atrai investimentos de baixo carbono; 2) Polo de competências, que fortalece a educação, a ciência e a tecnologia; 3) Cuidado integral, com foco em equidade e bem-estar; 4) Sustentabilidade e resiliência climática, para proteger biomas e garantir segurança hídrica; e 5) ES Ágil e Inteligente, voltado à modernização da gestão pública e à transformação digital.

O plano também se destaca como política de Estado, garantida pela Lei nº 12.375/2025, com governança pluri-institucional e mecanismos de engajamento contínuo, como a Comunidade ES 500 Anos, que asseguram transparência, aprendizado coletivo e monitoramento dos resultados. Além disso, articula-se aos instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA), conectando a visão estratégica à execução fiscal e fortalecendo a continuidade das políticas públicas.

Assim, em um cenário de rápidas transformações, o Plano ES 500 Anos reafirma a importância de planejar o futuro. É uma ferramenta essencial para orientar o desenvolvimento do Estado, com inovação e participação, podendo inspirar outras esferas de governo. ■

**Do planejamento ao progresso:
a estrada orçamentária
(PPA, LDO, LOA) aponta para metas
estratégicas do ES 500 Anos**



REFERÊNCIAS

- (1) MAZZUCATO, Mariana. *Missão Economia: um guia inovador para mudar o capitalismo*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2022.

Andressa Rodrigues Pavão, consultora do Tesouro Estadual e subsecretária de Estado de Captação de Recursos.

Raphael Oliveira Rodrigues, economista e analista do Executivo.

RUMO: a nova bússola da gestão estratégica do Governo de Goiás

Framework integra planejamento, execução e governança para fortalecer a gestão pública e alinhar metas estratégicas no Estado de Goiás



O Governo de Goiás intensifica seus esforços para fortalecer o planejamento, a governança e consolidar uma gestão pública integrada, dinâmica e orientada a resultados. Até recentemente, as estruturas centrais do Estado atuavam de forma isolada, o que comprometia a coerência entre planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

O Planejamento Central no estado, coordenado pela Secretaria da Economia, concentrava-se em aspectos formais, com baixa integração entre a estratégia e sua implementação. A Secretaria Geral de Governo conduzia os Projetos com foco em resultados, mas sem articulação plena com o planejamento e demais entregas de governo. A Secretaria de Administração (SEAD) estruturava cadeias de valor pouco conectadas às prioridades, com limitações na gestão dos processos governamentais. Já a Controladoria Geral do Estado (CGE) direcionava a Gestão de Riscos aos projetos, sem alinhamento com o Planejamento Central. A alta gestão das unidades setoriais atuava de forma autônoma e muitas vezes desconectada, dificultando a convergência entre planos, prioridades e suas execuções.

“O RUMO [Rotas para a Unificação de Metas e Objetivos Estratégicos] consolida gestão e governança em uma estrutura única, conectando Planejamento, Processos, Projetos, Orçamento e Compliance em um mesmo fluxo estratégico. Mais do que um instrumento de gestão, representa um modelo de integração que fortalece a ação coordenada das áreas centrais de governo e suas redes”, destaca Danielle Gomes de Oliveira, Subsecretária Central de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

Esse cenário revelava uma configuração complexa, marcada pela sobreposição de políticas, imprecisão de informações e dados para relatórios, restrição de recursos e especificidades de cada pasta, somadas às pressões da sociedade que se manifestam em ritmos distintos. A realidade exigia coerência nas escolhas, clareza na definição de prioridades e capacidade de resposta ágil, tempestiva e efetiva diante de mudanças e situações emergenciais.

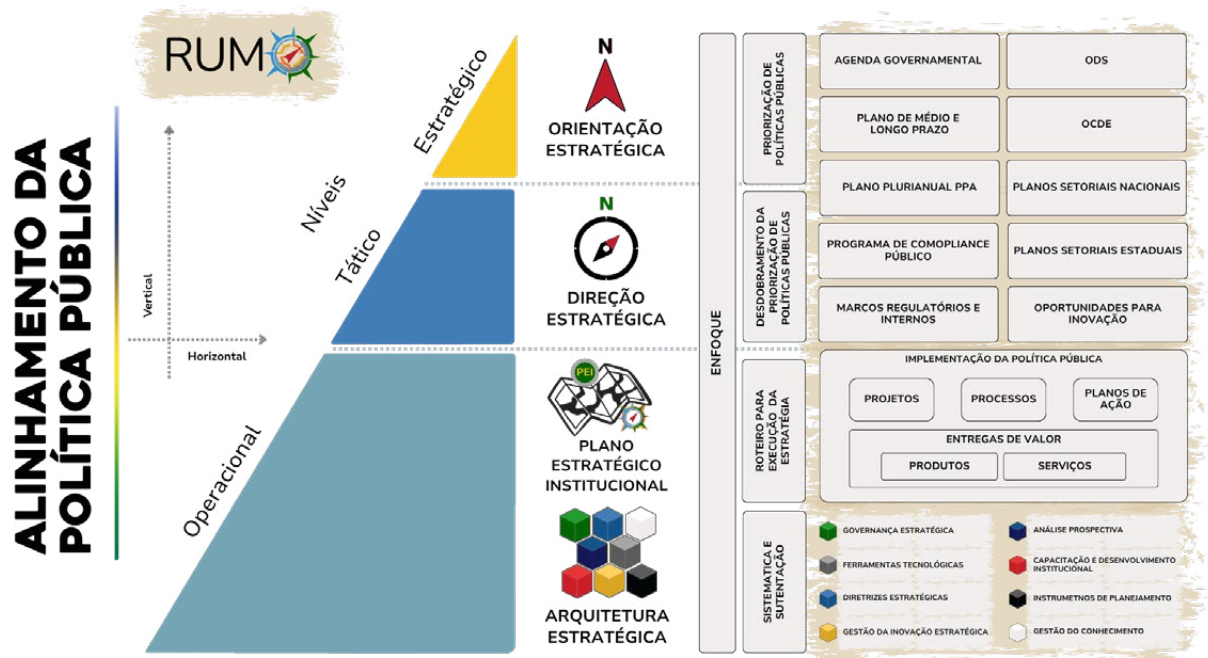


O RUMO consolida gestão e governança em uma estrutura única, conectando Planejamento, Processos, Projetos, Orçamento e Compliance em um mesmo fluxo estratégico”

Danielle Gomes de Oliveira, Subsecretária Central de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Foi nesse cenário que, em dezembro de 2024, surgiu o RUMO (Rotas para a Unificação de Metas e Objetivos Estratégicos), um *framework* concebido para estruturar e alinhar a gestão e a governança das políticas públicas estaduais. Pensado como uma Jornada Estratégica, organizada de forma iterativa e incremental, o RUMO apresenta quatro pilares fundamentais: Orientação Estratégica, Direção Estratégica, Plano Estratégico Institucional (PEI) e Arquitetura Estratégica, cada qual com função específica e complementar.

A Orientação Estratégica, primeiro dos elementos, define os fundamentos que guiam os Objetivos Estratégicos Estaduais, como, por exemplo, o Plano de



Governo, as Diretrizes da Agenda 2030 da ONU (ODS), as recomendações da OCDE e elementos que orientam a estratégia estadual.

A Direção Estratégica vem em seguida, com a função de desdobrar essas orientações em ações de médio e curto prazo, funcionando como elo tático entre as diretrizes estabelecidas e a execução das agendas prioritizadas pelo Centro de Governo.

O Plano Estratégico Institucional (PEI), como elemento de protagonismo central, tem a função de traduzir e desdobrar a visão, a missão e as prioridades das setoriais, alinhadas à estratégia central, e atuar como elemento tático e operacional da política pública.

A Arquitetura Estratégica, sua fundação estrutural, tem maior complexidade, pois possui a função primordial de sustentar a gestão da política pública; ela organiza os processos, instrumentos, mecanismos e elementos que, integrados, garantem consistência à gestão.

O RUMO propõe o alinhamento entre as dimensões verticais (estratégica, tática e operacional) e horizontais (transversais) da política pública, cuja essência compõe seu DNA e sua arquitetura.

A Integração Planejamento-Execução (IPE) é o elo que conecta a estratégia à prática, garantindo que cada meta planejada se traduza em resultados mensuráveis para a sociedade

Seu desenho apresenta uma visão holística, com vistas à sustentação de todas as fases do ciclo da política pública: diagnóstico, formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Para avançar do panorama geral ao funcionamento concreto, o RUMO desdobra elementos, instrumentos e métodos que dão forma à integração estratégica. O Plano Plurianual (PPA) cumpre papel central ao orientar escolhas de médio prazo e ancorar prioridades no ciclo orçamentário. O elemento Integração Planejamento-Execução (IPE) instrumentaliza a ligação entre as camadas tática e operacional, organizando dados, processos e acompanhamentos em uma lógica única de gestão.

INTEGRAÇÃO PLANEJAMENTO-EXECUÇÃO (IPE): O ELO FORTE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

A Integração Planejamento-Execução (IPE) nasce como resposta à necessidade de estruturar o processo de integração do planejamento, da implementação e da avaliação das políticas públicas. Ao estabelecer vínculos formais, o IPE traduz a estratégia em metas táticas e executadas nas camadas operacionais.

Sua função se organiza em cinco camadas complementares:

1. **Conexão:** garante a vinculação entre as diferentes formas de implementação da política pública com projetos, processos e planos de ação.
2. **Transformação:** ocorre de forma manual e técnica, permitindo ajustes de percentuais, conversão de valores, padronização de descrições e organização de informações em bases consistentes para análise.
3. **Qualificação:** realizada sobretudo por meio de sistemas e métodos analíticos, transforma os dados já organizados em informação, gerando indicadores, análises comparativas e fórmulas automatizadas que elevam a execução ao nível estratégico e, ao mesmo tempo, retroalimentam o ciclo.
4. **Apresentação:** organiza relatórios e informações a partir dos documentos gerados.
5. **Verificação:** aprofunda a análise dessas informações, permitindo identificar lacunas, inconsistências e oportunidades de melhoria.

A partir da execução dessas camadas, torna-se possível integrar os elementos do PPA a projetos, processos e/ou planos de ação. Essa integração evidencia os vínculos existentes e, ao mesmo tempo, revela ausências, desalinhamentos e inconsistências técnicas, como valores imprecisos e somas incorretas, que poderiam passar despercebidos no acompanhamento tradicional.

O IPE afirma-se, assim, como instrumento essencial de coerência, transparência e *accountability* na gestão pública, buscando respostas a questionamentos como:

- *Quais são detalhadamente as entregas do estado, com seu custo, qualidade e tempo de execução?*
- *Qual o alinhamento estratégico de cada política pública?*
- *Qual a participação de cada entrega nas iniciativas estratégicas do governo?*
- *Como explicar que determinados projetos disponham de orçamento sem estarem alinhados às prioridades, enquanto outros, já priorizados, carecem de recursos?*
- *Qual a real capacidade de execução das pastas para determinada política pública.*

ARQUITETURA ESTRATÉGICA: IMPORTÂNCIA DA SUSTENTAÇÃO ESTRUTURAL

A Arquitetura Estratégica, enquanto alicerce principal do RUMO, estabelece a base que sustenta processos, instrumentos e mecanismos que conectam e suportam o *framework* como um todo. Ao estruturar planos de ação, sistemas de monitoramento, protocolos de integração de dados e rotinas de governança, garante coerência entre escolhas políticas, prioridades estratégicas e execução. Utilizando lógica iterativa e incremental, permite adaptações constantes, preserva a estabilidade institucional e confere flexibilidade dinâmica à gestão.

A Arquitetura Estratégica é formada por elementos integrados que a sustentam e dão sentido. A Governança Estratégica, primeiro item que compõe a arquitetura, organiza a coordenação das decisões e assegura que as escolhas sejam tomadas de forma alinhada e transparente. Os elementos que, associados a ela, também compõem a Arquitetura são: Ferramentas Tecnológicas; Diretrizes Estratégicas; Análise Prospectiva; Capacitação e Desenvolvimento Institucional; Instrumentos de Planejamento; Gestão do Conhecimento; e Gestão de Inovação Estratégica.

DIAMANTE DA ESTRATÉGIA: O PROCESSO QUE TRADUZ DIRETRIZES EM PEI

O Plano Estratégico Institucional (PEI) constitui o roteiro central da gestão estratégica das pastas, buscando traduzi-la em iniciativas concretas. No RUMO, o PEI organiza missão, visão, valores e objetivos institucionais com seus indicadores e tem como diferencial a capacidade de acomodar diferentes metodologias de Gestão por Objetivos (GpO), como BSC e OKR, preservando a coerência com o conjunto do governo.

A partir da definição dos indicadores, estabelece-se o encadeamento com iniciativas, projetos, processos e planos de ação que asseguram a execução e o alcance dos resultados. Dentro da metáfora da jornada, o PEI funciona como o mapa que guia as pastas na consecução das políticas públicas.

Além disso, incorpora uma lógica de vinculação ascendente, conectando-se aos programas de governo, às diretrizes do PPA, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), à gestão de riscos e a outras orientações estratégicas que dão sustentação às escolhas institucionais.

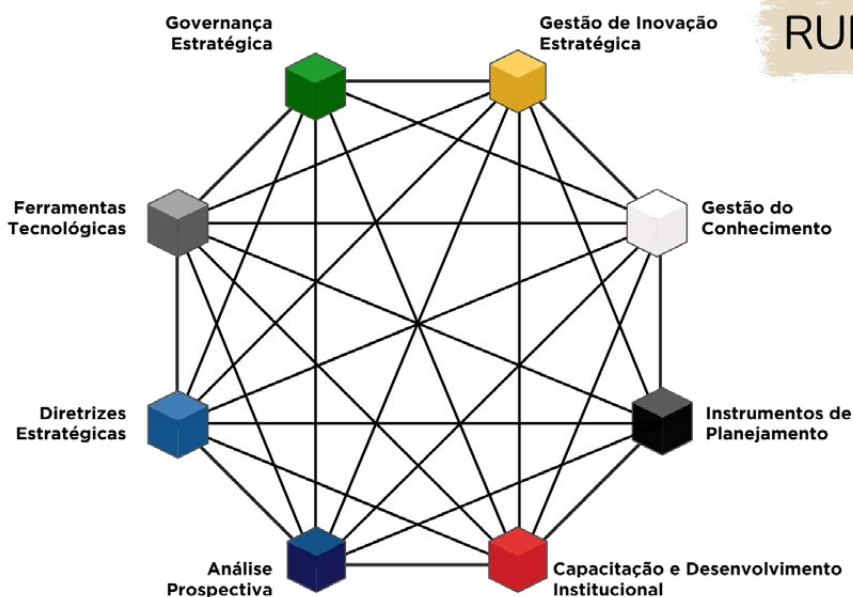
A Arquitetura Estratégica sustenta a coerência da gestão, integrando processos, sistemas e instrumentos que dão estabilidade e flexibilidade às políticas públicas

Abaixo, apresenta-se um exemplo prático de ligação de um objetivo estratégico, vinculado à Secretaria da Economia, que relaciona os elementos ascendentes, bem como suas formas de implementação e acompanhamento dos indicadores.

Como diferencial, o RUMO apresenta o Diamante da Estratégia, uma proposta metodológica que conduz a construção do PEI em uma sequência lógica e integrada. Inspirado em boas práticas de gestão, como o modelo de Bryson (*Strategic Planning for Public and Nonprofit Organizations: A Guide to Strengthening and Sustaining Organizational Achievement*, 2017), o Diamante estrutura cada processo



LIGAÇÕES E VINCULAÇÕES





Apresentação do RUMO na Rede de Planejamento

com entradas, atividades, saídas, riscos e ferramentas essenciais, oferecendo um roteiro seguro para preparação, implementação, monitoramento, ajustes e aprendizado contínuo.

RUMO EM MOVIMENTO

O RUMO tem ganhado vida em diferentes espaços de diálogo e cooperação dentro e fora do Governo de Goiás. Foi apresentado em encontros estratégicos da Rede de Planejamento (1) e da Rede de Projetos (2), e em breve será também pauta da Rede de Processos, ampliando sua disseminação entre gestores e equipes técnicas.

A projeção extrapolou o âmbito interno. Em reunião do PROFISCO, o modelo foi apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que reconheceu a iniciativa como projeto de vanguarda, sem paralelo na realidade brasileira, parabenizando o Estado pela inovação e consistência da proposta.

O *framework* já está incorporado ao Manual de Planejamento Estratégico Institucional, funcionando como referência metodológica para os órgãos estaduais. Além disso, encontra-se em fase de implementação em versão Beta, desenvolvido internamente na Subsecretaria Central de Planejamento,

O Diamante da Estratégia é o roteiro seguro que traduz diretrizes em ações, conecta metas e garante coerência entre planejamento e execução

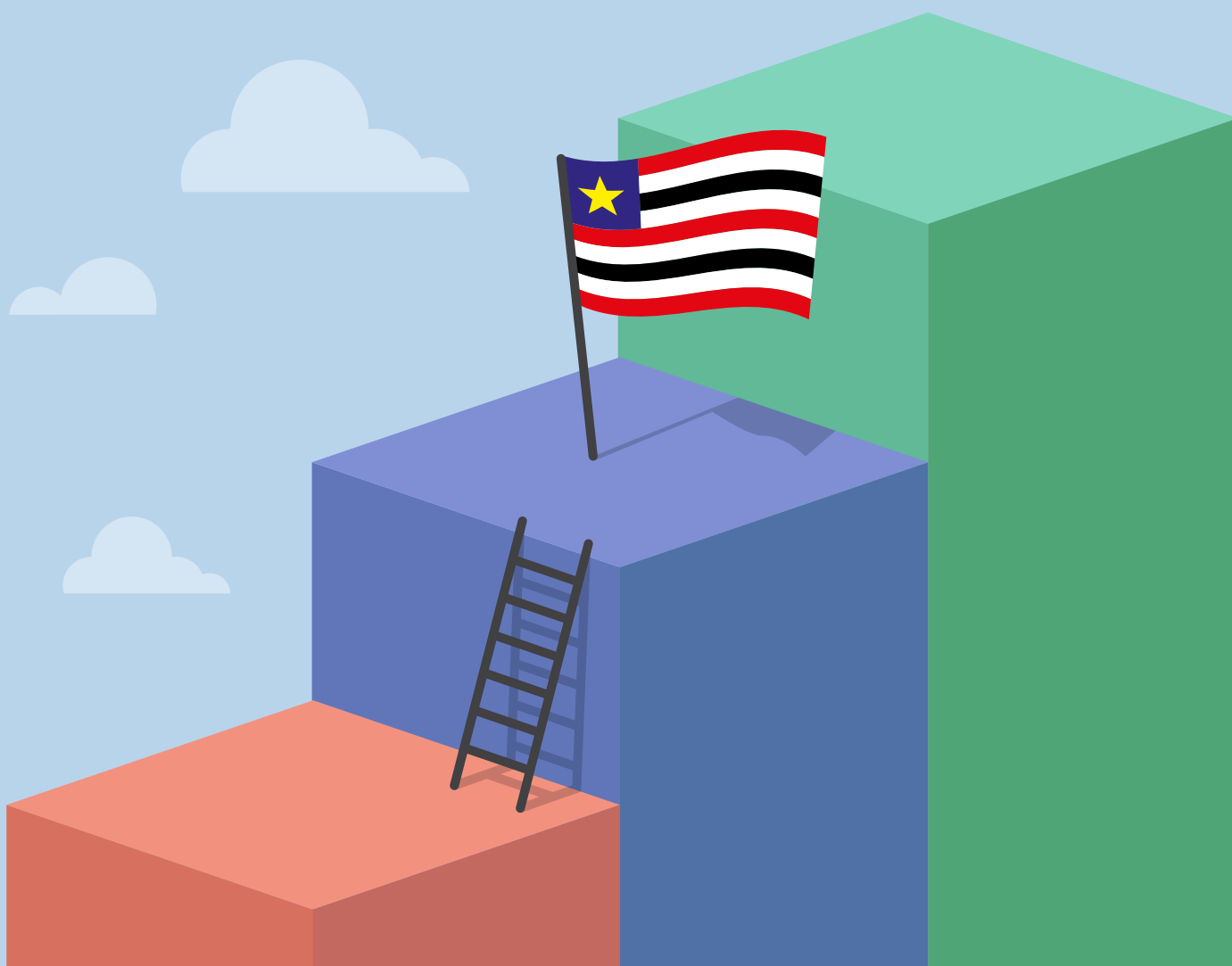
Monitoramento e Avaliação, entregue em 03 de outubro de 2025, que precede a entrega definitiva em módulos sucessivos.

Em síntese, o RUMO se consolida como prática efetiva de planejamento, gestão e governança, validada pelas redes de governo, reconhecida por organismos internacionais e sustentada por uma política pública de Centro de Governo. Cada passo reafirma sua essência: planejar com clareza e executar com propósito e responsabilidade, garantindo coerência e efetividade na ação pública. ■



Maranhão dá virada histórica e assume vice-liderança no *Ranking* de Competitividade

Com rigor fiscal, inovação na gestão e decisões baseadas em dados, o estado sai da 23ª posição, em 2022, para o 2º lugar, em 2025. Com isso, tornou-se referência em governança pública



A trajetória do Estado do Maranhão rumo à vice-liderança nacional no pilar Solidez Fiscal do *Ranking* de Competitividade dos Estados 2025 representa um marco histórico para a administração pública estadual, revelando que planejamento rigoroso, disciplina orçamentária e inovação na gestão podem gerar resultados expressivos mesmo em cenários de restrição econômica e desafios estruturais prolongados.

Ao observar o histórico recente, o estado registrou seu pior desempenho em 2022, chegando à 23ª colocação, iniciou a recuperação em 2023 com a 14ª posição, e alcançou a impressionante 2ª colocação em 2025. Essa trajetória evidencia que o salto não decorre de circunstâncias pontuais, mas de um conjunto consistente de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade fiscal, consolidando uma cultura de governança orientada por planejamento, controle de riscos e inovação administrativa.

Mais do que um avanço estatístico, essa ascensão reafirma a relevância da responsabilidade fiscal como alicerce do desenvolvimento sustentável e da

ampliação de políticas públicas que impactam diretamente a vida da população. O *Ranking*, criado pelo Centro de Liderança Pública, avalia dez pilares, e a Solidez Fiscal, que reúne nove indicadores essenciais de sustentabilidade das contas públicas, tornou-se referência para mensurar a capacidade do Estado de equilibrar receitas, despesas e investimentos.

“ O fortalecimento da solidez fiscal do Maranhão garante previsibilidade e estabilidade à gestão pública, ampliando a capacidade de investimento em áreas essenciais ”

Vinícius Ferro, secretário de Estado do Planejamento e Orçamento



Governador Carlos Brandão e Secretário Vinícius Ferro



O gasto com pessoal, por exemplo, que, historicamente, exigia ajustes, evoluiu da 11ª posição, em 2019, para a 10ª, em 2020; subiu para a 6ª, em 2021; alcançou a 4ª, em 2022 e 2023; e atingiu a vice-liderança, em 2024, demonstrando uma gestão prudente capaz de equilibrar o custeio da máquina com o espaço fiscal para investimentos estratégicos.

A poupança corrente, que reflete a diferença entre receitas e despesas correntes, saiu da 16ª posição, em 2019; passou pela 19ª, em 2020; oscilou entre a 15ª, em 2021, e a 14ª, em 2022; subiu para a 11ª, em 2023; e alcançou a 2ª, em 2024; consolidando a transformação de fragilidade em robustez financeira. A Regra de Ouro, que impede o financiamento de despesas correntes com endividamento, apresentou salto notável, subindo da 21ª posição, em 2023, para a 6ª em 2024, reforçando a tendência de sustentabilidade.

Esses avanços não se deram de forma pontual, mas a partir de medidas estratégicas implantadas desde 2023, como o fortalecimento do planejamento orçamentário com cenários conservadores, a melhoria da gestão de pessoal, a valorização da liquidez, o

O salto do Maranhão reforça a importância do planejamento técnico, controle rigoroso e inovação na gestão pública

endividamento responsável e o monitoramento sistemático de riscos fiscais.

A implantação de ferramentas de gestão de dados e a integração de informações de diferentes setores permitiram ao governo tomar decisões baseadas em evidências, reduzindo incertezas e aumentando a eficiência na alocação de recursos públicos.

“O fortalecimento da solidez fiscal do Maranhão garante previsibilidade e estabilidade à gestão pública. Isso nos permite ampliar a capacidade de investimento em áreas essenciais e assegurar que cada recurso seja utilizado de forma eficiente. A boa gestão das contas não é um fim em si mesma, mas um instrumento para garantir políticas públicas mais sustentáveis”, explica o secretário de

Estado do Planejamento e Orçamento, Vinícius Ferro, contador com mais de quinze anos de atuação na administração pública.





Beneficiária recebendo cartão do Maranhão Livre da Fome

Ferro ressalta que a virada fiscal não se explica apenas por contenção de despesas, mas principalmente pela adoção de uma cultura de governança baseada em planejamento técnico, controle rigoroso de indicadores e utilização estratégica de dados. “Redesenhamos processos internos, criamos modelos de projeção para avaliar a sustentabilidade das políticas de médio e longo prazo e implantamos monitoramento contínuo de riscos. Cada decisão orçamentária passou a ser tomada com base em análises detalhadas, garantindo que os recursos públicos fossem aplicados com eficiência e responsabilidade”, afirma.

O impacto prático dessas medidas é perceptível na vida da população. O Maranhão alcançou maior previsibilidade para o financiamento de serviços essenciais, como saúde e educação, evitando paralisações e atrasos, e ampliou sua capacidade de investir em infraestrutura, incluindo obras de mobilidade urbana, saneamento e estradas rurais. Políticas sociais tornaram-se mais sustentáveis, independentes de flutuações macroeconômicas,

A gestão eficiente permite ampliar a capacidade de investir em saúde, educação, mobilidade e saneamento

e a transparência orçamentária aumentou a confiança da sociedade, fortalecendo a *accountability*.

O salto do Maranhão nos nove indicadores do pilar Solidez Fiscal evidencia que disciplina, planejamento e visão de longo prazo podem transformar a realidade fiscal de um estado. Com a vice-liderança nacional, o Maranhão se consolida como referência em gestão responsável, equilibrando contas públicas e abrindo espaço para investimentos sociais e em infraestrutura.

“Nosso desafio agora é consolidar esses avanços, expandindo o uso de ferramentas de gestão de dados, aperfeiçoando o monitoramento de riscos fiscais e garantindo a sustentabilidade no médio e longo prazo. A solidez conquistada abre caminho para



Divulgação

Beneficiária do Programa Maranhão Livre da Fome

mais investimentos, mais desenvolvimento econômico e mais qualidade de vida para a população maranhense”, conclui Ferro.

Os maranhenses já sentem os efeitos dessas transformações. Nos últimos anos, o governo conseguiu tirar mais de um milhão de pessoas da extrema pobreza e, em 2024, lançou o Programa Maranhão Livre da Fome, iniciativa que visa beneficiar mais 500 mil pessoas em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de erradicar a fome no estado.

O programa atua de forma estruturada em três frentes complementares: assistência direta, por meio de cartão no valor de R\$ 200, destinado a cada beneficiário; saúde, com ações de acompanhamento nutricional e acesso ampliado a serviços básicos; e capacitação, oferecendo formação profissional e orientação para que os beneficiários possam conquistar independência financeira. Essa abordagem integrada demonstra como a solidez fiscal e a gestão eficiente permitem equilibrar contas públicas e gerar impactos sociais concretos, melhorando a qualidade de vida e oferecendo oportunidades reais para a população maranhense.

O Programa Maranhão Livre da Fome beneficia mais de 500 mil pessoas em situação de vulnerabilidade, com assistência direta, acompanhamento nutricional e capacitação para promover autonomia e melhorar a qualidade de vida

O caso maranhense demonstra que resultados técnicos robustos se traduzem em impactos sociais concretos. Disciplina fiscal não é apenas um número: é o caminho para políticas duradouras, ampliação de serviços essenciais e maior previsibilidade para todos os cidadãos, mostrando como planejamento, governança e inovação podem gerar transformação estrutural e duradoura na administração pública estadual. ■



Qualidade da informação contábil: base para planejamento e resultados no Maranhão

A qualidade da informação contábil é condição essencial para uma gestão pública orientada a resultados. Dados consistentes e tempestivos reduzem riscos fiscais, ampliam a transparência e fornecem bases sólidas para decisões estratégicas. Nesse contexto, o Maranhão avançou no *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal do Siconfi, passando da nota C para B, em um movimento que reflete o fortalecimento institucional e o amadurecimento da governança fiscal.

Esse resultado decorre de escolhas estratégicas, entre elas a criação da Secretaria Adjunta de Contabilidade (SAC), no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, que conferiu maior autonomia à área, estabeleceu planejamento próprio e fortaleceu rotinas. Somam-se a isso a modernização de sistemas, a padronização de procedimentos, a antecipação do fechamento contábil e, sobretudo, a valorização dos profissionais da contabilidade, cujo engajamento foi decisivo para consolidar práticas mais confiáveis.

A melhoria alcançada tem impacto direto no planejamento e no orçamento: informações mais seguras permitem monitorar políticas públicas, corrigir rumos e planejar investimentos de forma mais precisa, especialmente em áreas voltadas à redução das desigualdades regionais e sociais. Além de aproximar o Estado das melhores referências nacionais, esse avanço fortalece a credibilidade junto a órgãos de controle e financiadores, ampliando as condições de acesso a recursos e parcerias.

O desafio agora é consolidar o conceito B e avançar rumo ao A até 2026, garantindo a sustentabilidade das práticas, mesmo diante de mudanças de governo. Para isso, será fundamental investir em integração de sistemas, uso de ferramentas analíticas e institucionalização de normas que assegurem a continuidade. O Maranhão demonstra, assim, que aprimorar a qualidade da informação contábil não é apenas cumprir requisitos técnicos, mas transformar dados em confiança pública, transparência e resultados concretos para a sociedade. ■

Vinícius Ferro, secretário de Estado de Planejamento e Orçamento do Maranhão.



Sicad: Mato Grosso economiza R\$ 83,1 mi e acelera reformas em prédios públicos

Desde 2022, o sistema injetou recursos em 507 reformas por todo o estado, com custo médio de R\$ 55 mil, cortou burocracia e garantiu melhorias nas unidades públicas



■ Dayanne Santana | Seplag-MT

O Sistema de Concessão de Adiantamento (Sicad), da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso (Seplag-MT), possibilitou a realização de 507 intervenções prediais em órgãos públicos do Estado em cerca de três anos. Esse número representa mais de 70% dos municípios atendidos, com ao menos uma unidade pública beneficiada.

Um diferencial do Sicad é o resultado financeiro. A economia gerada está estimada em pouco mais de R\$ 83,1 milhões. O custo médio por intervenção é de cerca de R\$ 55 mil. Houve também a redução no tempo médio gasto para a realização das intervenções para até 90 dias, em comparação aos prazos anteriores ao sistema, que ultrapassavam um ano.

Implantando em setembro de 2022, o Sicad foi desenhado e desenvolvido pelas equipes das Secretarias Adjuntas de Patrimônio e Serviços e de Administração Sistêmica, ambas da Seplag. Tornou-se o sistema oficial do Governo de Mato Grosso para a gestão da concessão de recursos na realização de intervenções simplificadas em prédios públicos.

O recurso para as intervenções é disponibilizado por meio de cartão de pagamento, vinculado a uma conta oficial do órgão, que registra nos sistemas de finanças e gestão de gastos do Estado, para garantir a transparência e a legalidade das despesas realizadas.

O secretário Basílio Bezerra destaca a relevância do desenvolvimento do Sicad para a desburocratização de processos e a celeridade no atendimento às necessidades do patrimônio público.

“O Sicad simplifica e agiliza a manutenção de nossos prédios públicos, dá mais autonomia aos órgãos estaduais para realizar as melhorias necessárias, reduzindo custos e garantindo que os recursos sejam aplicados de forma mais eficiente e, acima



“ O Sicad simplifica e agiliza a manutenção de nossos prédios públicos, dá mais autonomia aos órgãos estaduais para realizar as melhorias necessárias, reduzindo custos e garantindo que os recursos sejam aplicados de forma mais eficiente”

Basílio Bezerra, secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso



Divulgação



**3º CIPMPA
EM BARRA DO GARÇAS**
ANTES

Divulgação



**3º CIPMPA
EM BARRA DO GARÇAS**
DEPOIS

de tudo, mantém o imóvel em condições adequadas à prestação de serviços à população”, afirma o secretário.

O titular da Seplag ressalta ainda o impacto do Sicad na sua capacidade de interiorizar a modernização, garantindo que as melhorias nas unidades públicas cheguem de forma mais rápida e democrática, mesmo em regiões mais distantes, além de impactar diretamente no cenário econômico, fomentando o setor de construção civil nos municípios mato-grossenses e gerando emprego e renda.

INICIATIVA DE DESTAQUE

Em 2024, o Sicad foi destaque no Prêmio Excelência em Competitividade, ficando entre as 12 práticas semifinalistas. O prêmio, que recebeu a inscrição de 292 políticas públicas de todo o Brasil, é realizado pelo Centro de Liderança Pública.

Em 2024, o Sicad foi destaque no Prêmio Excelência em Competitividade, ficando entre as 12 práticas semifinalistas

E em 2025, é finalista do 29º Concurso de Inovação no Setor Público. Criado pela Enap (Escola Nacional de Administração Pública) em 1996, o Concurso Inovação no Setor Público é uma iniciativa de estímulo à cultura da inovação.

Além disso, o Sicad já foi apresentado aos governos do Espírito Santo e de Mato Grosso do Sul, bem como para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e para o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), e foi cedido para o Ministério Público de Mato Grosso (MPMT).

Divulgação



**UNIDADE DO INDEA
EM ARAPUTANGA**
ANTES

Divulgação



**UNIDADE DO INDEA
EM ARAPUTANGA**
DEPOIS

Para a secretária adjunta de Patrimônio e Serviços da Seplag, Karol Martimiano, o Sicad representa um grande avanço na gestão das intervenções prediais do Estado.

“Ao possibilitar uma atuação mais rápida, eficiente e descentralizada, conseguimos atender com maior agilidade às necessidades dos órgãos estaduais, impactando diretamente na qualidade dos serviços prestados à população”, conclui a adjunta.

RESULTADO NA PONTA

Os benefícios oportunizados pelo Sicad já são percebidos em muitos prédios públicos na Capital e no interior de Mato Grosso, impactando diretamente na prestação de serviços à população. A Polícia Militar de MT lidera o número de intervenções, com 367 realizadas. Na sequência, vêm a Polícia Judiciária Civil com 138, o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (Detran) com 93 unidades, e a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) e o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea) com 68 intervenções prediais cada.

O gerente regional da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec) de Primavera do Leste, Ricardo Souza de Oliveira, aponta que as intervenções modernizaram a identidade visual do prédio.

“A nossa fachada ficou mais moderna, e isso traz um benefício grande para toda a equipe com a melhora das condições de trabalho, oportunizando mais conforto no atendimento ao cidadão e para os nossos servidores”, disse.

As delegacias da Polícia Civil de Araguaiana, Torixoréu e General Carneiro também passaram por intervenções. Os prédios, conforme explicou o delegado regional da polícia em Barra do Garças, Wilyney Santana Borges Leal, foram construídos na década de 1960 e não tinham recebido uma atenção estrutural na proporção que foi executada.

“Tivemos uma experiência muito positiva. O Sicad é um sistema fácil de ser utilizado, que garante a integridade e a lisura de todo o processo. É auto-explicativo. Possibilitou o resgate da dignidade dos



“A nossa fachada ficou mais moderna, e isso traz um benefício grande para toda a equipe com a melhora das condições de trabalho, oportunizando mais conforto no atendimento ao cidadão e para os nossos servidores”

Ricardo Souza de Oliveira, gerente regional da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec) de Primavera do Leste

servidores que trabalham nessas unidades, uma vez que agora temos prédios em perfeitas condições de uso. Paralelamente, a população, que é a usuária do nosso serviço, também foi beneficiada com um ambiente bem mais agradável e apresentável”, pontua o delegado.



Divulgação



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
EM BARRA DO GARÇAS**

ANTES



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
EM BARRA DO GARÇAS**

DEPOIS

Divulgação



DELEGACIA DE GENERAL CARNEIRO

ANTES



DELEGACIA DE GENERAL CARNEIRO

DEPOIS

De acordo com o tenente-coronel José Neto da Silva Lima, comandante do 4º Comando Regional de Bombeiros Militar (4º CRBM) de Barra do Garças, o Sicad permitiu a realização de melhorias emergenciais e essenciais para o bom andamento das atividades do 4º CRBM e da 1ª Companhia Independente de Bombeiros Militar.

“Esses investimentos solucionaram problemas estruturais das instalações dos quartéis, que foram executadas de imediato, contribuindo para o bem-estar dos nossos militares que trabalham diuturnamente em prol da população mato-grossense, bem como para o atendimento ao público”, ressalta o tenente-coronel.

Para o diretor de Administração Sistêmica do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso

(Indea-MT), Luiz Gustavo Tarraf Caran, o Sicad permite atender à demanda das unidades do Indea no interior do Estado.

“Enquanto administração central, sempre houve dificuldade em atender às necessidades de intervenção predial em todas as unidades. Com a vinda do Sicad, isso se tornou extremamente facilitado. O sistema nos permite atender de forma simplificada e descentralizada as necessidades de cada unidade, pois o próprio responsável por ela pode fazer a solicitação no sistema e, com o nosso suporte, receber o recurso, acompanhar a execução e trazer a satisfação que a gente precisa tanto para os nossos servidores quanto para o atendimento dos produtores”, afirmou o diretor do Indea. ■



Mato Grosso: como o credenciamento acelera obras e contribui com o crescimento econômico do estado

Mato Grosso é um estado com dimensões continentais, um gigante que consolida sua posição como um dos estados que mais cresce no país, tanto economicamente como em população. No último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de julho de 2025, o estado registrou um crescimento populacional de 1,49% (o terceiro maior do Brasil) entre 2024 e 2025, o que representa mais de 57 mil novos habitantes.

Esse dinamismo também se reflete na criação de oportunidades de emprego formal. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o estado criou 2.817 vagas com carteira assinada apenas em agosto, com destaque para setores como construção, indústria e serviços em municípios como Cuiabá, Lucas do Rio Verde e Sinop.

Esses números refletem a boa gestão do Governo de MT, que tem trabalhado desde 2019 para entregar um estado que gere oportunidade de negócios. É um cenário bem diferente do encontrado ao assumirmos a gestão, um estado quebrado e com muitas dívidas. Precisamos organizar a casa. E dentro dessa organização, podemos incluir a adoção do modelo de credenciamento para a realização de reformas das unidades administrativas do Estado.

Muitas unidades estaduais sofreram com anos de abandono e falta de benfeitorias, o que gerava insatisfação. Diante desse cenário, elaboramos o modelo de credenciamento. Inovamos ao introduzir o credenciamento de projetos em 2021 e, posteriormente, o credenciamento de reformas em 2023, atacando o problema em duas frentes. O principal

ganho é o tempo. O que antes levava de 6 a 8 meses com o processo licitatório, hoje pode ser concluído em até 30 dias.

Outro ganho foi a economia financeira e processual. A padronização dos custos e a atração de empresas resultaram em um desconto de 18,01% sobre a planilha SINAP. E o custo processual (horas trabalhadas), que ficava em R\$ 30 mil por processo, foi reduzido. Dados da Seplag contabilizam uma economia processual de R\$ 4 milhões apenas com as 168 utilizações do credenciamento desde 2023.

O credenciamento também impacta no cenário econômico ao injetar capital no setor de construção civil, sendo o Estado um agente indutor de crescimento. E os recursos gerados com essa economia podem ser aplicados em áreas essenciais, contribuindo ainda mais com o desenvolvimento de Mato Grosso.

O modelo de credenciamento é um instrumento de gestão que, ao transformar um processo de 6 a 8 meses em um de apenas 30 dias, e ao gerar uma economia processual de milhões, supera a burocracia e garante a modernização das unidades estaduais. Seu impacto positivo é comprovado, tanto que já está sendo usado por outros Poderes em Mato Grosso.

Essa inovação não é só sobre reformar prédios; é sobre sustentar o crescimento, gerar mais empregos na construção civil e garantir que o cidadão e o servidor de MT tenham o respeito e o serviço que merecem. A eficiência do credenciamento é o novo padrão para um estado que se recusa a ser freado pela inércia. ■

Basílio Bezerra, secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso (Seplag-MT)



MS Ativo: o cidadão no foco da relação entre o estado e seus municípios

Programa do Governo de Mato Grosso do Sul fortalece a relação interfederativa com os 79 municípios e inaugura uma nova forma de ouvir, planejar e agir junto às prefeituras

Divulgação



Desde o seu lançamento, em abril de 2024, o MS Ativo Municipalismo consolidou-se como uma das maiores mobilizações do Governo de Mato Grosso do Sul em torno de políticas públicas. Sob a liderança direta do governador, o programa percorreu os 79 municípios sul-mato-grossenses, ouvindo gestores locais, identificando demandas e construindo, de forma colaborativa, caminhos para uma gestão pública mais integrada, eficiente e orientada a resultados.

Mais do que um conjunto de ações administrativas, o MS Ativo representa uma nova cultura de governança, baseada na escuta ativa, na cooperação entre entes federados e na valorização das capacidades locais. Seu propósito é claro: fortalecer a relação entre o Governo do Estado e as prefeituras, qualificando a entrega das políticas públicas e tornando o cidadão o verdadeiro foco da ação governamental.

Essa iniciativa nasce de um entendimento estratégico: a governança interfederativa é um dos maiores

“ O MS Ativo é mais do que um programa. É uma nova cultura de gestão pública, baseada no diálogo e na cooperação ”

Eduardo Riedel, governador de Mato Grosso do Sul

desafios do Estado brasileiro. Em um país com uma federação singular — onde União, Estados e Municípios possuem autonomia administrativa, fiscal e política — a coordenação das políticas públicas requer diálogo, planejamento e confiança mútua. Modelos com tamanha autonomia entre os entes são raros no mundo, e é justamente nesse contexto que o MS Ativo se destaca como um exemplo inovador de articulação e cooperação.



Reuniões das lideranças do Governo do Estado com as lideranças políticas municipais

Divulgação



Ao adotar uma metodologia de gestão compartilhada, o programa traduz as necessidades locais em estratégias de desenvolvimento regional, investimentos estruturantes e resultados tangíveis para a população. Sua essência é transformar a escuta em planejamento, o planejamento em ação e a ação em resultados concretos.

FASE DEMANDAS: 79 ENCONTROS, 79 ESCUTAS

Tudo começa pela escuta — o ato fundamental da boa governança. Entre maio e agosto de 2024 e, novamente, de maio a agosto de 2025, o governador recebeu individualmente os representantes dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul. Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, deputados e secretários municipais foram recebidos em audiências no gabinete do chefe do Executivo estadual, muitas delas acompanhadas pelo vice-governador e secretários de Estado.

O gesto, além de simbólico, foi político e estratégico: demonstrou a disposição real do Governo

de ouvir as cidades e de reconhecer que o planejamento estadual deve nascer das realidades locais.

A pauta central das reuniões foi o apoio a projetos municipais, com ênfase em obras de infraestrutura urbana e melhorias estruturantes. Cada encontro revelou as especificidades e desafios de cada território — da pavimentação e saneamento à saúde, educação e desenvolvimento econômico. O resultado foi a construção de uma base sólida de informações e prioridades que orienta, hoje, o planejamento estadual e a integração das políticas públicas.

Essa etapa consolidou o espírito do programa: “ouvir para agir”. A partir das demandas levantadas, formou-se um portfólio de projetos municipais de infraestrutura estimado em cerca de R\$ 3 bilhões, com obras em execução em todo o Estado, alinhadas ao ciclo do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027. Trata-se de um movimento inédito de escuta estruturada e de resposta planejada, transformando pleitos locais em uma agenda estadual de desenvolvimento.

79 municípios participaram ativamente dos 9 seminários regionais
Municípios de todos os cantos do MS, com diversidade territorial e econômica

Sede Regional	Participantes:	
	Evento Parte manhã aprox.	Oficinas Tarde
Coxim	350	185
Três Lagoas	450	220
Campo Grande	250	117
Naviraí	300	163
Nova Andradina	430	129
Jardim	250	166
Iguatemi	150	121
Dourados	350	165
Corumbá	250	172
total	2780	1438

Oficinas regionais conduzidas por aprox. 20 representantes estaduais por evento (articulação Estado-Municípios)



FASE COOPERAÇÃO E FASE PROGRAMAS: 9 ENCONTROS REGIONAIS E A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

Enquanto o governador promovia a escuta individual nos municípios, as equipes técnicas do Governo do Estado se mobilizavam regionalmente. Entre maio e agosto de 2025, o MS Ativo percorreu nove polos regionais, reunindo mais de 3.700 agentes públicos — entre prefeitos, secretários e técnicos municipais — em encontros que combinaram plenárias e oficinas práticas.

O objetivo foi duplo: aprofundar o diálogo técnico e capacitar as equipes municipais para a execução das fases seguintes do programa. Pela manhã, uma grande plenária apresentava o conceito e a estrutura geral do MS Ativo, com ênfase em seu caráter colaborativo. À tarde, oficinas temáticas conduziam discussões e capacitações sobre políticas públicas prioritárias nas áreas de educação, saúde, assistência social, ambiente de negócios, obras e convênios, e gestão pública.

Essa fase marca a consolidação da Cooperação — o coração inovador do programa. Nela, foram estabelecidos desafios mensuráveis, um menu de ações com potencial transformador e uma divisão clara de responsabilidades: o Estado exerce o papel de governança, definindo diretrizes, indicadores e metas; e os municípios assumem a gestão local das ações, com liberdade para planejar e executar conforme suas realidades.

Os indicadores estratégicos do programa refletem necessidade de atuação conjunta e, principalmente, prioridades sensíveis para o desenvolvimento humano e a competitividade do Estado:

- *Mortalidade materna*
- *Mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)*
- *Taxa de matrícula em creche (0 a 3 anos)*
- *Taxa de matrícula em pré-escola (4 a 5 anos)*
- *Nota do SAEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (rede pública)*
- *Tempo médio de registro de empresas em Mato Grosso do Sul*



**Cooperação é o coração
inovador do MS Ativo—
onde estado e municípios
dividem responsabilidades
e somam resultados**

Com base nesses desafios, foi criado um sistema operacional de planejamento, onde cada município seleciona os indicadores que pretende melhorar, define ações concretas e registra suas metas e estratégias. Esse processo, realizado entre setembro e outubro de 2025, contou com acompanhamento técnico do Governo do Estado por meio de capacitações e encontros on-line.

O avanço foi expressivo: se em 2024 apenas 50 municípios haviam aderido à fase de cooperação, em 2025 o programa alcançou 100% de adesão. Esse salto demonstra o amadurecimento institucional e o engajamento das prefeituras com o novo modelo de trabalho em rede.

PLANEJAR PARA TRANSFORMAR: O PODER DA AÇÃO COORDENADA

O grande mérito do MS Ativo está em transformar o planejamento em um instrumento de ação coletiva. Cada fase — da escuta à cooperação — representa um passo na consolidação de uma governança interfederativa estruturada, que respeita a autonomia dos entes, mas estimula a interdependência produtiva entre Estado e municípios.

A partir de novembro de 2025, inicia-se o segundo ciclo de execução das ações municipais definidas na fase de cooperação, com o monitoramento ativo do Governo do Estado, que acompanha



Divulgação



Divulgação

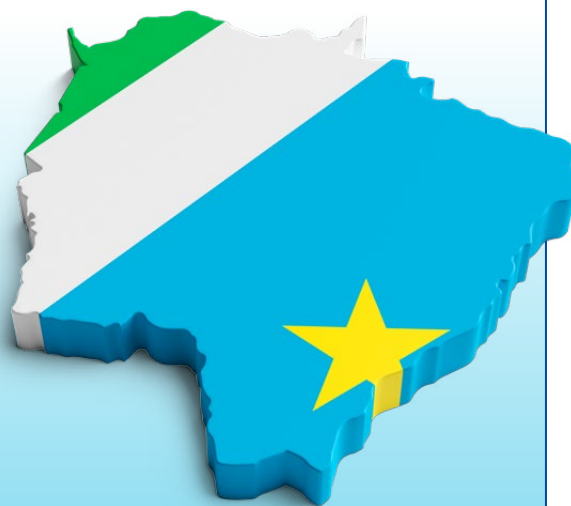
Encontros Regionais com lideranças políticas e técnicos estaduais e municipais

tanto a implementação quanto a evolução dos indicadores pactuados. Paralelamente, os resultados das oficinas e dos planos municipais já estão subsidiando o aperfeiçoamento dos programas setoriais e a elaboração de políticas públicas mais ajustadas às realidades regionais.

Ao valorizar o diálogo e o planejamento, o MS Ativo demonstra que a boa governança é um processo contínuo — não um ato isolado. Trata-se de criar pontes permanentes entre governos, de fortalecer capacidades locais e de alinhar objetivos em torno do bem comum. ■

UM NOVO MARCO PARA A GOVERNANÇA PÚBLICA

O MS Ativo não é apenas um programa, mas um marco de transformação na relação entre o Estado e seus municípios. Ele reforça a ideia de que a eficiência administrativa e o desenvolvimento sustentável exigem cooperação federativa, planejamento técnico e liderança política. Em um país onde cada ente federado possui autonomia, o desafio da coordenação é imenso — e Mato Grosso do Sul tem demonstrado que é possível superá-lo com diálogo, método e compromisso com resultados. Mais do que números e metas, o MS Ativo representa uma visão de futuro: um Estado que se aproxima de seus municípios para servir melhor ao cidadão, que planeja com base em evidências e que executa com foco em resultados mensuráveis. O programa reafirma um princípio essencial da boa governança pública: um Estado forte se constrói com municípios fortes — e municípios fortes nascem de uma relação baseada na escuta, no planejamento e na ação conjunta.





Thaner Castro



Leandro Sauer

Da coleta de dados à inteligência governamental: desafios e avanços no Mato Grosso do Sul

O uso de dados na gestão pública tem se consolidado como marca de governos inovadores e capazes de elevar a qualidade das políticas. Contudo, ainda há um hiato entre o discurso e a consolidação de processos decisórios baseados em dados e evidências no setor público.

Em Mato Grosso do Sul, a criação da Superintendência de Inteligência de Dados marcou a entrada definitiva do Estado nessa agenda, ao transformar informações dispersas em inteligência estratégica por meio de ferramentas de *Business Intelligence* (BI). O objetivo é qualificar decisões, fortalecer negociações com *stakeholders* e aprimorar políticas públicas.

Em quase 3 anos, os avanços foram significativos. Painéis interativos foram desenvolvidos em diversas áreas — obras governamentais, finanças estaduais, indicadores municipais —, reduzindo resistências culturais e melhorando a qualidade das bases de dados. O apoio do Governador e do Secretário de Governo foi crucial para o fortalecimento dessa iniciativa.

Os desafios, porém, são expressivos: fragilidade e falta de padronização das bases, resistência de instituições em compartilhar dados e desconhecimento do potencial do BI por parte dos usuários.

As oportunidades também são evidentes. A integração com outras tecnologias, como com o georreferenciamento, permite

evoluir na formulação de políticas públicas mais precisas e efetivas. Para avançar rumo à maturidade, é essencial consolidar uma governança de dados robusta; investir na capacitação de equipes e lideranças; ampliar a automação; e comunicar de forma clara os resultados obtidos.

Dados são ativos estratégicos do setor público. Contudo, transformá-los em informação relevante exige mais do que tecnologia e recursos: demanda cultura, liderança e foco em resultados concretos — pilares que sustentam a experiência sul-mato-grossense. ■

Thaner Castro Nogueira, secretário-executivo de Gestão Estratégica e Municipalismo de Mato Grosso do Sul.

Leandro Sauer, superintendente de Inteligência de Dados.



Governo de Minas Gerais consolida Orçamento Base Zero com economia de recursos e praticidade

Implantada nos 60 órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, a metodologia aprimora a alocação orçamentária e propõe abordagem diferenciada no planejamento dos gastos



O Governo de Minas Gerais é referência nacional na implantação do projeto Orçamento Base Zero (OBZ), executado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG). A metodologia aprimorou a alocação orçamentária no Estado de Minas Gerais ao adotar uma lógica diferenciada ao se planejar o orçamento de cada instituição.

Minas foi pioneiro entre os estados na adesão sistêmica e escalonada da metodologia. A iniciativa começou a ser utilizada gradualmente em 2019 e foi implantada nos 60 órgãos estaduais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. O OBZ gera informações detalhadas sobre os recursos necessários para a realização das políticas públicas, promovendo mais racionalidade e economia para o estado.

“Com o OBZ, os órgãos precisam justificar todas as despesas a cada novo período, sem considerar o histórico de gastos anteriores como base. Com isso, a cada ciclo, o orçamento é reconstruído do zero com uma reavaliação da real necessidade de cada gasto. O modelo permite eliminar custos desnecessários, melhorar a alocação de recursos e garantir mais controle e responsabilidade no uso do orçamento”, explica o subsecretário de Planejamento e Orçamento da Seplag-MG, Felipe Sousa.

Na forma tradicional, o planejamento orçamentário era feito com base no plano anterior, atualizando os valores que sofreram alterações no mercado, e mantendo os mesmos gastos e compras. Isso resultava, muitas vezes, na alocação de recursos em gastos desnecessários que não seriam proveitosos.

A partir do OBZ, cada gasto passou a ser justificado detalhadamente, direcionando os recursos de acordo com as prioridades e objetivos estratégicos. Entre os principais benefícios estão a otimização de gastos, o fortalecimento do controle financeiro, o alinhamento com a estratégia organizacional e a distribuição mais eficiente dos recursos disponíveis.

Segundo o subsecretário, outros pontos positivos observados em Minas com a adoção do OBZ

são o envolvimento de todos os níveis decisórios dos órgãos no processo de orçamentação, a melhoria da qualidade das informações e a visão detalhada do que é mais importante para cada uma das unidades.

IMPLANTAÇÃO EM MINAS GERAIS

A metodologia OBZ foi introduzida gradualmente no Estado de Minas Gerais, realizada por meio de treinamentos promovidos pela Diretoria Central de Monitoramento da Execução Física e Orçamentária (DCMEFO), da Seplag-MG, para os servidores responsáveis pelas áreas de planejamento, gestão, finanças e de assessoria estratégica dos órgãos.

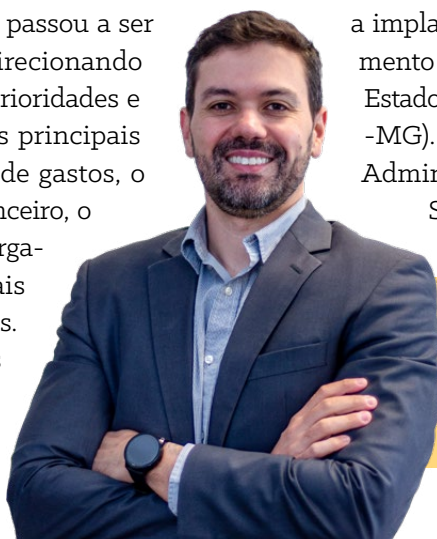
Também são realizados treinamentos e reuniões técnicas de levantamento de informações com os gestores das áreas finalísticas, bem como reuniões gerenciais com as instâncias decisórias para priorização de entregas.

A princípio, sua implementação foi na Seplag-MG e em seis órgãos da área de Segurança Pública – Polícias Militar e Civil, Departamento de Trânsito de Minas Gerais, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Corpo de Bombeiros e Gabinete Militar. A partir da avaliação positiva das mudanças verificadas nos processos de orçamento desses órgãos, a implantação da metodologia teve continuidade nos anos seguintes, para todo o estado, alcançando todos os órgãos e entidades estaduais no final de 2022.

TRABALHO COLETIVO

Um dos primeiros órgãos do Governo de Minas a implantar a metodologia OBZ no planejamento do seu orçamento foi a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp-MG). Segundo o subsecretário de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia da Sejusp-MG, André de Andrade Ranieri,

Felipe Souza destaca: “Com o Orçamento Base Zero, analisamos e justificamos cada gasto do zero, garantindo mais eficiência e responsabilidade no uso dos recursos públicos”



Ascom / Seplag

a implantação sofreu alguma resistência no início, mas os resultados positivos foram logo identificados.

“A técnica anterior, a incremental, resumidamente consistia em ajustes marginais, mediante correções monetárias e aplicações de reajustes sobre o orçamento do ano anterior. Já o OBZ implicava em uma revisão minuciosa de programa por programa, ação por ação, até o menor corte de item a item, sendo notadamente uma iniciativa mais complexa”, conta Ranieri.

Para esse trabalho inicial de implementação, a Sejusp-MG contou com o apoio da Seplag-MG, a consultoria do Instituto Águila e a chancela do gabinete da secretaria. Os gestores passaram a realizar periodicamente uma análise das novas necessidades e prioridades de cada política pública, focando na eficiência do gasto e priorizando suas ações para a alocação de recursos.

“A planilha de OBZ tornou-se a Bíblia orçamentária da Secretaria. Agora, existe um critério objetivo elaborado e discutido que pauta a liberação dos recursos orçamentários. Sem dúvida, a iniciativa é um sucesso e tem contribuído cada vez mais para a eficiência das políticas públicas. Uma prova disso é que a execução orçamentária da Sejusp-MG saiu de patamares indesejáveis para uma comemorada utilização integral dos recursos no ano de 2023”, relata Ranieri.

REFERÊNCIA NACIONAL

O OBZ adotado em Minas Gerais também tem atraído a atenção de outros entes federativos, que visitam Minas para conhecer mais sobre a implementação da metodologia. Já estiveram no estado os governos do Distrito Federal, Alagoas e Mato Grosso, por exemplo.

INICIATIVA PREMIADA

A metodologia OBZ foi reconhecida no prêmio anual do BID de 2023, que avalia iniciativas de sucesso de gestão para resultados no desenvolvimento. O OBZ ficou entre as três melhores iniciativas das esferas municipal, estadual e federal de países como Brasil, Paraguai, Panamá, Colômbia, México, Equador, Costa Rica, Peru e Argentina.



Ed Machado

**Apresentação da Seplag-MG
no Conseplan de Vitória**

O OBZ também foi finalista e indicado em premiações nacionais, como no Prêmio Excelência em Competitividade/CLP.

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E REVISÃO DE GASTOS

A Diretoria Central de Monitoramento da Execução Física e Orçamentária da Seplag-MG participa do Grupo de Trabalho de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos do Conselho Nacional de Secretários do Planejamento (Conseplan).

Minas Gerais já contribuiu com a apresentação de boas práticas consolidadas – como o OBZ – e com as automações implementadas nas rotinas orçamentárias, que reduzem o tempo gasto com tarefas repetitivas, como aprovações e remanejamentos de cotas, alterações orçamentárias e elaboração de minutas de decretos. Assim, os servidores podem concentrar esforços em análises técnicas e decisões estratégicas.

“A troca de experiências com outros estados tem sido valiosa, abrindo espaço para a adaptação de soluções inovadoras à realidade mineira e para o aprimoramento contínuo da gestão fiscal e do gasto público”, disse o servidor e membro do GT, Bruno Rosa.

Segundo o servidor, nos próximos encontros, o foco estará na implantação da metodologia nacional de revisão de gastos. Para Minas, isso significa mais eficiência, transparência e sustentabilidade das contas públicas – além de reafirmar o papel de destaque na modernização da gestão pública no Brasil. ■



Monitoramento e avaliação em Minas Gerais: rumo a uma gestão pública baseada em evidências

Em Minas Gerais, o fortalecimento do monitoramento e da avaliação das políticas públicas tem se consolidado como prioridade estratégica. A Subsecretaria de Gestão Estratégica e Reparação, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, amplia a capacidade do Governo de Minas de acompanhar a execução do planejamento e de orientar decisões com base em resultados concretos.

Entre os avanços mais relevantes está a parceria da Seplag-MG com a Fundação João Pinheiro, referência nacional em pesquisa e formação em gestão pública, que proporcionou, entre outras iniciativas, a criação do Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Sapp-MG). O Sistema foi instituído pelo Decreto nº 48.298, de 12 de novembro de 2021, e consolida metodologias, indicadores e painéis de acompanhamento que permitem avaliar programas governamentais de forma estruturada, gerando informações consistentes para orientar decisões estratégicas.

Mais do que medir números, o Sapp busca compreender impactos, resultados e eventuais desdobramentos das políticas públicas desenvolvidas em Minas Gerais,

forneendo insumos para um planejamento focado na geração de valor aos cidadãos. Seus relatórios oferecem recomendações práticas para o redesenho de políticas e planos de ação que favorecem a melhoria contínua e que são acompanhadas de forma periódica pela Secretaria de Planejamento e Gestão. Ao combinar avaliações periódicas com monitoramento em tempo real, o modelo mineiro favorece o aprendizado institucional, a correção de rumos e o fortalecimento da transparência.

Com esse esforço, Minas Gerais avança na construção de uma cultura de gestão baseada em evidências, aproximando o planejamento estratégico da realidade vivida pelos cidadãos, ampliando a eficiência do gasto público e fortalecendo a confiança na ação governamental.

Em 2025, todos os projetos da carteira estratégica estão sendo submetidos a algum tipo de avaliação, o que ilustra o trabalho e o compromisso do Governo do Estado de Minas Gerais na promoção da tomada de decisão com base em evidências. ■

Mais do que medir números, o Sapp busca compreender impactos, resultados e eventuais desdobramentos das políticas públicas desenvolvidas em Minas Gerais



Silvia Listgarten,
secretária de Estado de
Planejamento e Gestão
de Minas Gerais

Governo estadual consolida o planejamento estratégico e sustentável ‘Pará 2025’

Ações e estratégias orientam as políticas públicas, preparando o futuro a partir do presente



Um marco no desenvolvimento sustentável e inclusivo do estado do Pará. Essa é a síntese do plano “Pará 2050”, com visão de longo prazo, para a orientação das políticas públicas e estratégias com foco no futuro, e alinhada aos desafios globais e às necessidades locais do território paraense.

O Pará 2050, lançado no mês de junho deste ano, tem três pilares essenciais: sustentabilidade econômica, justiça social e preservação ambiental. De acordo com o governo estadual, o plano visa a promover um crescimento equilibrado, reduzir as desigualdades regionais e criar um ambiente propício para a inovação e o bem-estar da população.

O instrumento institucional é o resultado de um processo colaborativo, que envolveu a escuta ativa da sociedade e a participação de diversos setores, criando um norte claro para o desenvolvimento e para as ações nos próximos anos.

A vice-governadora do Pará, Hana Ghassan, destaca a importância da construção da ferramenta. “É importante estarmos trabalhando no planejamento estratégico do estado com o Pará 2050 - o Pará que nós queremos no futuro. O plano foi construído a partir de uma ampla escuta social, porque nós entendemos que existem muitos ‘Parás’ dentro do nosso estado”, disse ela.

“Esse processo coletivo nos permitiu elaborar um plano sólido, baseado nas contribuições de diversos setores da sociedade. Apresentamos ao governo federal essas estratégias, resultado desse trabalho conjunto, e que dialoga com o planejamento estratégico nacional em construção. Foi um passo importante para transformar alguns sonhos da população, coletados durante essa escuta, em estratégias. E, a partir dessas escutas, atuar para transformar esses sonhos em realidade. Nosso foco é o tripé: desenvolvimento econômico, social e sustentabilidade. Ouvimos diversos setores econômicos, entendendo suas necessidades e prioridades, para construir um estado mais justo, competitivo e preparado”, explicou Hana Ghassan.

No lançamento, em junho, o Governo do Estado, em parceria com o Ministério do Planejamento e

Orçamento (MPO) e a Secretaria Nacional de Planejamento (Seplan), promoveu o seminário “Diálogos para a Construção da Estratégia Brasil 2050”, com o objetivo de integrar o Pará ao processo de construção da Estratégia Brasil 2050.

RESPEITO ÀS ESPECIFICIDADES REGIONAIS

A Estratégia Brasil 2050 busca estabelecer um referencial estratégico para o país, com base na escuta ativa da sociedade e na colaboração entre os entes federativos e instituições. O objetivo é construir um caminho sólido para o desenvolvimento sustentável do Brasil, com uma abordagem inclusiva e adaptada às especificidades de cada região.

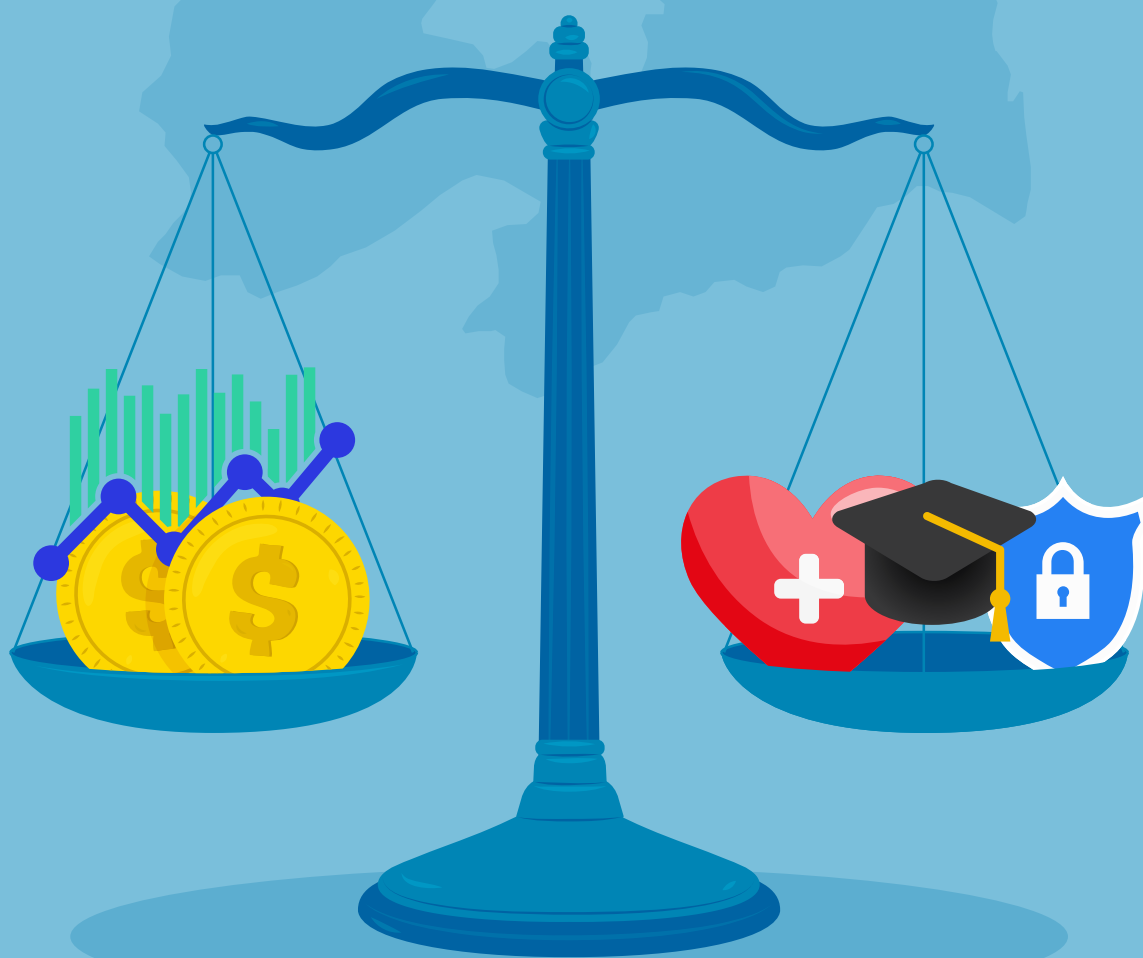
Virgínia de Ângelis, secretária nacional de Planejamento, destacou a relevância do planejamento de longo prazo para a melhoria das decisões no presente. “O Pará 2050 já contempla muitas das potencialidades identificadas em sua escuta ativa. Planejar o futuro é essencial para que possamos tomar decisões mais eficazes no presente, enfrentando desafios como as desigualdades sociais e regionais e promovendo uma gestão pública mais eficiente”, explicou Virgínia.

Marly dos Anjos, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, expressou sua satisfação pela inclusão do controle social no processo de planejamento, ressaltando a importância da governança democrática e participativa. “Esse espaço de diálogo é fundamental para garantir que as políticas públicas atendam às necessidades de todos os segmentos da sociedade”, afirmou Marly.

Matheus Oliveira, cofundador da Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável (Cojovem), ressaltou a importância do alinhamento do orçamento público e das políticas públicas para garantir a longevidade e a sustentabilidade da sociedade. “O Pará 2050 representa um esforço coletivo contínuo para garantir investimentos em capital social e humano, com o objetivo de criar um estado mais justo, próspero e resiliente”, comentou Matheus. ■

Paraíba mostra que sustentabilidade fiscal impulsiona progresso social

Com equilíbrio nas contas, planejamento inovador e foco em resultados, o estado se torna modelo nacional de boa governança e desenvolvimento humano sustentável



Com equilíbrio das contas públicas, investimentos robustos e inovação na gestão, o estado conquista reconhecimento nacional e internacional ao transformar indicadores fiscais em avanços concretos na qualidade de vida da população. A Paraíba tem mostrado ao país que responsabilidade fiscal e progresso social não apenas podem caminhar juntos, como também formam uma equação indispensável para o futuro dos estados brasileiros. Ao longo dos últimos anos, o governo estadual consolidou políticas públicas que aliam disciplina orçamentária, modernização da gestão e investimento em programas sociais e ambientais, garantindo resultados que já colocam o estado em posição de destaque no cenário nacional.

Esse desempenho não é obra do acaso. Trata-se de uma estratégia de planejamento consistente, que combina equilíbrio das contas públicas com ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas regiões mais vulneráveis. O resultado é visível em indicadores oficiais que reconhecem a Paraíba como líder do Nordeste em competitividade e progresso social, ao mesmo tempo em que apresenta solidez fiscal comparável às melhores práticas do país.

SEPLAG AVANÇA NA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA POR MEIO DO PROFISCO II

A Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag), por meio da Segunda Etapa do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba (PROFISCO/PB II), tem conduzido uma série de ações estratégicas voltadas à modernização da administração pública estadual.

As iniciativas abrangem desde a capacitação de servidores até a aquisição de equipamentos e mobiliário, com o objetivo de integrar e aprimorar os processos de planejamento e gestão, sempre com foco na obtenção de resultados concretos.

Entre as ações em destaque, está a aquisição de 88 computadores do tipo desktop e 45 notebooks, destinados à estruturação tecnológica da Secretaria, com

Divulgação



“Instrumentos assertivos de planejamento são fundamentais para que as secretarias possam ser mais eficazes nas entregas à população”

Gilmar Martins, secretário de Planejamento

vistas a ampliar a eficiência e a qualidade das atividades desenvolvidas. Desse total, foram entregues 38 desktops e 25 notebooks em 2023. Em 2024, mais 50 desktops já foram disponibilizados, e há previsão de aquisição de 20 notebooks até o final do ano.

No eixo de capacitação técnica, ao longo de 2025, servidores da Seplag participaram de importantes formações, tais como: o Curso de Gestão de Riscos Fiscais; o 3º Seminário Brasileiro de Gestão de Pessoas e Liderança no Setor Público; o 33º Congresso Paraibano de Gestão de Pessoas; e o curso “Regime Jurídico das Parcerias celebradas entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil”, com enfoque na Lei nº 13.019/2014.



Divulgação

Além disso, está em andamento o processo de contratação de empresas ou instituições de ensino especializadas para ministrar cursos *in company* voltados a temas, como planejamento estratégico, orçamento público e participação social. As formações estão alinhadas ao Plano de Capacitação da Seplag e têm como objetivo fortalecer as competências técnicas dos servidores. A execução dessas atividades está prevista até dezembro de 2026, prazo de encerramento da segunda etapa do PROFISCO.

RECONHECIMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL: A FORÇA DA DISCIPLINA FISCAL

Os resultados desse esforço já se refletem em indicadores e em avaliações independentes. Pelo quinto ano consecutivo, a Paraíba recebeu da Secretaria do Tesouro Nacional a nota máxima de Capacidade de Pagamento (Capag A+), comprovando a saúde fiscal do estado e reconhecendo a precisão e a transparência das informações enviadas ao Sistema de Contas Públicas (Siconfi).

Servidores da Seplag participaram de importantes formações, tais como: o Curso de Gestão de Riscos Fiscais; o 3º Seminário Brasileiro de Gestão de Pessoas e Liderança no Setor Público

No cenário internacional, a S&P Global Ratings manteve para 2025 a classificação de risco de crédito da Paraíba em brAAA, a mais alta na escala nacional, sinalizando risco de crédito praticamente nulo. Essa conquista garante ao estado credibilidade e menor custo de financiamento, abrindo espaço para atração de novos investimentos diante da sustentabilidade fiscal.

No Ranking de Competitividade dos Estados, produzido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), a Paraíba assumiu a liderança do Nordeste em 2024 e manteve em 2025, subindo para a 11ª

posição nacional, com avanços em pilares como Potencial de Mercado, Segurança Pública, Inovação e Solidez Fiscal.

Já no Índice de Progresso Social (IPS Brasil), o estado alcançou o 10º lugar nacional, liderando a região Nordeste com nota 61,09. O indicador mede resultados sociais independentes do PIB, avaliando dimensões como necessidades humanas básicas, fundamentos do bem-estar e oportunidades. Para especialistas, esse desempenho revela que bens e serviços públicos — saúde, educação, segurança, habitação e meio ambiente — avançaram em conjunto, sustentados pela solidez fiscal.

Para o governador João Azevêdo, o reconhecimento é fruto de planejamento de longo prazo. “Planejamento e governança caminham juntos em nossa gestão para definir as ações de governo. O ajuste financeiro nos permitiu sair da 18ª para a 10ª posição no PIB, conquistar a nota Capag A+ pela Secretaria do Tesouro Nacional e o rating brAAA pela S&P Global Ratings. Além disso, as plenárias do Orçamento Democrático garantem que a população de todo o estado seja ouvida e participe das prioridades regionais”, afirmou o governador.

SEPOG 2025: PLANEJAMENTO, INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS

Outro exemplo de como a Paraíba vem se consolidando em boas práticas de gestão é a Semana Estadual do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), que em 2025 chegou à sua quarta edição. Realizado em João Pessoa, o evento reuniu servidores, especialistas e gestores públicos para debater os principais desafios da administração moderna.

A abertura da 4ª edição contou com a palestra do especialista sênior da Divisão de Gestão Fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), André Martínez, que abordou os impactos da Reforma Tributária no Planejamento Orçamentário Estadual.

Segundo Martínez, “a reforma tributária é uma das mudanças mais significativas da América Latina nas últimas duas décadas e impactará diretamente as receitas estaduais, exigindo um planejamento

de políticas públicas de médio e longo prazo muito diferente do que vem sendo feito até agora”.

O especialista destacou ainda que os principais impactos ocorrerão na administração tributária, tesouraria e planejamento, com a necessidade de novos modelos e soluções tecnológicas.

Com foco em tributação, inovação tecnológica e inteligência artificial, a programação incluiu painéis sobre os impactos da Reforma Tributária no planejamento orçamentário, uso de dados e evidências na formulação de políticas públicas e os desafios éticos do uso de IA no setor público.

“Instrumentos assertivos de planejamento são fundamentais para que as secretarias possam ser

MODELO DE GOVERNANÇA FISCAL E SOCIAL



A Paraíba tem mostrado, com dados e resultados, que equilíbrio fiscal é a base para o progresso social. Como defendem estudiosos como Amartya Sen, desenvolvimento vai além do crescimento econômico: significa ampliar capacidades humanas e assegurar oportunidades.

Ao longo do ciclo governamental de 2019 a 2025, a Paraíba demonstrou que políticas públicas só alcançam efetividade quando são financeiramente sustentáveis e institucionalmente consistentes. Esse modelo tem garantido previsibilidade de receitas, estabilidade na execução orçamentária e continuidade de programas essenciais em saúde, educação, segurança hídrica e habitação.



mais eficazes nas entregas à população”, enfatizou o secretário Gilmar Martins durante a abertura.

A semana também marcou o lançamento do Ranking da Qualidade da Execução Orçamentária, utilizando metodologia da Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP), reconhecendo órgãos que se destacaram em boas práticas, como a Assembleia Legislativa, a Procuradoria-Geral do Estado e o Tribunal de Contas.

Além disso, foram apresentados os primeiros resultados do monitoramento do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Segundo o relatório, das 323 metas avaliadas no primeiro semestre de 2024, 58 foram alcançadas, 103 ficaram pendentes, 126 estavam inconclusivas e 36 não tiveram valor aferido — um retrato que reforça a necessidade de avaliação contínua e correções de rumo para garantir a efetividade do planejamento.

PB É DESTAQUE NO NORDESTE NOS RANKINGS DE ESG E ODS DIVULGADOS PELO CLP

A Paraíba voltou a se consolidar como referência no Nordeste, desta vez nos rankings de ESG (Ambiental, Social e Governança) e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) divulgados pelo Centro de Liderança Pública (CLP). O estado alcançou o 1º lugar da região Nordeste, a 12ª posição nacional em ESG e a 11ª colocação nacional em ODS.

Esses resultados reforçam o avanço da gestão pública estadual em áreas estratégicas que vão além da competitividade econômica, contemplando também a sustentabilidade, a responsabilidade social e a governança eficiente.

De acordo com o secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins, a 1ª colocação do estado no Nordeste também nos rankings das camadas ESG e ODS “confirma o olhar especial do Governo da Paraíba à boa governança, às questões ambientais e às pautas sociais”, ressaltou o secretário.

O ESG, um dos indicadores avaliados pelo estudo, analisa três dimensões centrais: práticas ambientais, como preservação de recursos naturais e transição



Paraíba lidera o Nordeste nos rankings de ESG e ODS, reforçando o compromisso do governo com sustentabilidade, responsabilidade social e boa governança

para energias limpas; aspectos sociais, incluindo bem-estar, inclusão e acesso a serviços; e governança, que envolve ética, transparência e eficiência na gestão pública. Já os ODS estão diretamente ligados à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que reúne 17 objetivos globais para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável.

Com o novo resultado, a Paraíba reafirma o protagonismo conquistado no Ranking de Competitividade dos Estados 2025, também divulgado pela CLP, no qual o estado já havia sido apontado como o 1º lugar do Nordeste e o 11º do Brasil na avaliação geral. Além disso, se destacou em pilares como Inovação, Potencial de Mercado, Infraestrutura e Segurança Pública.

O levantamento da CLP mostra como os estados brasileiros vêm se alinhando às práticas internacionais de sustentabilidade e responsabilidade social, oferecendo parâmetros claros para a formulação de políticas públicas e a busca por melhores condições de vida para a população. ■



Planejamento orçamentário, disciplina fiscal e progresso social: premissas e propósito

A Constituição Federal consagrou como instrumentos de planejamento da ação governamental o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo o primeiro entendido como plano de médio prazo e os dois últimos como planos de curto prazo. Entretanto, para que o PPA possa cumprir o papel que lhe foi reservado pelo constituinte, é necessário que o mesmo seja elaborado a partir de dados e evidências que verdadeiramente venham nortear os programas e ações de governo.

Dessa forma, o processo de elaboração dos instrumentos de planejamento pode não surtir efeito se não houver disciplina fiscal. Por isso, tão importante quanto, é o contínuo monitoramento da execução orçamentária e financeira ao longo do ano. Assim sendo, indicadores como aplicações mínimas constitucionais (educação e saúde), despesas com pessoal, geração de poupança corrente e nível de endividamento são primordiais para o cumprimento das metas.

Nos últimos anos a Paraíba conseguiu consolidar uma trajetória de disciplina fiscal combinando avanços em competitividade e progresso social. Durante o ciclo governamental de 2019 a 2025, evidências objetivas de solvência e credibilidade financeira coexistem com resultados crescentes em indicadores de qualidade de vida e competitividade na Paraíba, resultados esses referendados pelo Índice de Progresso Social (IPS Brasil), que mede resultados sociais, no qual, a PB lidera o ranking no Nordeste.

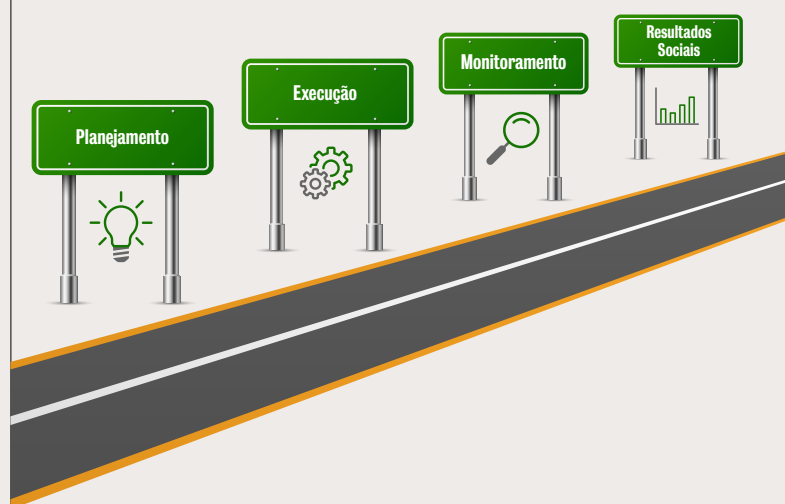
Como destacam Acemoglu e Robinson (2013), sociedades só alcançam prosperidade duradoura

quando desenvolvem instituições políticas e econômicas inclusivas, capazes de distribuir poder e assegurar oportunidades para a maioria, em vez de concentrá-las em elites restritas. No caso paraibano, o bom desempenho do IPS evidencia justamente essa dinâmica: a solidez fiscal tem funcionado como base institucional para que políticas públicas alcancem maior efetividade social, ampliando direitos e oportunidades. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Porque falham as nações*. Tradução de Artur Lopes Cardoso. Revisão de João Pedro Tapada. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2013.

Gilmar Martins de Carvalho Santiago, secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado da Paraíba





Paraná lidera ações contra mudanças climáticas e fortalece economia verde

Iniciativas como a Supen, o Programa de Segurança Hídrica e o Plano de Descarbonização impulsionam inovação, eficiência energética e desenvolvimento sustentável no Estado, alinhando metas ambientais às demandas econômicas e sociais



No contexto das mudanças climáticas, a Secretaria do Planejamento do Paraná (SEPL) trabalha aliando cuidados ambientais ao desenvolvimento sustentável. A criação da Superintendência-Geral de Gestão Energética (Supen), além de iniciativas como o Programa de Segurança Hídrica (PSH) e o Programa de Descarbonização do Paraná (Pedep), são alguns dos resultados.

A Superintendência-Geral de Gestão Energética (Supen), vinculada à SEPL, concentra e coordena ações estratégicas do Estado no setor energético, com foco no planejamento de longo prazo, na eficiência, na inovação e na implantação eficaz de políticas públicas.

O objetivo do PSH é promover a segurança hídrica para usos múltiplos no Paraná no contexto das mudanças climáticas. Tem como resultados esperados a ampliação do uso adequado e regularizado dos recursos hídricos, da disponibilidade sustentável de água para usos múltiplos e da área cultivada com boas práticas sustentáveis de manejo do solo, da água e do meio ambiental.

Já o Pedep propõe movimentos para que o Paraná alcance a neutralidade climática até 2050, em consonância com o Acordo de Paris e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos

pela ONU. O plano foca na transparência, na participação da sociedade e no cumprimento das normas climáticas. É uma iniciativa para reduzir emissões de gases de efeito estufa, impulsionar a inovação e gerar oportunidades para todos os setores da sociedade.

O papel da SEPL é o assessorar e apoiar o governador do Paraná sobre o desempenho de funções de planejamento, fazer a coordenação e o controle da ação geral do governo e dos assuntos e programas intersecretariais.

SUPEN

A Superintendência-Geral de Gestão Energética (Supen), vinculada à SEPL, tem como responsabilidade a identificação de áreas prioritárias para investimentos, o monitoramento de tendências tecnológicas e o fomento de parcerias estratégicas que impulsionem a eficiência, a inovação e a sustentabilidade energética.

Atualmente, a Supen possui na estrutura organizacional, além do superintendente-geral e do assessor, as coordenações de Energia Elétrica; Gás, Biocombustíveis e Hidrogênio; e Inovação, Infraestrutura, Mobilidade Elétrica, Baterias e Data Center.

O suporte técnico, administrativo e financeiro necessário à realização das atividades da



Divulgação



Divulgação

Superintendência é prestado pela Secretaria de Estado do Planejamento, sem prejuízo da colaboração de outros órgãos e entidades do Estado.

O principal objetivo da Supen é assegurar um futuro energético seguro, sustentável e acessível para o Estado, incentivando o uso eficiente de energia, o desenvolvimento de fontes renováveis e a inovação no setor energético.

É de competência da Superintendência o desenvolvimento de estratégias em energia de acordo com as diretrizes do Governo, identificando áreas prioritárias para investimento que possam impulsionar o desenvolvimento sustentável e econômico do Estado, incluindo os segmentos de rotas de inovação e pesquisa e desenvolvimento, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade, em articulação com os órgãos estaduais competentes.

“A Superintendência tem o propósito de ser um articulador do tema energia no Estado, obviamente compreendendo as peculiaridades de cada secretaria. Nós entendemos que o tema energia é sistêmico e, por esta razão, demanda uma interação muito próxima com outras secretarias, com o setor produtivo, com as universidades e também com as

O governo do Paraná recebe, através da SEPL, periodicamente missões do Banco Mundial para construir o PSH, que é uma ação multissetorial de investimento de US\$ 263 milhões, cerca de R\$ 1,6 bilhão

associações representativas do setor. Por meio da articulação, é possível obter resultados mais objetivos e com maior eficiência, garantindo a segurança energética do Estado”, apontou o superintendente-geral de Gestão Energética, Sandro Vieira.

A Supen promove também ações integradas voltadas à transição energética, com foco na atração de investimentos em projetos de eficiência energética, de geração de energia a partir de fontes renováveis, de produção de biometano, combustíveis sustentáveis, hidrogênio de baixa intensidade de carbono e outros afins, em conjunto com órgãos estaduais e a iniciativa privada.

PSH

O Programa de Segurança Hídrica (PSH) busca a melhoria da qualidade dos recursos hídricos e da biodiversidade associada, da resiliência da produção agropecuária ao déficit hídrico, do acesso ao saneamento básico no meio rural e da coleta e destinação de efluentes da produção rural.

O governo do Paraná recebe, por meio da SEPL, periodicamente missões do Banco Mundial para construir o PSH, que é uma ação multisetorial de investimento de US\$ 263 milhões, cerca de R\$ 1,6 bilhão. Destes, US\$ 186 milhões serão financiados pelo Banco Mundial e o restante, US\$ 77 milhões, serão a contrapartida do Estado do Paraná.

“Pensamos no futuro do Paraná. Com um investimento de US\$ 263 milhões, vamos garantir água segura e sustentável, resolvendo problemas de erosão e esgoto rural, entre outras iniciativas”, disse o secretário estadual do Planejamento, Ulisses Maia. “Cumprimos uma gestão responsável para a manutenção e preservação dos nossos recursos hídricos”, completa.

O PSH é como um grande plano diretor de segurança hídrica, com análise e foco em transposição de bacia, preservação de água comunitária, um cuidado do manejo especial, a questão das fontes de água. É, assim, um grande programa com investimentos do Governo do Estado.

“O Estado do Paraná está alguns passos à frente dos demais porque tem uma capacidade instalada e já sabe da importância de desenvolver um programa de segurança hídrica. Essa visão que o Governo do Paraná tem de fazer trabalhar todas essas instituições de maneira coordenada para assegurar a segurança hídrica é única. Outros governos fazem apenas atividades individuais”, analisou o chefe da Unidade de Água para a América Latina do Banco Mundial, David Michaud.

Nas reuniões da entidade com o Paraná, houve evolução dos indicadores e do custo-benefício das ações idealizadas. O Banco Mundial trabalha com a metodologia da teoria da mudança, que é a efetiva transformação na vida das pessoas. Por isso,



Divulgação

“Pensamos no futuro do Paraná. Com um investimento de US\$ 263 milhões, vamos garantir água segura e sustentável, resolvendo problemas de erosão e esgoto rural, entre outras iniciativas. Cumprimos uma gestão responsável para a manutenção e preservação dos nossos recursos hídricos”

Ulisses Maia, secretário estadual do Planejamento do Paraná

a elaboração é focada em áreas prioritárias como agricultura, saneamento urbano e rural.

O Banco Mundial tem um procedimento administrativo para aprovação de projetos e, com isso, participa ativamente da construção do PSH em conjunto com o Governo do Estado. Todo o processo de elaboração teve início de uma forma mais ampla, com o Paraná demonstrando o interesse. A dinâmica segue passo a passo, entrando nos detalhes até a finalização do projeto e a liberação dos recursos.

Além da secretaria do Planejamento, o Banco Mundial se reuniu com equipes técnicas das secretarias de Agricultura e Abastecimento (Seab) e das Cidades (Secid), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), Instituto Água e Terra (IAT), Controladoria Geral do Estado (CGE) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR).

PEDEP

A Secretaria do Planejamento do Paraná (SEPL) participa do Comitê de Mudanças Climáticas e desenvolve ações alinhadas com o Plano de Descarbonização do Paraná (Pedep).

O Pedep é resultado de um desenvolvimento que teve início em 2012 com a Política Estadual Sobre Mudança do Clima (Lei nº 17.133/2012). Em 2021, o Estado assinou sua aderência às campanhas internacionais *Race to Zero* e *Race to Resilience*, promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Finalmente em 2023, foi lançado o Plano de Ação Climática do Paraná (PAC-PR 2024-2050), ao qual o PEDEP foi integrado.

A elaboração do PEDEP seguiu uma abordagem metodológica estruturada em múltiplas etapas técnicas e analíticas. A divisão setorial do plano se deu de acordo com os setores da agricultura, florestas e outros usos da terra (da sigla em inglês Afolu); processos industriais e uso de produtos (da sigla em inglês IPPU); energia; transportes; e resíduos.

O Plano é elaborado por um grupo de trabalho composto por representantes das secretarias estaduais do Planejamento, do Desenvolvimento Sustentável, da Agricultura e Abastecimento, Fazenda, Administração e da Previdência; da Indústria, Comércio e Serviços, Instituto Água e Terra (IAT), Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) e Invest Paraná. O contrato é gerido pelo Serviço Social Autônomo Paraná Projetos.

O Pedep contou também com a participação de gestores públicos, empresas do setor privado, técnicos e pesquisadores, Organizações Não



O Plano de Descarbonização do Paraná (Pedep) estabelece metas para a neutralidade climática até 2050, envolvendo diversos setores e a participação da sociedade civil para promover economia verde e sustentabilidade

Governamentais (ONGs), educadores e sociedade civil, por meio de consulta pública.

“A consulta pública é um importante instrumento para a comunidade participar efetivamente na construção do Plano de Descarbonização”, afirma o secretário estadual do Planejamento, Ulisses Maia. “Por meio de práticas sustentáveis e inovações tecnológicas, o Paraná se consolida como referência em economia verde e desenvolvimento sustentável, proporcionando um futuro melhor para todos os paranaenses”.

O documento está materializado em um robusto estudo com 161 páginas e disponível no site <https://fundacaosfa.org.br/pedep/> para download. Consolida uma estratégia técnica, política e institucional em direção à neutralidade de carbono no Estado até 2050. Está estruturado com base em análises setoriais aprofundadas, modelagem de cenários prospectivos e aplicação de avaliações multicritério.

O Plano articula metas ambiciosas com ações de descarbonização, respeitando a realidade socioeconômica e territorial do Paraná. A abordagem do plano identificou 61 medidas prioritárias de mitigação distribuídas entre os principais setores responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa no Estado, como AFOLU, Energia, Transportes, IPPU e Resíduos. ■



Eficiência na gestão pública e no planejamento do Paraná

O Paraná tem alcançado destaque nacional e reconhecimento pela solidez e modernidade da máquina pública, refletindo diretamente a cultura de planejamento, que não trata apenas de cumprir orçamentos, mas que busca a gestão de resultados perceptíveis para todos os paranaenses.

Essa gestão estratégica, que engloba diversas áreas, é baseada em estudos e pesquisas socioeconômicas para a tomada de decisão. O desafio central é a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Cada investimento deve ser cuidadosamente planejado para maximizar o impacto social e econômico. Isso exige um planejamento rigoroso, seguido de monitoramento constante e avaliação de impacto para garantir que os recursos cheguem a quem mais precisa.

É fundamental que as políticas públicas sejam desenhadas para diminuir as desigualdades regionais que ainda persistem, apesar do bom desempenho do Estado em índices nacionais. O desenvolvimento do Paraná busca esse desenvolvimento integrado, e o planejamento deve olhar para além dos grandes centros, promovendo o crescimento em todas as mesorregiões.

A gestão do governador Carlos Massa Ratinho Júnior representa um marco na administração estadual ao introduzir uma mentalidade de gestão e planejamento mais modernos e focados em resultados. Sua liderança impulsionou a adoção de tecnologias e a atração de investimentos, acelerando a transformação digital

e a desburocratização. Isso permitiu que o Estado melhorasse a capacidade de execução, garantindo uma aplicação mais eficiente dos recursos e uma máquina pública mais ágil.

O Governo do Paraná trabalha para atender às necessidades de hoje, mas com foco no longo prazo. Isso significa investir em infraestrutura, educação de qualidade e inovação, pilares que sustentarão a economia do amanhã. Ao fomentar o crescimento equilibrado, estimulamos a economia de forma sustentável, gerando renda e empregos de forma distribuída.

O planejamento estratégico é a garantia de que as ações do Governo do Paraná estão alinhadas com o objetivo maior de construir um Estado no qual a oportunidade seja acessível em cada município. Governar é, acima de tudo, planejar o futuro com responsabilidade, transparência e foco no cidadão. ■

Ulisses Maia, secretário do Planejamento do Paraná





Caminhos da Gestão leva capacitação inédita aos servidores municipais de Pernambuco

Programa pioneiro no país forma mais de 1.300 servidores e fortalece a parceria entre estado e prefeituras com cursos voltados à realidade local

Ed. Machado / Sepiag-PE



■ **Douglas Fernandes**
Seplag-PE

Em Pernambuco, era difícil imaginar há pouco menos de três anos que o Governo do Estado comandasse um programa de capacitação gratuita de servidores públicos municipais com cursos ministrados por gestores governamentais e outros profissionais com grande experiência na administração pública. Uma capacitação voltada, exclusivamente, à realidade dos municípios pernambucanos. Como em outros estados, Pernambuco capacitava apenas servidores públicos estaduais, em que pese a existência de uma demanda crescente dos municípios pernambucanos por esse apoio.

Foi então que na gestão da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, que a Seplag ganhou o braço de Desenvolvimento Regional e a missão de dar um forte suporte às prefeituras. A partir disso, criava-se o terreno para inovar na parceria com os municípios porque os gestores governamentais da Secretaria enxergavam a necessidade de ir até a raiz dos problemas que chegavam a eles nas reuniões para destravar processos com as gestões municipais. Queriam fazer muito mais a fim de que as políticas públicas das prefeituras pudessem ter um maior impacto na população e para isso era necessário profissionalizar os servidores dessas gestões.

“A capacitação do servidor é uma das principais formas que a gente entende que o Estado vai auxiliar os municípios. Esse apoio gera um melhor desempenho das gestões municipais e isso beneficia a população com melhores serviços e políticas públicas”, disse a gerente-geral de Governança Regional da Seplag-PE, Lilian Costa Gomes.

Entretanto, havia um obstáculo. A legislação impedia que houvesse gastos do Estado com uma capacitação destinada aos servidores públicos municipais. E assim foi preciso que a governadora Raquel Lyra editasse, em maio de 2024, um decreto para alterar as atribuições da Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco (Egape), da Secretaria de Administração, para viabilizar a criação do programa pioneiro no país, o Caminhos da Gestão.



Ed Machado / Seplag-PE

O programa Caminhos da Gestão impulsiona o profissionalismo e a modernização das prefeituras pernambucanas

“É uma boa prática que pode ser facilmente replicada em outros estados porque os principais recursos para viabilizá-la são encontradas em outras unidades da federação, a exemplo da estrutura de Escolas de Governo, a possibilidade de contar com um quadro bastante qualificado de servidores para se tornarem instrutores dos cursos e de uma rede de aparelhos do Estado que podem ser usados para a realização dos cursos. Contudo, é fundamental o papel de uma Secretaria de Planejamento para conduzir esse processo porque é ela a grande coordenadora das políticas públicas”, realçou o secretário de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco e presidente do Conseplan, Fabrício Marques.

Estabelecendo um diálogo constante com os municípios para mapear as necessidades de capacitação, produzindo os planos de curso, coordenando as aulas e fornecendo instrutores, a Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional (Seplag-PE) comanda o programa junto com a SAD, por meio da Egape, contando com a parceria da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe). As três instituições já possuíam um acordo de cooperação técnica, mas foi ajustado para o programa, que começou a ser executado em fevereiro de 2025.

“É um programa inovador, que veio para ficar e fortalecer a parceria institucional do Estado com os municípios. Quando nós oferecemos uma capacitação ao município, a gente não está levando ali apenas um conhecimento técnico, a gente está promovendo também uma enriquecedora troca de experiências, no qual boas práticas podem ser replicadas. Essa parceria



visa a melhoria da eficiência da gestão pública e a melhor oferta de um serviço ao cidadão, que esse é o grande intuito da gente, que é fornecer ao cidadão cada vez mais um serviço de qualidade, uma entrega de qualidade”, ressaltou a secretária-executiva de Desenvolvimento Regional e Captação da Seplag-PE, Maria Fernanda Ribeiro.

Desde as primeiras conversas sobre o programa, em 2023, a ideia era de interiorizar a capacitação dos servidores públicos municipais, oferecendo os cursos no Agreste e Sertão do Estado. Hoje, essas duas regiões têm polos de capacitação que se somam ao polo da Região Metropolitana do Recife (RMR) e Zona da Mata. Além desses pontos de capacitação presencial, o programa oferece cursos de Ensino à Distância (EAD) ao vivo e autoinstrucionais.

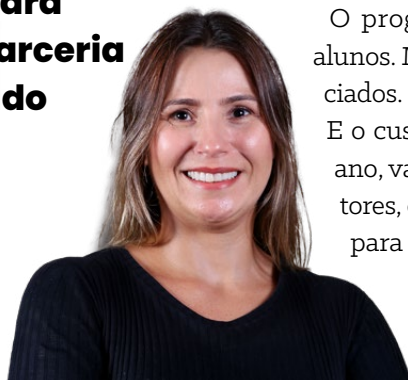
“É extremamente gratificante ter participado da construção e implantação desse programa inovador, que vem alcançando ampla adesão por parte dos municípios e contribuindo para o fortalecimento da gestão pública estadual. Cada detalhe foi cuidadosamente pensado para promover a melhoria da realidade local e, consequentemente, proporcionar melhores serviços à população pernambucana”, disse a gestora governamental da Seplag-PE Paula Muniz.

Do curso de “Segurança Pública nos Municípios”, que trouxe toda a expertise dos gestores governamentais da Seplag na coordenação do Juntos pela Segurança, programa que reduziu de forma histórica a criminalidade no Estado, ao curso “Formulação da



Caminhos da Gestão é um programa inovador, que veio para ficar e fortalecer a parceria institucional do Estado com os municípios”

Maria Fernanda Ribeiro,
secretária-executiva de Desenvolvimento
Regional e Captação da Seplag-PE



Ed Machado / Seplag-PE

Estratégia Municipal”, que passou a experiência consolidada da equipe da Secretaria na Gestão Estratégica. Da capacitação sobre operações de crédito, por meio de uma parceria com o Banco do Brasil, ao “Workshop de Gestão Orçamentária”. Tudo isso já foi oferecido aos alunos.

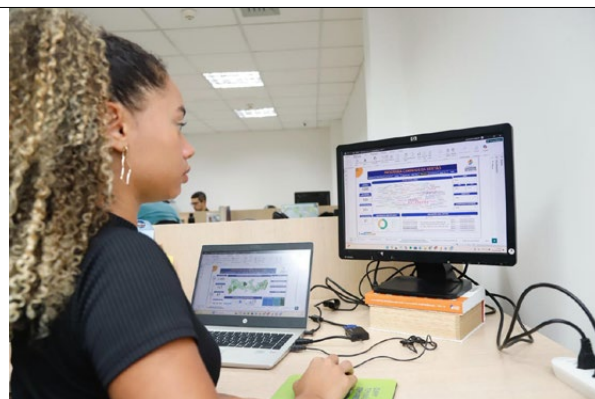
“Foi muito gratificante (ser instrutor do Caminhos da Gestão) por dois motivos. Primeiro porque eu conheci a realidade dos municípios, como eles trabalham no orçamento. Então, isso foi interessante porque a gente desenvolveu muita troca de ideias. E também pelo fato de conseguir repassar toda a minha experiência de quase 20 anos trabalhando com orçamento público, a forma como nós executamos e planejamos um orçamento, mas focado na realidade de cada município. Eles trabalham com isso no dia-a-dia, mas não veem essa parte de planejar de uma maneira mais estruturada. Eles apenas executam. Assim eu pude passar para eles essa parte do planejamento na forma mais concisa”, relatou o gestor governamental da Seplag-PE Fabiano Mota, que ministrou o workshop.

O programa já capacitou mais de 1.300 alunos. Mais de 150 municípios foram beneficiados. E mais de 50 turmas foram realizadas. E o custo disso? Bem baixo. R\$ 314 mil por ano, valor que inclui o pagamento de instrutores, coordenadores e diárias. Já o benefício para a gestão pública é enorme. Contudo, os gestores governamentais se preocupam com o constante



d Machado / Seplag-PE

Gestor governamental da Seplag-PE Fabiano Mota



Philippe Jonathan. Divulgação

aperfeiçoamento do Caminhos da Gestão. Para auxiliá-los nisso, houve uma grande contribuição de uma residente do Programa de Residência em Gestão Pública da Seplag, feito em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE). Marlyeth Buarque desenvolveu uma plataforma que mostra as avaliações e sugestões dos alunos, além de uma série de informações que subsidiam as decisões sobre o programa de capacitação.

“O painel de Business Intelligence do Programa Caminhos da Gestão fortalece a transparência e o uso estratégico de dados na gestão pública. Ele reúne indicadores, resultados e percepções dos participantes, permitindo análises e aprimoramentos contínuos. Essa experiência reforça o papel da Seplag na inovação e na construção de políticas mais eficientes e orientadas a resultados”, destacou Marlyeth Buarque.

Na coordenação dos cursos, a equipe da Seplag observa um feedback muito positivo por parte dos alunos. “Eles relatam o quão importantes têm sido essas capacitações para o melhor desempenho das atividades dentro dos seus municípios. Então, enquanto coordenador, eu percebo muito esse feedback positivo e um aumento do interesse por parte desses servidores, querendo não apenas participar dessas turmas que ocorrem nos polos, mas se articulando e nos procurando no intuito de levar essas capacitações para dentro dos seus municípios a fim de alcançar um número maior de servidores. Em outra frente, a relação entre os servidores do Estado e dos municípios fica mais estreita”, afirmou o gestor governamental da Seplag-PE Edmar Rodrigues.

Atualmente, o programa oferece três vagas por município e vem ampliando o número de prefeituras

Atualmente, o programa oferece três vagas por município e vem ampliando o número de prefeituras que possuem acordo de cooperação técnica para adesão ao programa

que possuem acordo de cooperação técnica para adesão ao programa. O acordo possibilita turmas exclusivas para os servidores das gestões municipais que o firmaram, a exemplo da Prefeitura de Gravatá, no Agreste pernambucano. É de lá o maior número de servidores capacitados.

“Temos visto que os servidores públicos estão cada vez mais engajados, mais comprometidos, mais experientes naquilo que eles estão fazendo. Os cursos têm trazido para os servidores uma qualificação técnica cada vez maior e isso está se refletindo na entrega das políticas públicas aos nossos cidadãos. Então, nós podemos dizer que essa parceria tende a evoluir muito”, enalteceu o secretário de Planejamento e Orçamento de Gravatá, Eliakim Herbert.

No ano que vem, haverá a ampliação da oferta de cursos, principalmente presenciais. “Neste primeiro ano de atuação, a recepção foi bastante positiva, os municípios já entenderam como um programa de Estado e isso ajuda muito a fortalecê-lo. Em 2026, buscaremos ampliar o catálogo de cursos, intensificar a interiorização do Caminhos da Gestão e consolidar a sua marca à altura do pioneirismo que possui”, disse Lilian Costa Gomes. ■



Estados em movimento: protagonismo federativo no ciclo de expansão dos investimentos públicos

Como os governos estaduais voltaram a liderar a retomada dos investimentos públicos, consolidando um novo ciclo de desenvolvimento federativo

Pela quarta vez consecutiva, os governos estaduais devem superar a marca de R\$ 100 bilhões em investimentos, consolidando o retorno do protagonismo federativo como motor do crescimento nacional.

Depois de quase uma década de restrições fiscais e baixa capacidade de investimento, os estados brasileiros vivem um novo ciclo de expansão, iniciado em 2021 e sustentado por uma combinação de equilíbrio fiscal, reformas administrativas e acesso ampliado a crédito. Em valores corrigidos pela inflação de 2024, o volume total investido pelos entes estaduais ultrapassou a barreira dos R\$ 100 bilhões anuais e deve se manter acima desse patamar por quatro exercícios consecutivos — algo inédito desde a década passada.

A VIRADA DO CICLO DE INVESTIMENTOS

Os dados da execução orçamentária dos governos estaduais revelam uma trajetória marcada por contrastes. Entre 2015 e 2020, os investimentos sofreram forte retração, refletindo a queda de receitas, o aumento das despesas obrigatórias e as restrições

ao endividamento. Nesse período, os valores oscilaram entre R\$ 47 bilhões e R\$ 67 bilhões (em termos reais), configurando o menor ciclo da última década.

A inflexão ocorre em 2021, quando os investimentos praticamente dobram, saltando de R\$ 50,3 bilhões em 2020 para R\$ 94,5 bilhões. Em

2022, atingem o pico da série, com R\$ 131,6 bilhões — o maior patamar em dez anos. O ritmo de 2025 confirma a continuidade dessa tendência, reforçando o papel dos estados como protagonistas da retomada do investimento público.

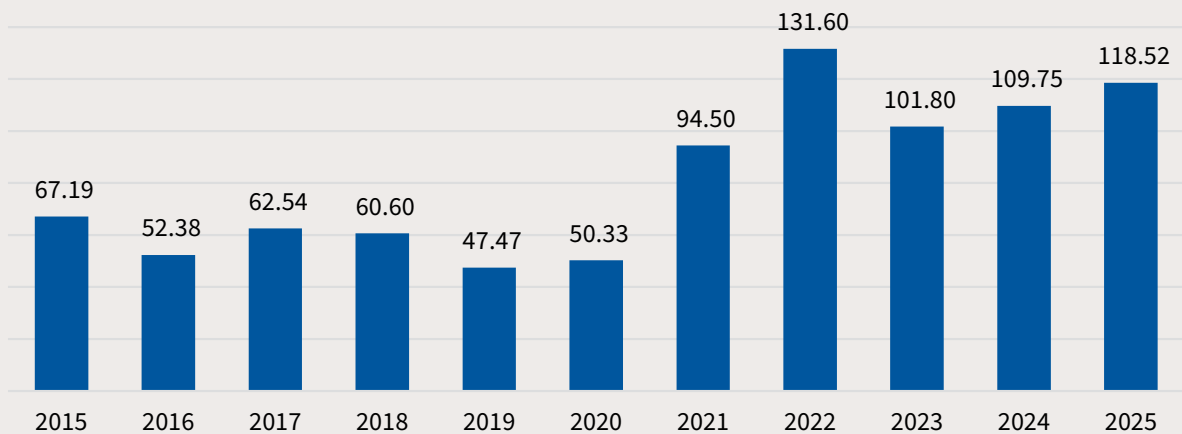
FATORES ESTRUTURANTES DA RETOMADA

A recomposição das receitas e o aumento das transferências federais no período pós-pandemia ampliaram a capacidade fiscal dos estados e favoreceram a retomada dos investimentos estratégicos. Paralelamente, reformas administrativas, renegociação de passivos e fortalecimento do controle das despesas correntes reorganizaram as agendas de gestão fiscal, criando espaço para a recuperação do investimento público.

O ambiente favorável ao crédito — com maior acesso a linhas de financiamento junto aos bancos

“Pela quarta vez seguida, os estados devem superar R\$ 100 bilhões em investimentos, reafirmando o protagonismo federativo na retomada do crescimento nacional”

Figura 1 - Investimentos Estaduais – 2015 a 2025



Fonte: Elaborado com base nos dados do Siconfi, Anexo 1 do RREO, referente ao 6º bimestre; valores empenhados corrigidos pelo IPCA a preços de dez/2024; R\$ em bilhões.

nacionais, BID, BIRD, CAF e outros organismos multilaterais — impulsionou projetos de infraestrutura, inovação e sustentabilidade, redefinindo o papel dos estados na política de desenvolvimento nacional.

INVESTIMENTOS COM IMPACTO REGIONAL

A nova onda de investimentos estaduais concentra-se em áreas estruturantes com forte efeito multiplicador: infraestrutura viária, saneamento, mobilidade urbana, educação e tecnologia. Em muitos casos, os estados assumiram o protagonismo na execução de políticas que ampliam a competitividade local e geram empregos, configurando uma nova dinâmica federativa baseada em resultados.

Em Pernambuco, o Governo do Estado investiu R\$ 4,4 bilhões, incluindo as inversões financeiras para empresas públicas independentes, de novembro de 2024 até outubro de 2025. As aplicações concentram-se em infraestrutura e políticas sociais, com

“A consolidação de um ciclo de investimentos públicos acima de R\$ 100 bilhões anuais marca a revalorização dos estados como agentes de desenvolvimento”

novas estradas, equipamentos de segurança, habitação popular, saneamento e ampliação da rede de escolas e hospitais. Experiências semelhantes também são observadas em estados como Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul e Piauí, que reforçaram seus programas de investimentos em logística, educação e transformação digital.

CONCLUSÃO: O FEDERALISMO EM MOVIMENTO

A consolidação de um ciclo de investimentos públicos acima de R\$ 100 bilhões anuais marca a revalorização dos estados como agentes de desenvolvimento. Mais do que um movimento contábil, trata-se de uma mudança estrutural no equilíbrio federativo brasileiro, em que a boa gestão fiscal e a inovação administrativa pavimentam o caminho para um federalismo mais forte, sustentável e protagonista.

Fabrício Marques Santos, presidente do Conseplan

Diálogos pelo Piauí: inovação e participação cidadã na definição de políticas públicas

Metodologia combina escuta ativa, Inteligência Artificial e participação popular



O Piauí tem orientado seu planejamento por uma premissa: ouvir para transformar. Foi com base nesse princípio que se estruturou o Diálogos pelo Piauí, iniciativa que promove a escuta ativa da população em todos os territórios de desenvolvimento, garantindo legitimidade, transparência e corresponsabilidade na definição das prioridades do Estado.

Na prática, o programa promove oficinas nos territórios e utiliza metodologias de escuta ativa da população. Seu diferencial está no apoio da tecnologia: uma plataforma digital, criada especialmente para o Diálogos pelo Piauí, concentra todas as etapas, da inscrição à votação, com uso de Inteligência Artificial e login seguro via GOV. PI e GOV.BR, assegurando mais agilidade e segurança ao processo.

“O Diálogos pelo Piauí mudou a forma como o Estado constrói suas políticas públicas. Conseguiu modernizar todo o processo de revisão do Plano Plurianual (PPA), e espero que seja deixado como legado de política de Estado”, afirma Jaqueline Barbosa, participante das oficinas territoriais.

Até o momento, o projeto já percorreu sete territórios: Cocais, Carnaubais, Vale do Rio Guaribas, Serra da Capivara, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Chapada Vale do Itaim e Tabuleiros do Alto Parnaíba, envolvendo diretamente mais de 1,3 milhão de piauienses. Nessas etapas, cerca de 3.599 representantes da sociedade civil participaram das oficinas de revisão do PPA, debatendo e votando prioridades em áreas estratégicas como: Saúde e Bem-Estar, Educação Inclusiva e de Qualidade, Justiça e Segurança, Redução das Desigualdades, Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética, Desenvolvimento Socioeconômico, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Os dados do relatório parcial, referente a sete dos doze territórios, elaborado pela Diretoria de Tecnologia e Inovação e pela Diretoria de Planejamento da Seplan-PI, evidenciam uma evolução significativa no engajamento popular: em média, 76% dos credenciados participaram da etapa de votação, índice

Divulgação



“ O Diálogos pelo Piauí mudou a forma como o Estado constrói suas políticas públicas. Conseguiu modernizar todo o processo de revisão do Plano Plurianual (PPA), e espero que seja deixado como legado de política de Estado”

Jaqueline Barbosa, participante das oficinas territoriais

que reforça a credibilidade do programa. Até agora, foram elaboradas 585 propostas, das quais 246 já foram apresentadas ao governador.

É importante destacar que os números apresentados refletem as visitas realizadas em sete territórios de desenvolvimento. No entanto, até a publicação desta matéria, o programa já havia concluído visitas em todos os 12 territórios do Estado, consolidando o ciclo completo de escuta e participação popular em todo o Piauí.

COMO FUNCIONA A METODOLOGIA PARTICIPATIVA

As oficinas territoriais são o núcleo do processo. Nelas, os participantes são divididos em grupos dentro dos sete eixos temáticos do Plano Plurianual (PPA), onde discutem os principais desafios do território e elaboram propostas para a revisão do plano. Essas contribuições são processadas com apoio de ferramentas de Inteligência Artificial, que organizam as ideias em propostas estruturadas.

Em seguida, ocorre a etapa de validação e votação digital, realizada na própria plataforma do programa, o que garante legitimidade e transparência. As cinco propostas mais votadas em cada eixo são apresentadas ao governador durante a plenária geral, momento em que a população tem a oportunidade de ouvir diretamente os posicionamentos e compromissos do chefe do Executivo.

O grande diferencial do programa está no seu caráter democrático e inclusivo: o Diálogos pelo Piauí foi criado para que a própria população possa dialogar diretamente com o governador sobre as demandas e prioridades do território. Durante as oficinas, cada participante é convidado a contribuir com propostas e, ao final das discussões, os próprios cidadãos escolhem, entre si, quem os representará em cada eixo temático, garantindo legitimidade, representatividade e engajamento real das comunidades em todo o processo decisório.

Os representantes escolhidos têm a oportunidade de apresentar pessoalmente as demandas do seu eixo diretamente ao governador durante a plenária final, fortalecendo o vínculo entre o Estado e a população e assegurando que as vozes do território sejam efetivamente ouvidas no processo de tomada de decisão.

“O Diálogos pelo Piauí é algo inédito em nosso Estado. Pelos números já alcançados, percebemos

“ Como secretário de Planejamento, sei o quanto essa metodologia participativa é fundamental para consolidar um planejamento baseado em evidências, capaz de orientar decisões e gerar políticas públicas mais eficazes para toda a população ”

Washington Bonfim, secretário de Planejamento do Estado do Piauí

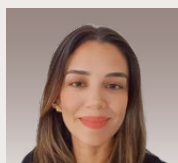


que foi um grande acerto. Mas, mais do que números, são conquistas que reforçam nosso compromisso de construir políticas públicas legítimas, inclusivas e transformadoras”, declara o secretário de Planejamento do Estado do Piauí, Washington Bonfim.

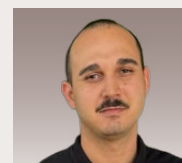
Combinando participação cidadã, inovação tecnológica e eficiência na gestão pública, o Diálogos pelo Piauí consolida-se como referência em modernização administrativa com foco democrático. A iniciativa demonstra que é possível aprimorar políticas públicas sem renunciar à escuta ativa da população, fortalecendo os vínculos de confiança entre Estado e sociedade civil e apresentando-se como modelo replicável para administrações que buscam metodologias mais inclusivas, transparentes e inovadoras. ■



Washington Bonfim



Gabriela Celso



Raul Bonfim

Democracia em expansão: a política interfederativa de participação social do Piauí

A democracia contemporânea exige mais que o voto, requerendo a participação ativa da sociedade nas decisões do Estado. Autores como Pateman e Habermas destacam que a inclusão cidadã em espaços de deliberação fortalece a legitimidade e a eficácia das políticas. No Piauí, o Governo do Estado respondeu a esse imperativo com a Política Interfederativa de Participação Social, uma novidade institucional voltada a aprofundar a escuta cidadã e fortalecer o pacto federativo, consolidando uma gestão mais democrática e sensível às realidades locais.

Essa política se estrutura em três frentes complementares. Primeiro, o Orçamento Participativo Digital (OPA), iniciado em 2023, permite que a população defina prioridades orçamentárias por meio de votação presencial e digital. Em segundo lugar, os Pactos pelo Piauí, que formalizam acordos entre o Estado e os municípios para a oferta de serviços públicos, baseados em indicadores sociais e metas claras em áreas prioritárias como educação e saúde. Por fim, os Diálogos pelo Piauí, que consistem em oficinas nos 12 Territórios de Desenvolvimento do Estado, destinadas a revisar de forma participativa o Plano Plurianual (PPA 2024–2027) e levar serviços estaduais à população.

A política representa um avanço no fortalecimento das relações entre governo e sociedade, promovendo maior eficiência, transparência e qualidade nos serviços públicos.

A eficácia da política é comprovada pelos resultados alcançados. No ciclo inaugural do OPA (2023/2024), Teresina e Parnaíba registraram 52.532 votos, resultando em 88 propostas eleitas e a destinação de mais de R\$ 55 milhões ao orçamento estadual. A taxa de sucesso é expressiva: 95,45% das propostas estão concluídas ou em execução, totalizando R\$ 53,9 milhões aplicados. O êxito alcançado impulsionou sua expansão para Picos, Piripiri e Floriano no ciclo 2024/2025, com um salto para 163.700 votos e a alocação de mais R\$ 69 milhões. Além disso, 115 municípios solicitaram adesão aos Pactos pelo Piauí, o que pode ampliar o escopo do OPA. Adicionalmente, os Diálogos pelo Piauí já passaram por 7 dos 12 territórios do Estado, envolvendo 126 (56%) municípios e resultando na formulação e eleição de 246 propostas prioritárias, que serão incorporadas ao PPA de acordo com sua viabilidade. A Política Interfederativa consolida o Piauí como referência nacional em democracia participativa, provando ser possível construir políticas públicas baseadas em evidências e legitimadas pela participação cidadã. ■



Washington Bonfim, secretário de Planejamento do Estado do Piauí.

Gabriela Celso, superintendente de Monitoramento Estratégico na SEPLAN/PI.

Raul Bonfim, diretor de Monitoramento de Políticas Públicas da SEPLAN/PI.



Rio de Janeiro investe na cultura de planejamento e governança para maior efetividade das políticas públicas

Fortalecimento das redes, integração e planejamento orientado por dados são os alicerces da transformação em curso



Freepik

A fim de enfrentar desafios estruturais complexos, potencializados pela sucessão recente de cenários fiscais desfavoráveis, a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro (Seplag-RJ) tem conduzido, nos últimos três anos, um processo de fortalecimento institucional voltado à consolidação da cultura de planejamento, orçamento e gestão. Mesmo diante das restrições impostas pelo Regime de Recuperação Fiscal, o órgão avançou de forma consistente em iniciativas que integram tecnologia, inteligência analítica, otimização das estruturas organizacionais e capacitação técnica, com o objetivo de modernizar a administração pública estadual.

Como órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, a Seplag-RJ é responsável pela coordenação e gestão dos principais instrumentos de planejamento e orçamento: o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES), o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses instrumentos estruturam a atuação governamental em diferentes horizontes temporais, sendo sua integração essencial para garantir coerência entre o pla-

nejamento de longo prazo, as prioridades de médio prazo e a execução orçamentária anual.

A conjuntura atual tem exigido uma atuação assertiva da Seplag-RJ, que busca se orientar pela racionalização dos recursos públicos e pelo fortalecimento da governança orçamentária. “Nosso foco tem sido atuar de forma transversal, compreendendo as necessidades de cada área finalística e articulando ações para uma gestão eficiente e responsável. Essa integração tem permitido fazer mais com menos, otimizando recursos e entregando serviços de maior qualidade à população”, afirma o secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Adilson Faria, sobre a atuação da pasta.

A busca pela eficiência e pelo fortalecimento da governança orçamentária, fundamentada em evidências e guiada pela racionalização dos recursos públicos, tem orientado as ações do Estado na modernização da gestão pública. “A ampliação do uso de dados e a qualificação técnica das equipes são pilares fundamentais para toda essa transformação”, conclui o secretário.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E VISÃO DE FUTURO

Para o estabelecimento de norte estratégico deste conjunto estruturado de ações, o Estado do Rio estabelece um planejamento de longo prazo orientado para o desenvolvimento sustentável, para a competitividade econômica e para a redução das desigualdades socioeconômicas e regionais, configurando uma das prioridades estratégicas do governo.

Nesse contexto, fica sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Seplag-RJ a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (Pedes), com a coordenação das políticas públicas sob uma visão integrada de Estado.

Baseado na prospecção de cenários e demandas da sociedade fluminense,

“Nosso foco tem sido atuar de forma transversal, compreendendo as necessidades de cada área finalística e articulando ações para uma gestão eficiente e responsável”

Adilson Faria, secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro



Divulgação



Divulgação

o plano define objetivos e ações estratégicas bem delineadas para o período de oito anos, priorizando investimentos estruturantes de maior impacto social e econômico.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o plano está estruturado em missões e se orienta por grandes frentes de transição, definidas a partir de macrotendências globais com potencial de transformação econômica e social. Para isso, busca promover mudanças estruturais a partir de complexos econômicos e de seus setores líderes, escolhidos a partir do seguinte conjunto de transversalidades: competitividade, territorialidade, infraestrutura e ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO INTEGRADOS

Outro avanço institucional relevante é o Plano de Investimentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (PIERJ). O instrumento organiza o portfólio de projetos de investimento dos órgãos e entidades estaduais, buscando alinhamento com o PPA e com as diretrizes de médio prazo do governo.

O PIERJ oferece à administração um método capaz de aprimorar os requisitos mínimos de entrada para projetos de investimento, associado a um mecanismo de análise de riscos, garantindo ao gestor

informações mais precisas para a tomada de decisão na alocação de recursos.

Atualmente, o PIERJ conta com 44 órgãos participantes e 730 projetos ativos, demonstrando potencial para se tornar ainda mais relevante para a governança pública fluminense. Ao centralizar informações, o plano promove maior transparência, permitindo que cidadãos e gestores acompanhem os projetos planejados ao longo dos anos.

ORÇAMENTOS TEMÁTICOS: TRANSPARÊNCIA E TRANSVERSALIDADE

Na busca por ampliar a transparência e com foco no controle social, a Seplag-RJ vem fortalecendo também os Orçamentos Temáticos, instrumentos que permitem identificar e acompanhar recursos aplicados em ações voltadas a públicos-alvo específicos. Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro conta com três orçamentos temáticos: Mulher, Idoso e Criança e Adolescente, cujas ações são selecionadas pelos respectivos Comitês de Apuração.

Essas iniciativas, que promovem o compartilhamento de informações entre órgãos que atuam sobre um mesmo eixo temático, pavimentam o caminho para uma administração orientada pelas boas práticas de accountability. A Seplag-RJ consolida e

publica, com acesso amplo e intuitivo ao cidadão, relatórios detalhados, assegurando visibilidade às ações e programas vinculados às respectivas políticas públicas.

GOVERNANÇA FISCAL ORIENTADA A DADOS

O avanço da Seplag-RJ se traduz também na construção de uma infraestrutura de dados e inteligência analítica adequada às suas necessidades. Reconhecendo que o uso estratégico da informação é essencial para aprimorar a gestão pública, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (Subplo) conduz um esforço sistemático para consolidar uma governança de dados fiscais robusta, capaz de transformar dados dispersos em conhecimento qualificado.

O eixo central dessa transformação é o DATAPLO, repositório unificado de dados analíticos de planejamento e orçamento, que simboliza a transição de um modelo fragmentado para uma arquitetura integrada de governança de dados, garantindo integridade, rastreabilidade e reprodutibilidade das informações. Entre os benefícios já observados estão a automação de rotinas, a redução de retrabalho decorrente do pré-tratamento pulverizado de dados e a sistematização da gestão de demandas por produtos de dados. O resultado é um ecossistema de informação mais confiável e voltado à geração de valor para a governança fiscal.

CAPACITAÇÃO E REDES DE GESTÃO: A FORÇA DAS ASPLOS

Reconhecendo que a consolidação de uma cultura de planejamento depende da qualificação e do engajamento dos servidores, a Seplag-RJ instituiu as Assessorias Setoriais de Planejamento e Orçamento (ASPLOs). Criadas por decreto e implantadas a partir do ciclo do PPA 2024–2027, essas unidades são responsáveis pela elaboração, monitoramento e revisão dos instrumentos de planejamento e orçamento nos órgãos e entidades estaduais.

As ASPLOs têm dupla vinculação — técnica à Seplag-RJ e administrativa ao órgão em que estão alocadas — garantindo articulação, padronização de

“Orçamentos Temáticos dão visibilidade a recursos destinados a Mulher, Idoso e Criança e Adolescente, ampliando transparência e controle social com relatórios acessíveis ao cidadão”

procedimentos e alinhamento estratégico. A vinculação técnica ao órgão central é fundamental para a institucionalização e consolidação de uma sistemática de atuação dos macroprocessos transversais de planejamento e gestão.

A comunicação, a troca de conhecimento e o desenvolvimento conjunto de competências entre a Seplag-RJ e as ASPLOs ocorre principalmente por meio das Redes de Planejamento, Orçamento e Investimentos, instâncias de cooperação e compartilhamento de boas práticas. Essas redes fortalecem o Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO), estimulam a padronização metodológica e ampliam a capacidade institucional, promovendo uma cultura de planejamento integrado.

As Redes configuram um caso de sucesso ao reverter o distanciamento histórico entre gestores do órgão central e responsáveis setoriais. Desde seu fortalecimento, esses atores passaram a integrar um ecossistema marcado pela comunicação fluida, troca de experiências e dinamismo na circulação de informações. Além disso, as redes contam com repositórios de informações que dão suporte a essa estrutura, acessíveis pelos links: www.redeplan.rj.gov.br, www.redor.rj.gov.br e www.redinv.rj.gov.br.

“Romper com a lógica de um órgão central encapsulado e que não se permite compreender os desafios das áreas finalísticas sempre foi um norte central de nossa atuação. Apesar dos desafios ainda existentes, temos a convicção que os resultados já obtidos, notoriamente com as nossas redes de planejamento e orçamento, nos colocam no caminho certo”, conclui o subsecretário de Planejamento e Orçamento, Rafael Abreu.

Plano de Investimentos do Estado do Rio de Janeiro

354

Total de projetos

139

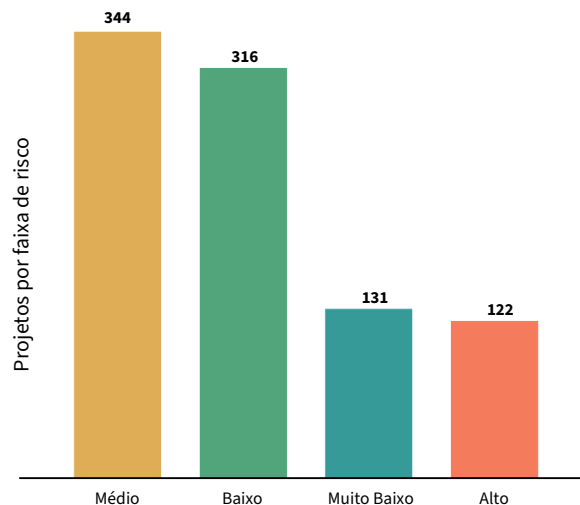
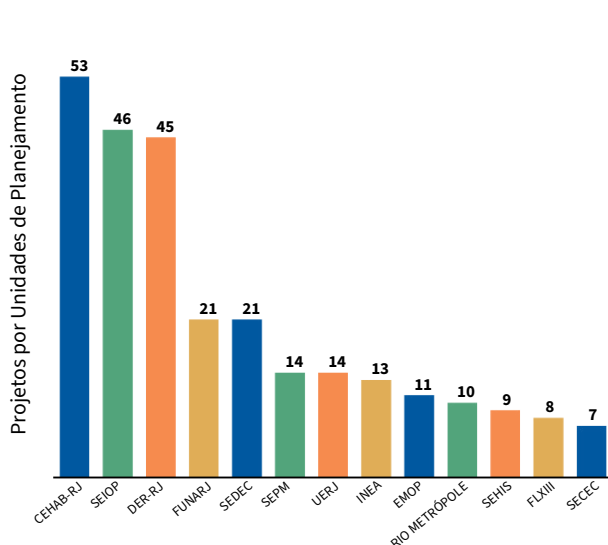
Projetos iniciados

215

Não iniciados

3

Projetos concluídos



Dados atualizados em 30/10/2025

FORTELECIMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DAS CARREIRAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A modernização do sistema de planejamento e orçamento também passa pelo fortalecimento das institucionalidades vinculadas aos macroprocessos de planejamento e pela valorização das carreiras de gestão. A institucionalização das funções e o consequente fortalecimento das equipes permitem avanços consistentes em estratégias e transformações de médio e longo prazo.

Para viabilizar esses avanços, é fundamental reforçar o corpo técnico. Após mais de uma década sem concursos, o Estado do Rio de Janeiro autorizou a seleção de 60 vagas de nível superior para Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e Analista de Planejamento e Orçamento (APO). Essa medida representa um passo importante para recompor quadros técnicos e assegurar a continuidade de políticas estruturantes, reafirmando o compromisso do Estado com uma gestão pública profissional, orientada a resultados e baseada em evidências.

UMA NOVA CULTURA DE PLANEJAMENTO

Os avanços conduzidos pela pasta nos últimos anos revelam mais do que a adoção de novas ferramentas e processos: evidenciam o compromisso com a consolidação de uma nova cultura de planejamento e gestão pública, voltada à sustentabilidade fiscal, à transparência e à eficiência na entrega de políticas públicas.

Mesmo diante das restrições fiscais, o Estado do Rio de Janeiro demonstra que é possível inovar na gestão pública, articulando visão estratégica, inteligência de dados e capacitação técnica em prol de um desenvolvimento mais equilibrado e de longo prazo.

O secretário Adilson Faria comemora os resultados e projeta os novos passos: “Este ciclo de gestão tem como principal característica a superação de desafios. Acredito que alcançamos um estágio em que podemos dizer que obtivemos muitas vitórias, que consolidam a SEPLAG como um órgão vital na construção das soluções que vêm fortalecendo a administração pública do Estado do Rio de Janeiro de forma consistente e duradoura”, afirma o secretário. ■



Caderno de Objetos Financiáveis: execução orçamentária mais célere e eficiente

Desde 2024, o orçamento do Estado do Rio de Janeiro passou a contar com um novo mecanismo: as emendas individuais impositivas. Frente a esta realidade, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-RJ) começou a construir instrumentos para uma alocação dos recursos que possa atender às necessidades do Estado e da população.

Coordenadora do fluxo de análise das programações orçamentárias dessas emendas, também é seu papel o desenho das etapas e procedimentos de execução a fim de identificar oportunidades de aprimoramento tanto na elaboração das emendas quanto na análise realizada pelos órgãos.

Como subsídio a esse processo de destinação das emendas parlamentares, a Seplag-RJ produziu o Caderno de Objetos Financiáveis, material que se encontra em sua segunda edição e serve como um “cardápio de projetos” aos deputados e suas assessorias, contendo objetos elegíveis ao recebimento de recursos das emendas.

Elaborado a partir da orientação técnica da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, o material reúne uma lista de atividades

e projetos finalísticos de órgãos estaduais aptos a receber esses recursos, de forma que o Poder Legislativo possa estabelecer prioridades de alocação e reduzir casos de impedimentos técnicos, dando mais celeridade à execução das emendas individuais impositivas em políticas públicas já existentes.

Atendendo à determinação do governador Cláudio Castro, o caderno integra um conjunto de medidas desenvolvidas pela pasta para aperfeiçoar o processo orçamentário e desenvolver ferramentas que elevem a qualidade do gasto público, de forma a promover maior eficiência

na utilização dos recursos e a continuidade das políticas públicas.

Esse trabalho conjunto e colaborativo com o Poder Legislativo tem como principal missão promover o bem-estar da população fluminense, além de contribuir para um Estado mais justo, desenvolvido e inclusivo. ■

“O Caderno de Objetos Financiáveis funciona como um cardápio de projetos aos deputados, orientando a melhor destinação dos recursos das emendas.”



Adilson Faria,
secretário de Estado de
Planejamento e Gestão
do Rio de Janeiro.

RN fortalece planejamento e cria índice inédito para avaliar resultados do PPA Participativo

Novo índice consolida cultura de avaliação e reforça transparência na gestão pública estado



O Rio Grande do Norte tem avançado de forma significativa no fortalecimento da cultura de planejamento e avaliação de políticas públicas. Com a implantação do Plano Plurianual Participativo 2024-2027 (PPA Participativo), o estado deu um passo decisivo para integrar a gestão estratégica com instrumentos modernos de monitoramento, avaliação e transparência. O processo é acompanhado de perto por meio da criação do Índice Governamental de Planejamento (IGP/PPA), ferramenta inédita no país, voltada a mensurar a qualidade da execução e os resultados do plano.

A secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN), Virgínia Ferreira, destaca a relevância dessa conquista:

“O Rio Grande do Norte vive hoje um novo patamar de planejamento público. Com o PPA Participativo 2024-2027, estamos transformando o Plano Plurianual em um verdadeiro instrumento de gestão e de diálogo com a sociedade. O inédito Índice Governamental de Planejamento (IGP/PPA) nos permite acompanhar com transparência a execução das metas e resultados, corrigindo rotas sempre que necessário. Esse esforço mostra que planejamento não é um documento de gaveta, mas sim um compromisso permanente com a população. Ao envolver a sociedade civil, os poderes e a academia, garantimos legitimidade e fortalecemos a democracia. Temos muito orgulho de ver que mais de 72% das metas já apresentam avanços registrados, mesmo diante de restrições fiscais. O PPA Participativo é a prova de que é possível planejar com responsabilidade, avaliar com rigor e entregar resultados que impactam diretamente a vida dos potiguaras. Nosso desafio agora é consolidar essa cultura de avaliação e seguir como referência nacional em planejamento e gestão pública.”

UMA TRAJETÓRIA DE AMADURECIMENTO INSTITUCIONAL

Desde a Constituição de 1988, o Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento de médio prazo da administração pública, articulando programas, metas e recursos para quatro anos

de governo. No entanto, nem sempre os PPAs estaduais conseguiram cumprir plenamente sua função de orientar políticas de forma estratégica.

“ O inédito Índice Governamental de Planejamento (IGP/PPA) nos permite acompanhar com transparência a execução das metas e corrigir rotas sempre que necessário, fortalecendo a democracia”

Virgínia Ferreira, secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN)



Divulgação



Divulgação

Com o IGP/PPA, o RN cria uma ferramenta inédita no país para mensurar, de forma objetiva, a qualidade da execução e os resultados das políticas públicas

No Rio Grande do Norte, os primeiros planos (1996-1999 e 2000-2003) careciam de indicadores, participação social e processos estruturados de avaliação. Nos ciclos seguintes, até 2011, as iniciativas avançaram em aspectos como a organização de programas e metas físicas, mas ainda sem indicadores de resultados ou mecanismos de aferição.

A virada começou no ciclo 2016-2019, quando o PPA potiguar passou a se aproximar de um plano estratégico, definindo visão, diretrizes e indicadores de resultado, além de envolver a população no processo de elaboração. Essa evolução foi consolidada no PPA 2020-2023, que trouxe participação ampliada por meio de escutas públicas e colaboração

acadêmica, especialmente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O salto definitivo ocorreu com o PPA Participativo 2024-2027, instituído pela Lei nº 11.671/2024 e regulamentado pelo Decreto nº 33.513/2024, que incorporou de maneira sistemática os mecanismos de monitoramento e avaliação, ancorados em comitês de governança e em um fluxo regular de acompanhamento dos indicadores.

ESTRUTURA INOVADORA DE GOVERNANÇA

O modelo implantado pelo Governo do RN é baseado em dois níveis de coordenação: o Comitê Central de Planejamento (CCPLAN), composto por representantes da Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN), e os Subcomitês de Planejamento (SUPLAN), que envolvem gestores de todos os órgãos da administração estadual, além de representantes dos demais Poderes.

Essa estrutura garante capilaridade e corresponsabilidade no processo, aproximando a execução do

planejamento estratégico das rotinas administrativas de cada órgão. A cada trimestre, as secretarias devem registrar o andamento dos indicadores e metas em sistema próprio, com validação técnica, aplicação de sanções em caso de descumprimento e envio de relatórios periódicos à Assembleia Legislativa.

Além disso, pela primeira vez foi estabelecido um cronograma de avaliações anuais, com a obrigatoriedade de divulgação de resultados e relatórios públicos, fortalecendo o princípio da transparência.

ÍNDICE GOVERNAMENTAL DE PLANEJAMENTO (IGP/PPA)

Uma das maiores inovações foi a criação do IGP/PPA, índice que sintetiza o desempenho do plano e permite mensurar, de forma objetiva, o grau de avanço das entregas e a qualidade do planejamento. A metodologia considera a execução física dos indicadores, o cumprimento de prazos de registro e avaliação, bem como a aderência das políticas às diretrizes estratégicas do estado.

De acordo com os dados mais recentes, o PPA potiguar atingiu, em 2024, 34,4% das entregas concluídas, e 38,5% em fase final de execução, totalizando mais de 72% das metas com algum nível de avanço registrado. Esses números reforçam a efetividade do sistema e indicam que o estado tem conseguido manter ritmo consistente de execução, mesmo diante de restrições orçamentárias.

AValiação como Ferramenta de Desenvolvimento

O processo avaliativo não se restringe à mensuração de metas. Ele funciona como um mecanismo de aprendizado institucional, permitindo ajustes, redirecionamento de políticas e maior assertividade nas decisões. Como destacam os pesquisadores José Dionísio Gomes, secretário adjunto da SEPLAN, e Diego Tenório da Paz, coordenador de planejamento, acompanhamento e controle, autores do estudo apresentado no Congresso Nacional do Conseplan 2025:

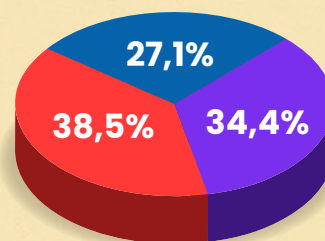
“Aquilo que não é alvo de avaliação não pode ser gerido, e sem gestão não há como assegurar resultados para a sociedade.”

Raio-X do PPA Participativo: RN inova na gestão pública

72%

das metas do PPA já
apresentam avanços
registrados em 2024

Como estão as entregas?



- Entregas concluídas
- Em Fase Final de Execução
- A Iniciar ou em Fases Iniciais

Uma ferramenta inédita no país: conheça o IGP/PPA

O Índice Governamental de Planejamento (IGP/PPA) foi criado para medir de forma objetiva o desempenho do plano.

- Execução Física:** Mede o avanço real dos indicadores e metas propostas.
- Cumprimento de Prazos:** Verifica se os registros e avaliações são feitos no tempo certo.
- Aderência Estratégica:** Analisa se as ações estão alinhadas com as diretrizes do governo.



Divulgação



Divulgação

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE DEMOCRÁTICO

Outro eixo central do PPA Participativo é a participação popular. O ciclo 2024-2027 ampliou os canais de escuta e institucionalizou a presença da sociedade nos debates sobre prioridades orçamentárias. Reuniões regionais, oficinas de sensibilização e a integração de conferências temáticas resultaram em um plano mais conectado às demandas reais da população.

Essa abertura reforça o caráter democrático do planejamento e fortalece o controle social, permitindo que os cidadãos acompanhem, de forma transparente, se as promessas se transformam em

A participação popular é um pilar fundamental do PPA Participativo 2024-2027, que amplia canais de escuta e institucionaliza o envolvimento da sociedade nas decisões orçamentárias.

políticas concretas. A cada semestre, relatórios são enviados à Assembleia Legislativa, ampliando a visibilidade pública dos resultados.

RESULTADOS E PRÓXIMOS DESAFIOS

O balanço inicial do PPA Participativo mostra avanços expressivos, mas também revela desafios. Entre eles, destacam-se a necessidade de fortalecer a capacidade técnica dos órgãos na produção e análise de indicadores, garantir maior integração entre planejamento e execução orçamentária e consolidar a cultura de avaliação como rotina permanente da administração.

Ainda assim, o modelo potiguar tem potencial para se tornar referência nacional. Ao incorporar monitoramento rigoroso, avaliação periódica e inovação institucional, o RN mostra que é possível transformar o PPA em um instrumento vivo de gestão, e não apenas em um documento formal.

Com o PPA Participativo 2024-2027, o Rio Grande do Norte dá um passo histórico rumo a uma gestão pública mais transparente, eficiente e democrática. A experiência potiguar mostra que avaliar políticas não é apenas medir resultados, mas, sobretudo, aprender com a prática, corrigir rumos e criar condições para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Se mantida e fortalecida ao longo dos próximos ciclos, a iniciativa poderá servir como exemplo para outros estados brasileiros, contribuindo para a construção de um novo paradigma de planejamento governamental no país, com o Rio Grande do Norte na vanguarda desse movimento. ■



O PPA Participativo e o fortalecimento da cultura de planejamento no RN

O Rio Grande do Norte vive um momento singular em sua trajetória de gestão pública. A consolidação do Plano Plurianual Participativo 2024-2027 representa não apenas um avanço técnico, mas, sobretudo, político e institucional. Estamos transformando o PPA em um instrumento vivo, capaz de dialogar com a sociedade, orientar os gestores e garantir que cada meta se traduza em resultados concretos para a população.

Com a criação do Índice Governamental de Planejamento (IGP/PPA), inédito no Brasil, alcançamos um novo patamar de monitoramento e avaliação. Em 2024, já registramos 34,4% das entregas concluídas e 38,5% em fase final de execução, ou seja, mais de 70% das metas apresentam avanços registrados. Isso comprova que é possível planejar com responsabilidade, avaliar com rigor e entregar resultados mesmo diante de restrições fiscais.

Mais do que medir números, o PPA Participativo permite aprender com a prática, corrigir rotas e alinhar políticas às demandas reais da sociedade. As escutas regionais, conferências temáticas e a presença da academia nesse processo demonstram que a participação social é parte essencial da estratégia de desenvolvimento do nosso estado — um princípio que tem sido defendido com firmeza pela governadora Fátima Bezerra em todas as frentes de gestão. O governo entende que não há políticas públicas eficazes sem ouvir a

população, e o PPA Participativo traduz esse compromisso em prática de governo.

Esse esforço tem reconhecimento externo. Segundo o *Ranking* de Competitividade dos Estados (rankingdecompetitividade.org.br), o Rio Grande do Norte alcançou em 2024 a 7ª posição nacional no indicador de Sucesso do Planejamento Orçamentário, após um período de evolução consistente desde 2018. Esse resultado reforça que estamos no caminho certo ao consolidar uma cultura de planejamento responsável, eficiente e transparente.

Seguiremos firmes no propósito de transformar a cultura de planejamento em política de Estado. O desafio é grande, mas também é grande a nossa convicção de que transparência, participação e avaliação são os pilares para construir um Rio Grande do Norte mais justo, inclusivo e sustentável. ■

Virgínia Ferreira, secretária de Estado do Planejamento, do Orçamento e da Gestão do Rio Grande do Norte



Governo do RS aposta em tecnologia para transformar o atendimento ao cidadão com lançamento de assistente virtual



A GurlA, que opera a partir de inteligência artificial generativa, responde perguntas dos cidadãos por meio de voz e texto

Vestimenta da GurlA remetem à indumentária gaúcha, com toque de modernidade

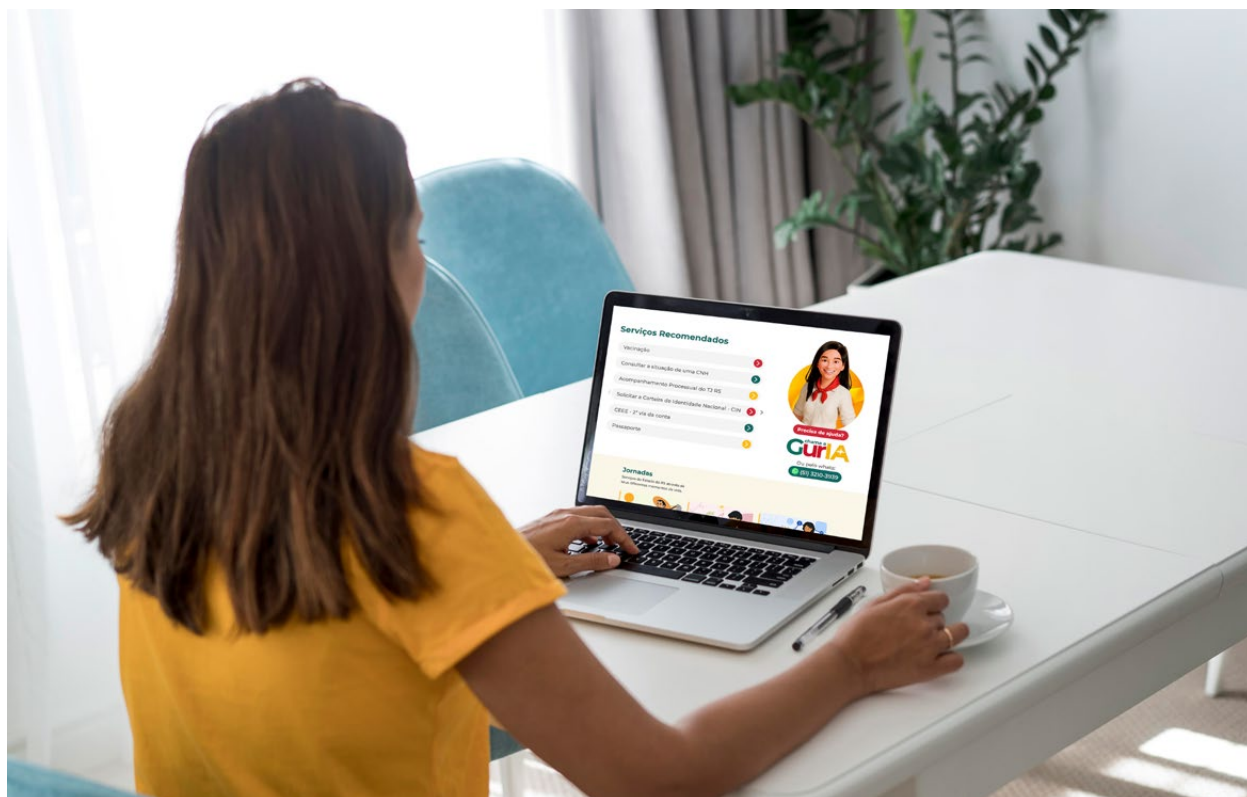
novações constantes e ousadas fortalecem o Rio Grande do Sul na vanguarda do Governo Digital do Brasil. Em junho de 2025, foi lançada a nova fase do rs.gov.br, o portal unificado de serviços digitais do Estado, junto a uma grande novidade: a assistente virtual GurIA. Baseada em Inteligência Artificial Generativa (IAG), a GurIA conversa com os cidadãos para responder dúvidas e ajudar no acesso a serviços públicos. As novidades foram apresentadas pelo governador Eduardo Leite e pela secretária de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Danielle Calazans, no Palácio Piratini, em junho.

As mudanças evidenciam que o Estado busca ir além da digitalização dos serviços, oferecendo um atendimento mais simples e eficiente. “A estratégia do Estado foi potencializada pela Inteligência Artificial e, com ela, damos um passo além na qualificação dos serviços à população”, afirma Danielle. A SPGG é a responsável pela coordenação da Nova Estratégia de Governo Digital do RS, ao lado da

Procergs e do Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP), ambos vinculados à pasta.

Atualmente, 77% dos 758 serviços oferecidos pelo Estado já estão digitalizados, com índice de satisfação de 85% entre os usuários. Entre os serviços disponíveis no portal, lançado em 2019, estão a solicitação da Carteira de Identidade Nacional (CIN), da segunda via de contas de consumo e o acompanhamento processual.

A GurIA já pode ser acessada pelos cidadãos por meio do site rs.gov.br e, também, pelo WhatsApp (51 3210-3939). A assistente virtual do RS é capaz de conversar por texto ou voz, ajudando a tirar dúvidas, localizar serviços e acompanhar protocolos



Reprodução



Maurício Tonetto/Secom

UMA NOVA FORMA DE FALAR COM O GOVERNO

A GurIA já pode ser acessada pelos cidadãos por meio do site rs.gov.br e, também, pelo WhatsApp (51) 3210-3939. A assistente virtual do RS é capaz de conversar por texto ou voz, ajudando a tirar dúvidas, localizar serviços e acompanhar protocolos. Desde o lançamento, em junho, até o final de setembro, a GurIA já participou de mais de 85 mil conversas e trocou mais de 340 mil mensagens com os cidadãos.

O nome GurIA, com o “IA” em destaque, é um trocadilho com a abreviação de “Inteligência Artificial”, fazendo referência, também, à expressão gaúcha usada para se referir a uma moça ou menina. “A ideia é que a GurIA seja mais do que uma ferramenta tecnológica, mas uma companheira digital

O governador Eduardo Leite e a secretária Danielle Calazans lançam a Nova Estratégia Digital do Governo do Rio Grande do Sul no Palácio Piratini, em Porto Alegre

que entende o cidadão e o ajuda a resolver problemas”, enfatizou a secretária Danielle.

A construção física da GurIA mesclou características de vários perfis étnicos de mulheres do Rio Grande do Sul, com base em dados do Censo. A assistente virtual é uma jovem mulher e, para caracterizá-la, foram escolhidos cabelos lisos e

castanhos, com olhos amendoados da mesma cor e pele morena clara. A indumentária traz toques da cultura gaúcha, como o lenço vermelho amarrado no pescoço, a camisa branca e versões mais modernas e confortáveis de bombacha e bota. O toque final são três pulseiras nas cores da bandeira do RS: vermelho, verde e amarelo. Para gerar proximidade com o cidadão, a assistente virtual também usa o pronome “tu” para se dirigir aos usuários, um linguajar típico gaúcho.

A GurIA é atualizada constantemente para oferecer um atendimento cada vez mais completo aos cidadãos. Atualmente, já consegue informar sobre programas importantes do governo, como o Plano Rio Grande, que organiza as ações de reconstrução do Estado após as graves enchentes de 2024. A GurIA esclarece as dúvidas com base nas informações disponibilizadas pelo Estado nos portais do Plano Rio Grande e do SOS Rio Grande do Sul, além do site de notícias do governo. Os temas incluem os eixos de atuação do plano, as iniciativas em andamento, os valores investidos e as atualizações mais recentes.

“Estamos sempre aprimorando a capacidade de resposta da GurIA, com foco na qualidade do atendimento à população. Como uma Inteligência Artificial Generativa, pode ser estressada, ou seja, aprender a partir das demandas dos usuários”, salienta a secretária.

PORTAL REDESENHADO

O rs.gov.br passou por mudanças importantes, como a organização por perfis de usuários. Agora, quem é agricultor, estudante, empreendedor, servidor público ou aposentado, por exemplo, encontra os serviços de que mais precisa agrupados, facilitando a busca. Junto com a GurIA, ganhou uma versão mais moderna e intuitiva.

Outra novidade é a área chamada “Meu rs.gov.br”, onde o cidadão pode acessar suas informações, visualizar os serviços em andamento e consultar o histórico de atendimentos. O login é realizado pelo gov.br.

“ Todas as mudanças foram pensadas para tornar a experiência mais amigável. Se, antes, o cidadão precisava procurar por páginas e formulários, a partir de agora o próprio portal identifica o que a pessoa precisa e apresenta o caminho”

Danielle Calazans, secretária de Estado de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul

O usuário também passa a receber sugestões personalizadas com base no seu perfil, como parte da estratégia de comunicação proativa, em que o Estado passa a antecipar demandas da população, oferecendo informações e orientações diretamente pelos canais digitais. “Todas as mudanças foram pensadas para tornar a experiência mais amigável. Se, antes, o cidadão precisava procurar por páginas e formulários, a partir de agora o próprio portal identifica o que a pessoa precisa e apresenta o caminho”, explicou Danielle.

O RS também tem apostado em Inteligência Artificial dentro do governo. Mais de 50 mil servidores já podem usar uma ferramenta baseada em IA que ajuda em tarefas administrativas, como redigir relatórios, revisar documentos e gerar gráficos. A iniciativa libera tempo para que os profissionais se dediquem ao que mais importa: atender melhor a população.

RECONHECIMENTO NACIONAL

O trabalho de transformação digital do Rio Grande do Sul é destaque no cenário nacional, sendo reconhecido em diversas premiações nos últimos anos. Em 2025, alcançou pela quarta vez consecutiva

A GurIA, assistente virtual do governo do RS, pode ser acessada por meio do portal rs.gov.br e por WhatsApp

o primeiro lugar no *ranking* geral do Índice de Oferta de Serviços Públicos Digitais dos Governos Estaduais e Distrital (IOSPD), desenvolvido pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP-TIC). A reformulação do portal rs.gov.br, com a presença da GurIA, foi uma das ações que colaboraram para a alta pontuação do estado.

“A presença constante do Rio Grande do Sul no pódio de premiações relevantes demonstra o comprometimento das equipes do Estado com a inovação, que tem o poder de simplificar a vida das pessoas. Estar presente nestes eventos é um grande incentivo para continuarmos melhorando os serviços”, afirma Danielle.

Nos dois últimos anos, o Rio Grande do Sul também esteve entre os finalistas na categoria Governo Digital do Prêmio iBest, sendo representado pelo portal rs.gov.br. Na edição atual, já ocupa o Top 10 entre os estados, em busca de figurar novamente entre as três principais iniciativas digitais voltadas ao cidadão.

Ainda em 2025, o RS conquistou o 1º lugar no *Ranking* de Melhor Oferta de Serviços Digitais entre os estados brasileiros do Centro de Liderança Pública (CLP). O reconhecimento se baseia em 35 critérios, entre os quais estão capacidade para a oferta digital de serviços e normatização, como leis pela desburocratização e Governo Digital.

FUTURO

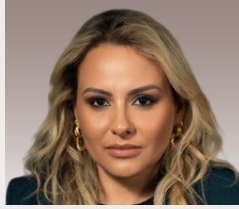
As mudanças realizadas pelo governo do Estado representam a vontade de tornar o serviço público mais eficiente, moderno e próximo dos cidadãos. O objetivo é que o governo se antecipe às necessidades



Maurício Tonetto/Secom

da população, usando a tecnologia como ponte para este fim.

“A chegada da GurIA e a nova cara do rs.gov.br mostram que é possível um governo mais ágil, transparente e conectado com a realidade das pessoas, e o Rio Grande do Sul quer seguir liderando neste sentido”, conclui a titular da SPGG. ■



Transformação digital com foco nas pessoas

Vivemos um momento decisivo na transformação digital do Governo do Rio Grande do Sul: em junho de 2025, lançamos uma nova Estratégia Digital que marca uma virada na forma como nos relacionamos com a população. Como destaque deste novo passo, apresentamos a GurIA, assistente virtual baseada em Inteligência Artificial Generativa, que conversa com os cidadãos por texto e voz. Também reformulamos o portal rs.gov.br, que concentra mais de 700 serviços estaduais.

A GurIA é mais do que uma inovação tecnológica — ela simboliza a aposta do Estado em um atendimento público mais ágil, acessível e integrado às políticas públicas. Em poucos meses, nossa assistente virtual já interagiu com milhares de cidadãos, ajudando a tirar dúvidas, localizar serviços, acompanhar protocolos e conhecer programas e políticas públicas do governo, tanto pelo rs.gov.br quanto pelo WhatsApp. O nome GurIA, aliás, não é apenas um trocadilho com Inteligência Artificial (IA), mas uma das expressões gaúchas mais características, representando o quanto queremos que a assistente virtual do Estado esteja, de fato, próxima do cidadão.

Como citado anteriormente, o portal rs.gov.br, lançado em 2019, no início do governo Eduardo Leite, ganhou uma versão 2.0, tornando-se mais intuitivo,

personalizado e eficiente. O site passou a contar com navegação por perfis e a área Meu rs.gov.br. As soluções, centradas no cidadão, tornam a experiência personalizada e, cada vez mais, diminuem o peso da burocracia.

O esforço das equipes do Estado para proporcionar à população o melhor em termos de serviços digitais vem sendo reconhecido, o que nos deixa muito orgulhosos e determinados a fazer ainda mais. Somos líderes em serviços públicos digitais no Brasil, mas a maior recompensa é o impacto real na vida das pessoas.

Nosso compromisso é seguir evoluindo, com planejamento e foco no cidadão gaúcho. Alinhados com os avanços da tecnologia, estamos construindo um governo mais próximo, eficiente e preparado para os desafios do presente e do futuro. ■

“A GurIA já interagiu com milhares de cidadãos, ajudando a tirar dúvidas, localizar serviços e conhecer programas e políticas públicas do governo, tanto pelo rs.gov.br quanto pelo WhatsApp”

Danielle Calazans, secretária de Estado de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul.



Rondônia redesenha seu futuro com participação popular no PDES 2030

Estado revisa plano de desenvolvimento sustentável com metodologia inovadora, integração regional e mais de mil contribuições da sociedade para orientar políticas públicas até 2030



■ Maria Luiza Amorim

A revisão do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Rondônia (PDES 2030) está sendo conduzida de forma participativa, estratégica e orientada por resultados, com o propósito de alinhar o futuro do estado às transformações econômicas, sociais e ambientais dos últimos anos. O processo, coordenado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog), envolveu um ciclo de audiências públicas regionais nos 10 municípios-polo: Vilhena, Rolim de Moura, Cacoal, Ji-Paraná, São Francisco do Guaporé, Ouro Preto, Jaru, Ariquemes, Guajará-Mirim e Porto Velho. As escutas presenciais foram realizadas ao longo do primeiro semestre de 2025 e contaram com a presença de representantes da sociedade civil, gestores municipais, universidades, setor produtivo e movimentos sociais. O objetivo foi colher contribuições diretas da população para atualizar as diretrizes que vão nortear Rondônia até 2030, em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com iniciativas nacionais como a Estratégia Brasil 2050.

METODOLOGIA INOVADORA E INTEGRADA

O processo de revisão do PDES foi estruturado em etapas complementares: diagnóstico inicial, oficinas intragovernamentais, reuniões regionais com gestores, audiências públicas, consulta digital popular e sistematização técnica. Foram aplicadas ferramentas modernas de planejamento, como a matriz SWOT, construção de cenários futuros, benchmarking com outros estados e o método Delphi para consulta a especialistas, que é uma técnica estruturada e interativa utilizada para obter consenso e previsões a partir de um painel sobre um tema complexo.

Uma das inovações foi a Consulta Popular Digital, que recebeu mais de mil contribuições por meio de formulários online disponibilizados pela Sepog. As propostas enviadas pela população foram sistematizadas e integradas ao documento final, garantindo que a participação social extrapolasse os espaços presenciais.

Divulgação



“Esse plano vai orientar nossas ações até 2030 e precisa refletir os sonhos e as necessidades de cada rondoniense. Por isso, estamos construindo de forma integrada, ouvindo a sociedade, os municípios e os setores produtivos.”

Beatriz Basílio, secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão

**Audiência pública regional com participação popular**

A VOZ DO GOVERNO

Durante as audiências, o governador de Rondônia, Marcos Rocha, destacou o compromisso da gestão em construir um plano sólido, realista e com foco no bem-estar da população.

“Estamos planejando Rondônia para os próximos anos de forma responsável, ouvindo quem vive e sente as necessidades em cada região. O PDES 2030 é o nosso mapa para o futuro, onde cada contribuição da sociedade faz diferença. Nosso objetivo é preparar o estado para crescer de maneira sustentável, com geração de oportunidades, inovação, inclusão e proteção ambiental”, afirmou o governador.

OLHAR ESTRATÉGICO DA SEPOG

A secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, Beatriz Basílio Mendes, reforçou que o PDES será o principal instrumento de planejamento estratégico do estado.

“Esse plano vai orientar nossas ações até 2030 e precisa refletir os sonhos e as necessidades de cada rondoniense. Por isso, estamos construindo de forma integrada, ouvindo a sociedade, os municípios e os

O encontro reuniu representantes das prefeituras e gestores das principais áreas do governo, fortalecendo o diálogo e alinhamento das políticas públicas nas variadas regiões do estado

setores produtivos. Rondônia tem potencial para ser referência nacional em desenvolvimento sustentável, e esse processo nos coloca no caminho certo”, destacou Beatriz.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E REPRESENTATIVIDADE

As audiências públicas reuniram centenas de participantes e asseguraram a presença de diversos segmentos:

- *Sociedade civil e movimentos sociais, garantindo legitimidade e inclusão;*
- *Universidades e centros de pesquisa, fortalecendo a base técnica e científica;*

- *Setor privado e terceiro setor, estimulando inovação e parcerias;*
- *Municípios e consórcios regionais, promovendo descentralização e integração territorial.*

Foram também enviadas cartas de intenção às prefeituras e entidades representativas, estimulando o compromisso institucional e o engajamento voluntário em todo o processo.

A VISÃO DE FUTURO PARA RONDÔNIA

A revisão do PDES consolidou uma nova visão estratégica para o estado: ser reconhecido nacional e internacionalmente como um estado modelo de desenvolvimento sustentável, com uma economia diversificada, inclusiva e inovadora, que valoriza suas riquezas naturais, culturais e humanas. Tornar-se referência em governança eficiente, proteção ambiental, redução das desigualdades sociais e promoção da qualidade de vida, consolidando Rondônia como um lugar de oportunidades e progresso para todos os seus cidadãos.

RESULTADOS ESPERADOS

- *Com a revisão, o PDES 2030 passa a orientar não apenas as políticas estaduais, mas também o alinhamento com os planos setoriais e os Planos Plurianuais (PPA) dos próximos ciclos. Entre os resultados esperados, destacam-se:*
- *Diretrizes atualizadas às transformações globais.*
- *Integração entre PDES, PPA e planos setoriais.*
- *Fortalecimento da governança e da cooperação intersetorial.*
- *Inclusão social e redução das desigualdades regionais.*
- *Inserção de tecnologias sustentáveis e inovação.*
- *Projeção estratégica de Rondônia em sintonia com a Estratégia Brasil 2050.*
- *Caminho para 2030*

Ao final do ciclo de audiências, Rondônia deu um passo decisivo rumo à consolidação de um planejamento moderno e participativo. O PDES 2030 se

Divulgação



Divulgação



As oficinas contribuíram para identificar demandas regionais, incorporar experiências locais à revisão do plano e estimular o compromisso institucional dos governos municipais no desenvolvimento sustentável de Rondônia

torna, assim, um instrumento de futuro, que reflete a força das regiões, a pluralidade de vozes e o compromisso do governo em promover desenvolvimento sustentável, inclusão social e qualidade de vida para todos os rondonienses. ■



Planejar, inovar e apresentar Roraima ao Brasil

Seplan consolida-se como órgão estratégico na construção de um Estado que une gestão orientada por evidências, valorização do servidor e inovação para transformar conhecimento em desenvolvimento sustentável



A Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan) consolidou-se como órgão estratégico do Governo de Roraima, responsável pela condução de políticas públicas de desenvolvimento e promoção de uma gestão orientada por dados, inovação e resultados. A busca por desempenhar seu papel de articuladora do planejamento governamental e de promotora de uma nova visão sobre o potencial econômico, social e humano do Estado está alinhada à visão Roraima 2030: tornar, até 2030, Roraima um Estado de excelência para viver e empreender.

Ao assumir a responsabilidade de apresentar Roraima ao Brasil, evidenciando suas potencialidades e construindo a imagem de um Estado que planeja com base em evidências, a Seplan valoriza o conhecimento e investe na qualificação de seus servidores. Segundo o secretário de Planejamento e Orçamento, Rafael Fraia, esse movimento fortalece a credibilidade institucional e amplia as oportunidades de cooperação e investimentos.

“Assumimos o compromisso de demonstrar que Roraima é mais do que um espaço de fronteira. Trata-se de um Estado estratégico com planejamento e capacidade de desenvolver ações inovadoras. Tornar Roraima conhecido é, intencionalmente, planejar seu futuro de forma sustentável”, destaca o secretário.

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Seplan tem ampliado de forma contínua a valorização de seu quadro de servidores, reconhecendo que a qualidade do planejamento público depende diretamente da formação e do engajamento dos profissionais envolvidos. Em 2025, a Secretaria ampliou a participação de seus técnicos em grupos de trabalho intersetoriais, tanto internos quanto de âmbito estadual, contribuindo com análises, diagnósticos e proposições que fundamentam decisões estratégicas em políticas públicas.

Esses grupos atuam em áreas essenciais, como orçamento, gestão fiscal, desenvolvimento regional, infraestrutura e inovação na administração pública. O envolvimento dos servidores reforça a cultura de

Divulgação



A Seplan promove e incentiva capacitações técnicas e cursos de aperfeiçoamento, em parceria com instituições de ensino e órgãos de controle, fortalecendo a cultura de eficiência e aprimoramento contínuo

colaboração e o compromisso da Seplan com a construção de soluções integradas.

Paralelamente, a Secretaria promove e incentiva capacitações técnicas e cursos de aperfeiçoamento, em parceria com instituições de ensino e órgãos de controle, fortalecendo a cultura de eficiência e aprimoramento contínuo. As capacitações abrangem desde a gestão de projetos e finanças públicas até o uso de novas tecnologias aplicadas ao planejamento governamental.

“A Seplan é composta por pessoas comprometidas. Investir nesses profissionais é investir na qualidade do planejamento. A formação permanente é o caminho para uma gestão pública moderna e eficiente”, ressalta Fraia.

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Entre as iniciativas de destaque, a Seplan lançou, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Mestrado Profissional em Administração Pública, com 20 vagas destinadas a servidores da Secretaria. O programa constitui um marco na qualificação do corpo técnico do Estado, permitindo que os servidores desenvolvam pesquisas aplicadas e proponham soluções inovadoras para os desafios da gestão pública em Roraima.



Divulgação

O mestrado reforça o compromisso do Governo com políticas baseadas em evidências e com a valorização do conhecimento científico como instrumento de transformação. A iniciativa está alinhada ao Propósito Roraima 2030, que visa orientar políticas públicas empreendedoras, inovadoras e efetivas para o desenvolvimento sustentável do Estado.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RESULTADOS

Outro avanço importante foi a consolidação da operação de crédito conduzida pela Seplan, que assegura recursos para investimentos estruturantes e estratégicos. A operação fundamenta-se em análise rigorosa de viabilidade econômica e fiscal, garantindo responsabilidade e sustentabilidade nas finanças públicas.

Essa atuação permite ao Estado planejar com segurança e executar ações de longo prazo em áreas como infraestrutura, logística e desenvolvimento regional. De acordo com o secretário Rafael Fraia, a gestão de crédito reflete o compromisso do Governo com a boa governança e a transparência.

“O planejamento orçamentário responsável é a base de um Estado forte. Cada investimento deve originar-se de diagnóstico preciso e de estratégia clara de impacto social e econômico”, frisa o secretário.

FORTELECIMENTO DA REDE DE PARCERIAS

A Seplan destaca-se também pela promoção do diálogo federativo e pela integração com diferentes níveis de governo e entidades parceiras. Nesse contexto, Roraima sediará, no dia 5 de dezembro, o 38º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias, evento de abrangência nacional que reunirá gestores, técnicos e representantes de órgãos de controle, ministérios e governos estaduais.

O fórum constitui oportunidade para compartilhamento de boas práticas em gestão de convênios, execução de recursos públicos e cooperação interinstitucional, reforçando o papel de Roraima como referência em planejamento e inovação. A realização do evento no Estado simboliza o reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Seplan na modernização de processos e no fortalecimento da gestão pública.

CIÊNCIA E INOVAÇÃO A SERVIÇO DO PLANEJAMENTO PÚBLICO

Com o objetivo de integrar o conhecimento científico ao planejamento estatal, a Seplan promoveu o I Concurso de Artigos Prêmio Milton Nascimento, iniciativa inédita voltada ao reconhecimento da pesquisa para o desenvolvimento regional e o aprimoramento das políticas públicas.

O prêmio homenageia o economista e servidor público Milton Antônio do Nascimento (1946–2021), cuja trajetória foi marcada pela excelência técnica e pela defesa de uma gestão pública pautada em dados confiáveis e ética. A primeira edição mobilizou pesquisadores de Roraima e de outros estados, fortalecendo o diálogo entre o meio acadêmico e o setor público.

Os temas abordaram desafios estratégicos do desenvolvimento estadual, como migração venezuelana, transformações socioeconômicas, avanços e contribuições da agropecuária e da infraestrutura logística. Os melhores trabalhos foram premiados e serão publicados em caderno técnico com ISBN, a ser lançado em dezembro.

“O Prêmio Milton Nascimento representa mais do que uma homenagem. Expressa o compromisso com o conhecimento aplicado à gestão pública e com o uso da pesquisa como ferramenta de transformação”, resalta o secretário Rafael Fraia.

A repercussão positiva da iniciativa consolidou o concurso como marco na valorização da ciência e da pesquisa aplicada à realidade amazônica. A Seplan já prepara a segunda edição do Prêmio para 2026, reafirmando o investimento na produção de conhecimento como vetor do desenvolvimento sustentável.

RORAIMA PLANEJADO, CONHECIDO E SUSTENTÁVEL

Todas essas ações evidenciam o avanço da Seplan na consolidação de um modelo de gestão orientado por evidências, resultados e inovação. O planejamento de Roraima passou a ser reconhecido, em nível nacional, como referência em organização, transparência e visão estratégica.



O Prêmio Milton Nascimento, criado pela Seplan, reconhece e incentiva pesquisas científicas aplicadas ao desenvolvimento socioeconômico do estado, homenageando o legado do economista e servidor público Milton Antônio do Nascimento (1946–2021)

A Secretaria reafirma seu compromisso com o futuro do Estado e com a missão de transformar o planejamento em instrumento de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Ao apresentar Roraima ao Brasil — com suas potencialidades, desafios e conquistas —, a Seplan cumpre o papel de construir os fundamentos de um Estado que se prepara para crescer de forma sustentável e inclusiva.

“Nosso trabalho é fazer com que Roraima seja conhecido e reconhecido por sua capacidade de planejar, inovar e realizar. A partir da missão do Roraima 2030, demonstramos ser possível sonhar grande e transformar esse sonho em resultados concretos para a população”, conclui Fraia. ■



Santa Catarina consolida liderança nacional em gestão e resultados públicos

Com mais de 80% do Plano de Governo executado, o estado avança em planejamento estratégico, inovação na gestão e melhoria de indicadores socioeconômicos, tornando-se referência em eficiência, transparência e desenvolvimento sustentável

Ricardo Wolfenbutter, Arquivo / Secom/SC

Santa Catarina é referência nacional em indicadores socioeconômicos, demonstrando excelência em planejamento, gestão estratégica e entregas concretas para a sociedade.

O Plano de Governo traçado no início da atual gestão apresentou mais de 80% das ações executadas nos primeiros 36 meses. O Secretário de Estado do Planejamento, Fabrício Oliveira, enfatiza o avanço consistente das entregas previstas: “É uma cobrança diária que recebemos do governador Jorginho Mello, que acompanha pessoalmente o andamento do plano traçado de desenvolvimento econômico, bem-estar social e sustentabilidade”, afirmou.

A Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan-SC) tem como principal atribuição planejar, analisar, orientar, monitorar, avaliar e revisar o processo de planejamento estratégico estadual. Além disso, atua de forma integrada com as demais secretarias, contribuindo para o desenvolvimento de programas estruturantes e para a implementação das políticas estaduais de desenvolvimento regional e urbano.

APOIO A PROJETOS E PROCESSOS

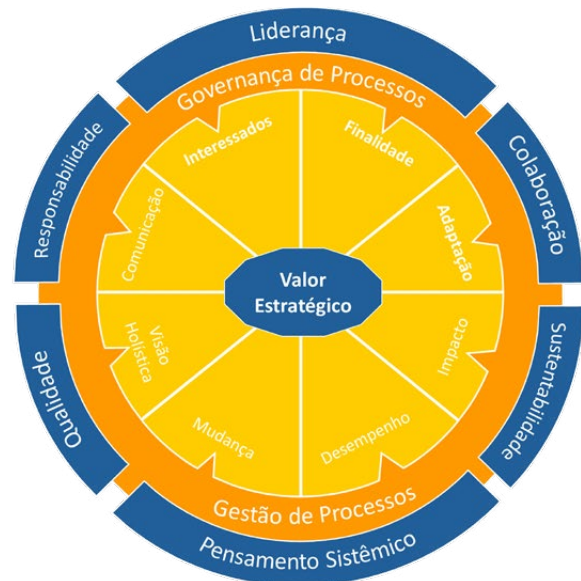
A Seplan oferece suporte aos projetos e processos da Administração Pública Estadual, por meio do

Escritório de Gestão de Projetos (Eproj) e do Escritório de Gestão de Processos (Eproc). Servidores, somados com Especialistas selecionados em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc), atuam diretamente nos órgãos e entidades do Executivo.

Em cooperação técnica com cada instituição, as equipes disseminam as melhores práticas e a cultura de gestão de projetos e processos. Alinhados à estratégia governamental, os escritórios oferecem ferramentas, aplicam metodologias e promovem capacitações adaptadas às instituições. A finalidade é otimizar os custos, mitigar riscos, ganhar celeridade e oferecer segurança e qualidade nas entregas à população.

O Escritório de Gestão de Projetos (Eproj) apoia os órgãos na estruturação e monitoramento de mais de 300 projetos do Plano de Governo, além de outros 2.260 projetos e programas em andamento, 970 em planejamento e 1.883 concluídos. As iniciativas contemplam todas as áreas de governo e são monitoradas pela plataforma Projeta SC, que foi remodelada e está mais moderna, integrada e inteligente, auxiliando os gestores na tomada de decisão de forma mais segura e assertiva.





Fonte: Eproc, 2025. Manual de Gestão Estratégica.

Atualmente, o Eproj coordena 35 Núcleos de Gestão de Projetos (Nuproj), responsáveis pelo monitoramento de iniciativas estratégicas do estado.

O Escritório de Gestão de Processos (Eproc) tem como missão apoiar os órgãos e entidades na consolidação do Modelo de Governança por Processos.

Sua atuação está orientada a fortalecer a capacidade da administração pública em estruturar, organizar e gerir seus processos de trabalho. Suas ações são pautadas em mandatos que trabalham a gestão por processos e o valor estratégico.

O Eproc coordena 38 Núcleos de Gestão de Processos e já realizou o diagnóstico de 46 instituições quanto à maturidade da gestão estratégica, com verificação de missão, visão, valores, mapa estratégico, cadeia de valor, objetivos estratégicos e indicadores de desempenho. No último ano, publicou 955 mapeamentos de processos no Portal de Processos de Negócio (ppn.sc.gov.br), frente a 647 no ano anterior. Os resultados evidenciam o papel do Eproc como indutor da melhoria contínua e do fortalecimento da gestão pública catarinense.

“ É uma cobrança diária que recebemos do governador Jorginho Mello, que acompanha pessoalmente o andamento do plano traçado de desenvolvimento econômico, bem-estar social e sustentabilidade”

Fabrizio Oliveira, secretário de Estado do Planejamento

Divulgação

PAPEL INTEGRADOR DA SEPLAN

A Seplan promove ações relativas à integração e depuração de dados e informações

sobre os programas e ações governamentais. Além disso, promove ações conjuntas com entidades públicas ou privadas, compartilhando-as com os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual.

Ao assumir o governo, a atual gestão deparou-se com um cenário de escassez de dados padronizados na administração pública. Os dados eram inexistentes ou incompletos, desatualizados, dispersos, sem documentação e, muitas vezes, duplicados.

FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE GESTÃO PÚBLICA

Diante de um cenário desafiador na gestão de dados, a Seplan está elaborando uma plataforma unificada que cataloga, padroniza, publica e centraliza o acesso às informações georreferenciadas produzidas pelos órgãos estaduais.

Por meio da Diretoria de Desenvolvimento Territorial, a implementação da Infraestrutura de Dados Espaciais de Santa Catarina (IDE/SC) será um passo estratégico para a transformação digital do governo de Santa Catarina. A iniciativa oferecerá uma base sólida para a gestão territorial inteligente e para a promoção da transparência e da eficiência na administração pública. Consequentemente,

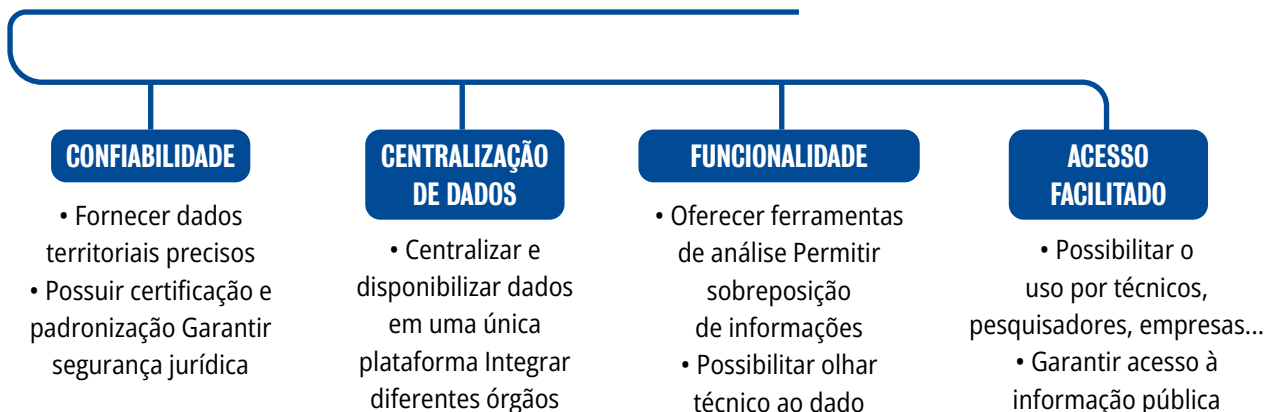
a infraestrutura criada contribuirá de diferentes maneiras para a eficiência e desenvolvimento sustentável do estado.

Os benefícios previstos incluem: 1) melhorar a tomada de decisão dos gestores com base em evidências; 2) aumentar a transparência e democratização do acesso à informação; 3) otimizar recursos, reduzir custos e evitar a duplicação de esforços na coleta e manutenção de dados; 4) promover integração e interoperabilidade, alinhando-se à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) para garantir troca fluida de informações entre plataformas e níveis de governo.

A Infraestrutura de Dados Espaciais de Santa Catarina (IDE/SC) será sustentada por três principais pilares, tendo a Seplan como gestora responsável por coordenar a implementação e as atividades do dia a dia. O primeiro é Pessoas, com governança exercida por uma Comissão de Informação Geoespacial (CIG) que reúne órgãos estaduais. O segundo é Tecnologia, com uma plataforma comparada a uma “biblioteca digital” composta por catálogo de metadados, serviços de dados e portal de acesso. O terceiro consiste em Dados Geoespaciais, com insumos que incluem mapas, limites territoriais,

QUAL A SOLUÇÃO?

Infraestrutura de Dados Espaciais





informações sobre infraestrutura, meio ambiente e ocupação urbana, entre outros.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS ROBUSTOS

Santa Catarina aposta em uma gestão inovadora, baseada em planejamento transversal, colaboração mútua e monitoramento contínuo dos indicadores oficiais. O Estado demonstra, na prática, como fazer a gestão do conhecimento para orientar e medir a efetividade das ações e impactos das políticas públicas implementadas.

A Diretoria de Políticas Públicas da Seplan monitora os resultados de forma contínua, fornecendo dados quantitativos e análises qualitativas aprofundadas. Os dados mostram liderança em oportunidades de emprego, qualidade de vida, segurança pública e demais indicadores de desenvolvimento.

ECOSSISTEMA ECONÔMICO DINÂMICO

Santa Catarina tem uma economia dinâmica, sustentada por um ecossistema de empresas de todos os portes. As micro e pequenas empresas são responsáveis pela maior parte dos postos de trabalho. Sua capilaridade na geração de renda favorece a inclusão social, pois os negócios tendem a ser mais distribuídos geograficamente e setorialmente.

Além disso, o estado trabalha na atração de diferentes portes de empresas, que desempenham papéis complementares para o emprego e fortalecimento da economia. No acumulado do ano, as microempresas criaram 41,8% das novas vagas de trabalho em solo catarinense. No outro extremo, as grandes empresas geraram 24,2% dos novos postos, segundo os microdados do Novo Caged, analisados pela Seplan.

MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO PAÍS

Santa Catarina tem a melhor distribuição de renda do país, apresentando o menor Índice de Gini entre as 27 unidades da federação. As análises foram baseadas nos microdados do 1º trimestre de 2025 da PNAD Contínua.

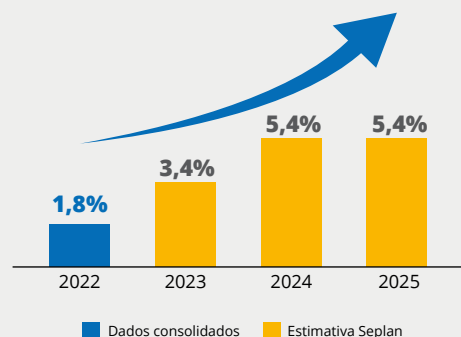
Entre os trabalhadores ocupados, o Índice de Gini em SC é de 0,424, enquanto a média nacional

é de 0,516. Ou seja, um resultado 17,8% melhor que a média de todas as unidades da federação. O Índice de Gini é um indicador reconhecido internacionalmente que mede a igualdade ou desigualdade na distribuição de renda em um território, em uma escala que vai de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais próximo de zero, melhor.

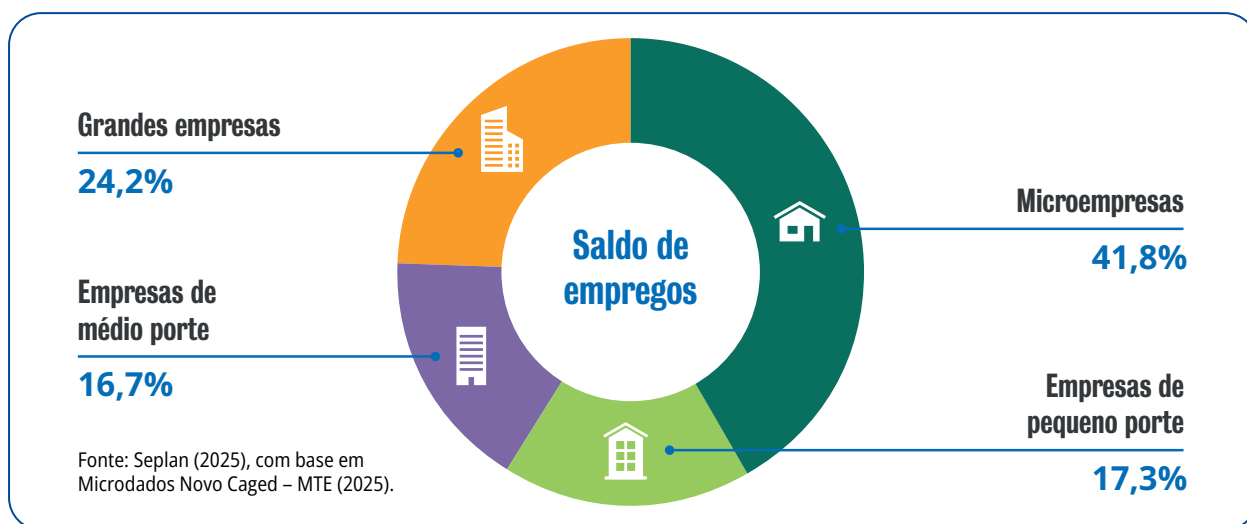
PIB ACIMA DA MÉDIA NACIONAL

O Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina mantém a liderança de crescimento no Brasil, conforme os dados atualizados no 2º trimestre de 2025. Segundo estimativas da Seplan, o PIB catarinense cresceu 5,4% nos 12 meses encerrados em junho, frente ao mesmo período do ano anterior. O desempenho ficou acima da média nacional, que avançou 3,2% na mesma comparação. Estimativas do Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR) apontam que Santa Catarina apresentou o maior crescimento entre os 13 maiores estados do país, liderança registrada em relação ao mesmo período de 12 meses do ano anterior.

Estimativas de crescimento do PIB catarinense acima da média nacional



Fonte: Seplan (2025), com base em IBGE



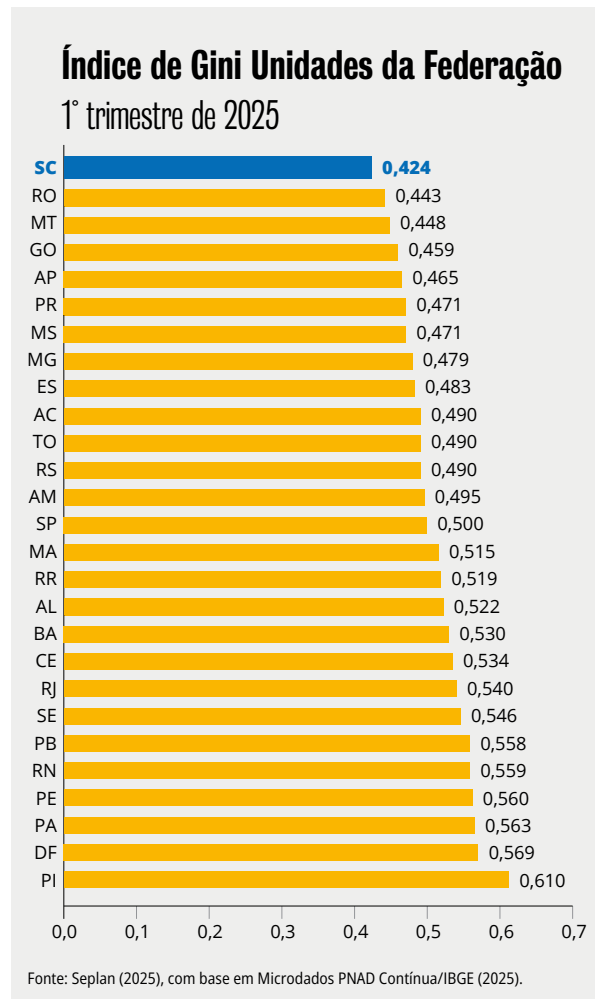
Analogamente, o estado registrou a menor taxa de desemprego de sua série histórica iniciada em 2012. A taxa de desemprego, de 2,2%, foi a menor do país, frente a uma média nacional de 5,8%, conforme dados da PNAD Contínua referentes ao 2º trimestre de 2025.

Além disso, Santa Catarina tem o segundo melhor resultado do país na proporção de domicílios com acesso à internet. O estado apresentou taxa de 96,5%, atrás apenas do Distrito Federal, que tem 98%, e acima da média brasileira de 93,6%. Os dados compõem o Módulo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da PNAD.

SEGURANÇA, CAPITAL HUMANO E POTENCIAL DE MERCADO

Santa Catarina é o estado mais seguro do Brasil e ocupa a 2ª posição geral no *Ranking* de Competitividade dos Estados 2025, atrás apenas de São Paulo. O *ranking* é desenvolvido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), sendo uma relevante ferramenta de diagnóstico para gestores públicos.

O estado ocupa a 1ª posição na dimensão Segurança, a 1ª posição no pilar de Capital Humano e a 2ª colocação no pilar de Inovação. Em 2025, destacou-se, também, em Potencial de Mercado, em que saltou do 10º para o 3º lugar no *ranking*.





FLORIANÓPOLIS É O MUNICÍPIO MAIS COMPETITIVO

O Município de Florianópolis foi considerado o mais competitivo do Brasil pelo terceiro ano consecutivo. Destacaram-se, também, Jaraguá do Sul (12º), Blumenau (14º), São Bento do Sul (20º), Criciúma (23º), Balneário Camboriú (34º) e Joinville (44º).

Apesar de representar apenas 4,5% da amostra, SC teve 42% de seus municípios entre os 50 primeiros do *ranking* e quase 70% entre os 100 mais bem avaliados. Esse resultado é pautado no perfil municipalista do governador Jorginho Mello, que olha de forma particularizada para cada região. Nos dois programas “Santa Catarina Levado a Sério”, o governador ouviu os 295 municípios e seus prefeitos, por duas vezes, atendendo às demandas locais.

AVANÇA SC

Cabe à Diretoria de Políticas Públicas da Seplan elaborar estudos para o planejamento e formulação de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento estadual e regional. A Seplan vem preparando o Avança-SC, um plano de desenvolvimento sustentável, criado para direcionar políticas públicas que promovam o crescimento econômico e social do estado entre 2025 e 2035.

Por meio do Avança SC é possível identificar os desafios e potencialidades dos territórios catarinenses. O plano busca projetar cenários para o desenvolvimento de ações eficazes e eficientes e formular diretrizes estratégicas regionais alinhadas ao Plano Plurianual (PPA). Por meio de uma potente plataforma interativa, será possível monitorar dados em tempo real, promover transparência e fortalecer a participação social.

A Seplan cumpre um papel estratégico fundamental em Santa Catarina. Alinhada ao governo estadual e articulada com todas as secretarias, a Seplan oferece planejamento, monitoramento, integração territorial, gestão de projetos e processos. Atua a fim de fomentar a eficiência administrativa e o desenvolvimento sustentável do estado. ■



**Santa Catarina é o
2º estado mais
competitivo do Brasil
e avança em inovação
e potencial de mercado**



**1ª POSIÇÃO
Segurança
Pública**



**1ª POSIÇÃO
Capital
Humano**



**2ª POSIÇÃO
Sustentabilidade
Social**



**2ª POSIÇÃO
Inovação** ↑ +2
posições



**3ª POSIÇÃO
Potencial
de Mercado** ↑ +7
posições

Fonte: Centro de Liderança Pública (2025)



Santa Catarina cresce com planejamento

O Estado de Santa Catarina apresentou o maior saldo migratório do país, com um ganho populacional de 354 mil pessoas, entre 2017 e 2022, conforme dados do IBGE. Projeções indicam que o estado terá um aumento populacional de dois milhões de pessoas até 2070.

As pessoas vêm para Santa Catarina em busca de qualidade de vida, segurança, emprego, educação e serviços públicos eficientes. Como explica o governador Jorginho Mello, Santa Catarina é uma terra de oportunidades, que acolhe com respeito, que apresenta desenvolvimento econômico, que valoriza o trabalho, a diversidade cultural, a inovação e o empreendedorismo. Apesar da inclusão de milhares de pessoas no mercado de trabalho catarinense, a taxa de desemprego caiu nos últimos cinco anos, de 5,7% para 2,2%.

Os resultados são frutos de um trabalho estratégico e planejado conduzido pelo governo. A Seplan atua diretamente no acompanhamento e na gestão das ações do plano governamental e dos projetos estruturantes, por meio do Escritório de Gestão de Projetos (Eproj) e do Escritório de Gestão de Processos (Eproc).

O estado vem implementando ações que facilitam a abertura e manutenção de

empresas, ampliam o crédito subsidiado, sustentam um ambiente seguro para novos investimentos e garantem segurança pública e segurança jurídica para quem empreende em Santa Catarina.

Nosso compromisso com o desenvolvimento continua. Santa Catarina vem se preparando para crescer de forma equilibrada e sustentável, com inúmeras ações em processo de planejamento, implementação e/ou avaliação. Dentre essas iniciativas, podemos citar o Avança SC, plano de desenvolvimento sustentável criado para direcionar políticas públicas que promovam o crescimento econômico e social do estado entre 2025 e 2035.

Efetivamente, estamos nos preparando para as próximas décadas! Estamos olhando para o passado, compreendendo o presente e projetando o futuro, com foco, eficiência e o necessário planejamento. Um trabalho de construção desse Governo, que envolve todas as secretarias, todos os municípios, entidades representativas e cidadãos. ■

Fabrício Oliveira,
secretário de Estado do
Planejamento de Santa
Catarina

“A gestão integrada da Seplan, Eproj e Eproc garante planejamento eficaz, monitoramento contínuo e execução de projetos que promovem o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida em Santa Catarina”



Sergipe reestrutura o futuro com a revisão dos territórios de planejamento e novos Planos de Desenvolvimento Regional

A iniciativa proporcionará uma base atualizada para decisões estratégicas, a partir da revisitação dos territórios de planejamento, criados em 2007



Com foco em integrar aspectos sociais, ambientais e culturais, considerando as identidades territoriais e o sentimento de pertencimento da população sergipana, o Governo de Sergipe iniciou a revisão dos Planos de Desenvolvimento Regional (PDR's), uma ação estratégica transversal voltada para o fortalecimento do planejamento territorial e a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável em todo o estado.

A iniciativa parte da necessidade de revisitar as oito unidades de territórios de planejamento, instituídas pelo governo em 2007, em decorrência da passagem dos anos e da mudança do cenário de Sergipe em diversos aspectos. O objetivo é que os territórios de planejamento possam ser atualizados dentro de uma metodologia clara e transparente, que considere os novos arranjos produtivos, a dinâmica social de cada região, a identidade, o diálogo e a participação social.

A articulação parte da Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação (Seplan), que firmou parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) para execução das atividades, por meio da contratação pelo Projeto de Modernização Gestão Fiscal II (Profisco II). Ao final do projeto, que tem previsão de duração de até 12 meses, os novos Planos de Desenvolvimento Regional serão definidos em todas as dimensões, como zoneamento, infraestrutura, logística, desenvolvimento, fomento ao trabalho e renda, entre outros.

O projeto está sendo executado por etapas, sob a supervisão da Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Gestão Metropolitana (SDR), e traz a consolidação do plano de trabalho e matrizes, a elaboração de um diagnóstico socioeconômico atualizado, a avaliação de projetos estaduais em andamento e a revisão dos territórios de planejamento, com o objetivo de aprimorar a organização espacial e a articulação das políticas públicas regionais, e, por fim, a proposta de plano de ação estratégico para desenvolvimento regional.



Divulgação

“ Temos o planejamento estratégico no curto prazo, contribuímos para o PPA de médio prazo e avançamos no longo prazo com o Sergipe 2050. Agora, revisamos os territórios de planejamento, fundamentais para orientar os planos de desenvolvimento regional”

Julio Filgueira, secretário Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação de Sergipe

As cinco etapas do plano incluem a realização do Plano de Trabalho e Matrizes, já executado, além da elaboração do Diagnóstico Social e Econômico do Estado de Sergipe, que está em andamento; apresentação do diagnóstico e avaliação de projetos, experiências e ações em secretarias estratégicas, que serão realizados ao longo deste ano, e a proposta de Plano de Ação Estratégico para Desenvolvimento Regional, prevista para ser entregue em 2026.



Início do projeto, com o comitê gestor dos PDRs

Divulgação

“Nós temos a dimensão do planejamento estratégico, que opera, sobretudo, no curto prazo, contribuimos para a elaboração do PPA [Planejamento Plurianual], o nosso planejamento de médio prazo, demos passos largos no planejamento de longo prazo com o Sergipe 2050, com a Agência Desenvolve-SE, e agora vamos ao encontro dos territórios de planejamento, que há mais de uma década foram importantes para compreender como a ação do estado deve repercutir em cada território e deu origem aos planos de desenvolvimento regional”, explica o secretário Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação de Sergipe, Julio Filgueira.

INSTALAÇÃO DO COMITÊ GESTOR

O Governo de Sergipe instalou, a partir de formalização no Diário Oficial do Estado, um comitê gestor com a finalidade de monitorar as etapas de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional de forma integrada. O comitê gestor integra servidores de diferentes áreas do planejamento no acompanhamento da execução e proposição de ajustes ao processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional.

O comitê gestor integra servidores de diferentes áreas do planejamento para acompanhar a execução e propor ajustes ao processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional

Cabe também ao grupo promover a articulação entre diferentes órgãos envolvidos no processo de construção, além de deliberar e aprovar questões apresentadas pela FESPSP. Os encontros serão realizados após a conclusão de cada etapa do Plano de Trabalho de elaboração dos PDRs, para que os relatórios entregues sejam analisados de forma integrada pelas diversas áreas.

O gestor governamental da Seplan, Guilherme Uberti, representa a iniciativa de planejamento de longo prazo do Estado, o Sergipe 2050, dentro do Comitê. “O papel do Sergipe 2050 dentro do comitê é inserir uma perspectiva de longo prazo na análise das particularidades dos territórios. É trazer uma análise de como as megatendências, ou seja, aquilo que tende

a impactar o território com bastante importância, por exemplo, questões de mudanças climáticas, questões de demografia, questões de desafios na educação. Trazer essa dimensão do olhar de futuro para pensar nessa revisitação dos territórios também”, informa.

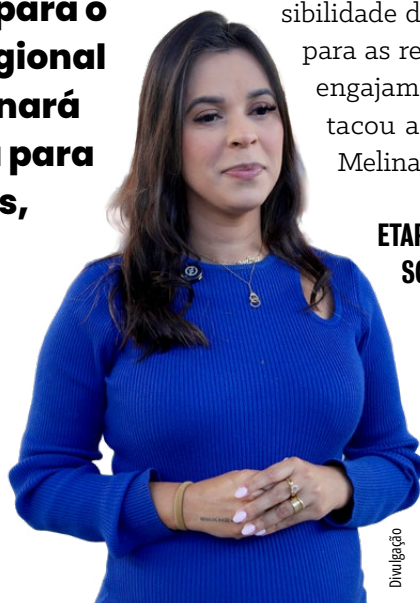
PLANO DE TRABALHO

Em março deste ano, a Seplan conduziu um seminário para apresentação e detalhamento do Plano de Trabalho. O Seminário reuniu o secretariado e representantes de órgãos do Governo, com a oportunidade de alinhar expectativas, tirar eventuais dúvidas e assegurar a participação ativa dos órgãos envolvidos na construção deste planejamento de forma integrada e colaborativa.

“A revisitação e atualização dos Planos de Desenvolvimento Regional deve ser conduzida de forma transversal, com a mobilização de cada órgão e secretaria, bem como o diálogo com as prefeituras, diferentes atores sociais e, principalmente, com a população sergipana. Tudo isso para que seja possível ter uma visão sobre as políticas públicas e estratégias de fortalecimento em cada território. Resultará desse processo a elaboração de novos Planos de Desenvolvimento Regional e o estabelecimento de agendas

“ A criação de um novo Plano de Ação para o Desenvolvimento Regional de Sergipe proporcionará uma base atualizada para decisões estratégicas, que pode promover maior eficiência do gasto público”

Melina Tavares, secretária executiva da Seplan



Divulgação



Divulgação

População participou de consulta para construção do PLOA e PDRs

transversais com forte impacto local, o que destaca a efetiva participação de todas as secretarias e órgãos de Estado”, pontua o secretário Julio Filgueira.

A revisitação dos Planos de Desenvolvimento Regional (PDR's) está inserida no Plano Estratégico do Governo de Sergipe para 2023-2026, como parte das ações que propõem gerar soluções integradas, compartilhadas e participativas na gestão pública. A criação de um novo Plano de Ação para o Desenvolvimento Regional de Sergipe proporcionará uma base atualizada para decisões estratégicas, que pode promover maior eficiência do gasto público; um roteiro para um desenvolvimento sustentável; possibilidade de melhor crescimento econômico para as regiões; além do fortalecimento do engajamento e participação cidadã”, destacou a secretária executiva da Seplan, Melina Tavares.

ETAPA DE DIAGNÓSTICO SOCIAL E ECONÔMICO

Atualmente, o projeto segue na etapa de Diagnóstico Social e Econômico do Estado de Sergipe, iniciada em maio de 2025, com a realização de visitas aos municípios sergipanos, onde a equipe



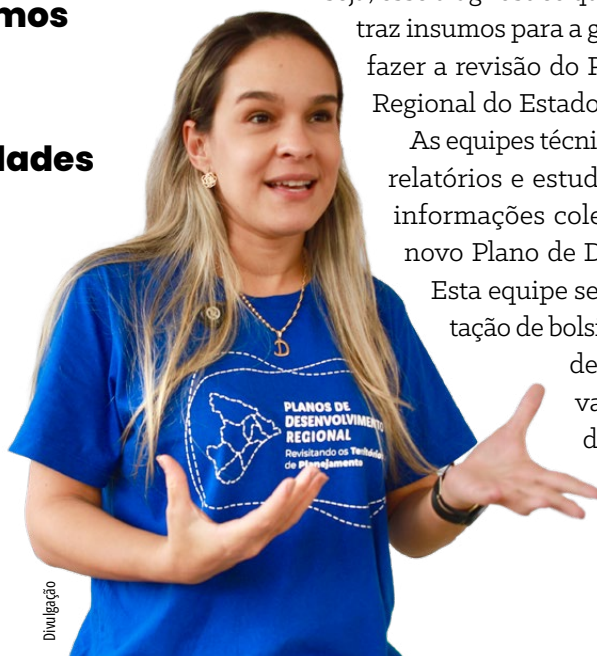
Divulgação

gestora do projeto realizou entrevistas com gestores e responsáveis no poder executivo, além de servidores municipais e atores sociais, com foco na coleta de informações e construção do diagnóstico.

Durante a etapa, a equipe gestora do projeto, composta por servidores da Seplan e da FESPSP, coletou dados e informações fundamentais para

“ Não basta entrevistar gestores municipais; também ouviremos atores sociais, movimentos populares, entidades e empresários, para obter um diagnóstico completo e atualizado”

Danilla Andrade, subsecretária de Desenvolvimento Regional e Gestão Metropolitana



Divulgação

a construção deste diagnóstico. Para garantir a participação social no processo, também foram realizadas consultas públicas com a sociedade civil, com objetivo de escutar as demandas da população que vivem nestas regiões, como explica o consultor da FESPSP e coordenador responsável pelo projeto em Sergipe, Paulo Silvino. “Estamos realizando o diagnóstico socioeconômico, o diagnóstico dos territórios sergipanos, para que, a partir desse diagnóstico, a gente tenha condições, em suma, para fazer um novo delineamento desses territórios. Ou seja, esse diagnóstico que está sendo feito agora, ele traz insumos para a gente, a partir dessa análise, fazer a revisão do Plano de Desenvolvimento Regional do Estado”, destaca.

As equipes técnicas irão desenvolver, ainda, relatórios e estudos técnicos a respeito das informações coletadas para elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Regional.

Esta equipe será reforçada com a contratação de bolsistas, por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec/SE), para atender às demandas da elaboração do Plano.



Kennedy Souza, representante da Prefeitura Municipal de Amparo do São Francisco, ressaltou o papel fundamental das dinâmicas realizadas durante o Sergipe Participativo



A aposentada Lúcia de Fátima, moradora de Aracaju, valorizou o Sergipe Participativo como um espaço para acolher as necessidades de cada região

De acordo com a subsecretária de Desenvolvimento Regional e Gestão Metropolitana da Seplan, Danilla Andrade, ao final da etapa dois, será feito um diagnóstico com tudo o que foi colhido. “Não vamos nos limitar às entrevistas com gestores municipais, mas também ouviremos atores sociais. A ideia é atingir todos os públicos: gestores, movimentos populares, entidades de classe, empresários, enfim, todos os segmentos serão ouvidos para a gente poder ter, de fato, um diagnóstico atualizado e completo”, explica.

SERGIPE PARTICIPATIVO

A etapa de Diagnóstico Social e Econômico contou também com a execução do Sergipe Participativo, programa de escutas populares que aconteceu entre julho e agosto deste ano em nove municípios sergipanos. A iniciativa teve como objetivo coletar informações, sugestões e ouvir os moradores das regiões a respeito de temas relacionados ao planejamento e ao orçamento.

Na programação do Sergipe Participativo, as equipes técnicas realizaram as Oficinas dos Planos de Desenvolvimento Regional (PDR), com o objetivo

de ouvir a população para construir um plano alinhado às necessidades e potencialidades locais, além de tornar o planejamento mais democrático, eficaz e conectado à realidade dos territórios. Por meio de apresentações, dinâmicas em grupo e escutas com lideranças, moradores, empresários e movimentos populares, foram levantadas demandas, desafios e propostas de ação.

Representante da Prefeitura Municipal de Amparo do São Francisco, Kennedy Souza propôs sugestões durante a aplicação das dinâmicas. “Trouxemos vários planejamentos de crescimento territorial, crescimento na renda, na infraestrutura. É um programa muito importante para o crescimento da nossa região e para nossa cidade”, destacou.

Moradora de Aracaju, a aposentada Lúcia de Fátima destacou a importância do Sergipe Participativo para acolher as necessidades de cada região. “Nós pudemos discutir políticas públicas, que é o que a gente mais necessita para as comunidades, tanto aqui de Aracaju, como na Grande Aracaju. São as necessidades que a gente quer que o Governo do Estado possibilite para todas as comunidades, em todas as oportunidades”, comentou. ■



Rede Estadual de Planejamento e Orçamento: um avanço para a gestão estratégica em Sergipe

O Governo de Sergipe tem avançado na construção de uma gestão pública mais estratégica, moderna e conectada às reais necessidades da população. Um passo fundamental é a criação da Rede Estadual de Planejamento e Orçamento, fortalecendo a integração entre secretarias e órgãos do Estado para planejar, executar e monitorar políticas públicas com maior eficiência.

Instituída em 2024, a Rede atua de forma colaborativa, baseada no modelo de governança estratégica integrada. Entre as suas competências, estão a aderência entre instrumentos de planejamento e orçamento, e o fortalecimento dos processos de construção e monitoramento de projetos voltados aos sergipanos. Com ela, foram criados grupos de trabalho temáticos para os entes da administração pública, além da realização de capacitação permanente das equipes.

A Rede atua como um espaço de cooperação em que cada ente tem papel ativo na elaboração e acompanhamento das políticas do Governo. Isso assegura que o planejamento não seja algo isolado da Seplan, mas uma ação coletiva, gerando maior consistência e foco em resultados. Afinal, é importante dizer:

planejar é só o começo, o maior desafio é agir de forma planejada.

No processo, o monitoramento em tempo real dos projetos e programas prioritários do Estado tem papel essencial, acompanhando os indicadores de desempenho e a evolução das metas.

A Rede contribui na consolidação da cultura de planejamento estratégico e garante maior transparência, governança e capacidade de resposta aos desafios. Um dos seus pilares é o compartilhamento de experiências por meio do programa Conhecimento em Rede.

A criação da Rede traduz o compromisso do Governo de Sergipe em aprimorar os processos de planejamento e monitoramento, reforçando a confiança da sociedade na gestão pública e assegurando que cada ação seja orientada por uma visão clara de desenvolvimento e de entrega de resultados. ■

“Grupos de Trabalho Temáticos fortalecem a cooperação e o compromisso coletivo na gestão estratégica de Sergipe”



Julio Filgueira,
secretário Especial
de Planejamento,
Orçamento e
Inovação de
Sergipe.

Contagem regressiva para o



II CONGRESSO CONSEPLAN

Planejamento e
Governança Federativa para o
Desenvolvimento Nacional

De 5 a 7 de maio de 2026, gestores públicos (municipais, estaduais e federais), pesquisadores e profissionais do planejamento de todo o país se reúnem para debater o tema “Planejamento e Governança Federativa para o Desenvolvimento Nacional”, no II Congresso Conseplan que será realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil, no Distrito Federal.

Serão conferências, painéis temáticos, apresentações de artigos e cases estaduais e municipais, promovendo o diálogo e a inovação no planejamento público brasileiro.

RESERVE A DATA E PARTICIPE!

PARA INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE

www.congressoconseplan2026.com.br



Governo do Tocantins reforça equilíbrio fiscal e avança em planejamento com base inédita das terras indígenas

Redução dos gastos com pessoal e mapeamento pioneiro das terras indígenas fortalecem a sustentabilidade financeira e a eficiência na gestão pública do estado

Ademir dos Anjos / GovTO

Fachada norte do Palácio Araguaia
Governador José Wilson Siqueira Campos

O Governo do Tocantins vem adotando medidas estratégicas para assegurar a sustentabilidade fiscal do Estado e, ao mesmo tempo, ampliar a capacidade de planejamento de políticas públicas. Duas frentes recentes traduzem esse esforço: a redução do percentual de gastos com pessoal, dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e a conclusão de um mapeamento inédito das terras indígenas, que fortalece a eficiência da ação governamental em diferentes áreas.

Esse avanço é resultado de etapas de trabalho realizadas pela Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais (Sepot) com o aval da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Tocantins para integração da plataforma de georreferenciamento e pela Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan).

O governador Laurez Moreira tem reforçado em suas agendas que a sustentabilidade fiscal é condição essencial para o desenvolvimento. “Cada economia gerada representa mais recursos para investimentos estratégicos, preservando nossa capacidade de planejamento. Reforço o compromisso em garantir que os recursos públicos sejam usados com eficiência, transparência e responsabilidade, sempre em benefício da população”, destacou.

O secretário de Planejamento e Orçamento, Ronaldo Dimas, também aponta que o ajuste é fruto de um trabalho coletivo e técnico. “O equilíbrio fiscal é essencial para manter a capacidade de investimento e otimizar os gastos com pessoal e previdência. A análise detalhada da folha e dos resultados atuariais nos permite tomar decisões seguras, assegurando estabilidade e previsibilidade para os próximos quadrimestres”, explica.

“Esse é um trabalho inédito e muito me emociona por estar à frente junto com o nosso governador. Os dados levantados representam a luta e a resistência de muitas gerações pelos nossos territórios. Chegamos à última etapa, que afirma: nós, povos indígenas, estamos aqui, este território é nosso, nós estamos no mapa do Tocantins, esta terra é nossa”, enfatizou Narubia Werreria, secretária dos Povos Originários e Tradicionais do Tocantins (Sepot), ao ressaltar que o levantamento de dados foi realizado

Tocantins está entre os 10 estados mais seguros do Brasil, com crimes em queda



Aldemar Ribeiro / GovTO



Ademir dos Anjos / GovTO

Indígenas do povo Krahô no município de Goiatins

nos territórios indígenas pelos técnicos da Pasta sob sua gestão, sendo uma etapa considerada fundamental para a construção do mapeamento, com registro da identificação de aldeias e estradas, além da articulação para o consentimento da Funai ao uso público dos dados.

“Com esse levantamento, os territórios dos povos originários aumentam sua visibilidade nas tomadas de decisões do chefe de Estado para o plano estratégico de investimento, com maior precisão de seus respectivos potenciais para o desenvolvimento econômico do Tocantins”, completou.

PARCERIA INTERINSTITUCIONAL

Entre outras fontes de dados vetoriais submetidas às tecnologias de conversão de dados e integração da plataforma para produção de informação, a Seplan contou com os dados específicos de territórios indígenas no estado, resultado do levantamento realizado em campo pelas equipes da Sepot.

O levantamento realizado reafirma a presença dos povos indígenas no mapa do Tocantins, valorizando suas terras e potencializando seu papel nas decisões estratégicas do Estado, além de fortalecer a proteção cultural, ambiental e o reconhecimento legal dessas comunidades

O registro colhido nos territórios dos povos originários possui a identificação e localização das aldeias e estradas para conversão em mapas e produção de informação que oferece uma visão panorâmica e detalhada das áreas pertencentes aos povos indígenas no estado e que somente foi disponibilizado após submissão à avaliação da

Funai-Tocantins para validação, aprovação e autorização de divulgação pública por meio da plataforma de sistemas tecnológicos.

AVANÇOS ESTRATÉGICOS

Com o planejamento georreferenciado, no primeiro quadrimestre de 2025, o Tocantins registrou um avanço importante em sua política de ajuste fiscal. As despesas com pessoal, que haviam alcançado 46,64% da Receita Corrente Líquida (RCL), recuaram para 45,69% após a implementação de medidas emergenciais de controle. A redução, embora aparentemente pequena em termos percentuais, representa um marco relevante, pois garante que o Estado permaneça abaixo do limite prudencial da LRF e assegure maior previsibilidade para investimentos em áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, instituída no Brasil no ano 2000, determina parâmetros claros para a gestão pública, estabelecendo limites para gastos com pessoal, endividamento e execução orçamentária. No caso dos Estados, o limite máximo para despesas de pessoal é de 49% da RCL, sendo que o alerta é disparado quando o gasto ultrapassa 44,10% e o prudencial é atingido em 46,55%.

Permanecer acima desses índices exige do gestor medidas restritivas, como a suspensão de progressões funcionais, congelamento de novas contratações e limitação de benefícios.

No Tocantins, o controle das despesas é monitorado de forma constante por um núcleo de acompanhamento criado em 2019, que atua na análise atuarial da previdência, na projeção da folha e na avaliação da capacidade de pagamento. Esse núcleo técnico é formado por representantes da Secretaria da Fazenda (Sefaz), da Secretaria do Planejamento e Orçamento (Seplan) e da Secretaria da Administração (Secad). O objetivo é garantir que cada decisão de impacto financeiro seja tomada com base em dados consistentes, prevenindo riscos de descontrole fiscal.

Emerson Silva / Gov10

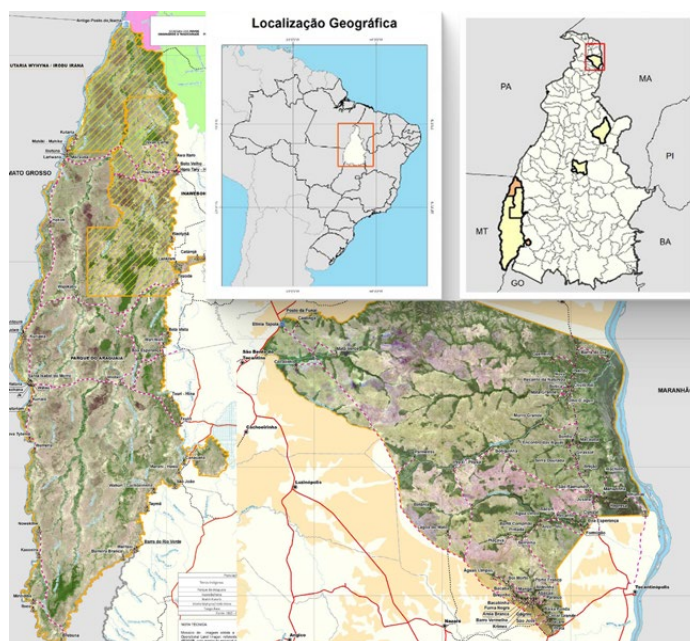


Povo Karajá

IMPACTOS DIRETOS NA GESTÃO PÚBLICA

A manutenção das contas em equilíbrio não é apenas um indicador contábil. Ela influencia diretamente na capacidade de o Estado investir em políticas públicas e preservar direitos dos servidores. Em 2024, por exemplo, as despesas com pessoal fecharam em 46,39% da RCL, acima do limite de alerta. Já em 2025, a tendência de alta exigiu medidas mais rígidas de contenção, que rapidamente se traduziram em resultados.

Para o servidor público, a responsabilidade fiscal garante maior segurança no recebimento de salários e benefícios, além de reduzir riscos de atrasos. Para a população em geral, representa mais recursos disponíveis para investimentos estratégicos, como ampliação de leitos hospitalares, construção de escolas, recuperação de rodovias e expansão da infraestrutura urbana.



O mapeamento inédito das terras indígenas do Tocantins fortalece o planejamento territorial, ampliando a visibilidade e o reconhecimento dos povos originários. Com mapas detalhados de aldeias, estradas e limites territoriais, essa ferramenta possibilita decisões estratégicas mais precisas e promove a valorização cultural, a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável

MAPEAMENTO INÉDITO FORTALECE PLANEJAMENTO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Com dados do levantamento realizado, a Sepot estabeleceu parceria com a Seplan para a sistematização cartográfica. Em sua segunda frente de atuação, a Pasta do Planejamento concluiu em 2024 um trabalho inédito de sistematização da base cartográfica das terras indígenas do Tocantins. A iniciativa da Sepot resultou na produção de seis mapas temáticos que representam 11 terras indígenas localizadas no Estado. O estudo identificou 267 sedes de aldeias, além de estradas vicinais, pontos de referência, equipamentos institucionais e limites territoriais.

A secretária acrescentou que o levantamento de dados foi realizado nos territórios indígenas pelos técnicos da Pasta sob sua gestão e que essa etapa foi fundamental para a construção do mapeamento, com registro da identificação de aldeias e estradas, além da articulação para o consentimento da Funai ao uso público dos dados.

“Com esse levantamento inédito, os territórios dos povos originários aumentam sua visibilidade nas tomadas de decisões do chefe de Estado para o plano estratégico de investimento, com maior precisão dos

potenciais de cada território para o desenvolvimento econômico do Tocantins”, enfatizou.

Com a disponibilização desses mapas, órgãos estaduais e federais poderão planejar com mais precisão a localização de escolas, postos de saúde, rotas de transporte escolar, programas de assistência social e obras de infraestrutura. A identificação de estradas vicinais, por exemplo, permite avaliar gargalos de mobilidade e priorizar investimentos em trechos que conectam aldeias a centros urbanos.

Além da dimensão técnica, o mapeamento também fortalece a valorização cultural e a preservação das tradições dos povos indígenas, pois fornece informações estratégicas que podem subsidiar projetos de proteção ambiental, de reconhecimento territorial e de fortalecimento da governança comunitária.

“O Tocantins passa a contar com uma base geográfica consolidada, que permitirá aprimorar o planejamento territorial e ampliar a integração entre órgãos públicos. Essa ferramenta fortalece a governança e reforça o compromisso do Estado com o reconhecimento e a valorização dos povos originários”, avalia o secretário Ronaldo Dimas. ■

VEM AÍ:



II CONGRESSO CONSEPLAN



5 a 7 de maio de 2026

Centro Internacional de
Convenções do Brasil

Planejamento e Governança Federativa para o Desenvolvimento Nacional

De 5 a 7 de maio de 2026, gestores públicos (municipais, estaduais e federais), pesquisadores e profissionais do planejamento de todo o país se reúnem para debater o tema “Planejamento e Governança Federativa para o Desenvolvimento Nacional”, no II Congresso Conseplan que será realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil, no Distrito Federal.

Serão conferências, painéis temáticos, apresentações de artigos e cases estaduais e municipais, promovendo o diálogo e a inovação no planejamento público brasileiro.

RESERVE A DATA E PARTICIPE!

PARA INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE
www.congressoconseplan2026.com.br

Gestão Pública em Transformação!



Como a **Gestão Contratual** está redefinindo a **Gestão Pública** e impulsionando cases de sucesso como na **Governança Hospitalar**.



Islan Barros Almeida ★★★★★

Advogado especialista em Direito Público, Licitações e Contratos



A administração pública avança na digitalização da gestão contratual, superando o modelo manual e suas limitações. Segundo o advogado Islan Barros Almeida, a Plataforma de Gestão de Contratos Públicos (PGCP) centraliza dados, automatiza alertas e garante rastreabilidade, reduzindo riscos e fortalecendo a governança. Para o especialista, a PGCP é mais que um software — é um novo padrão de eficiência e transparência na gestão pública.



Márcio Lima de Almeida ★★★★★

Superintendente Administrativo da Santa Casa de Ruy Barbosa (SCRB)



Com 25 anos na gestão hospitalar, Márcio Lima de Almeida destaca que a eficiência contratual é essencial à governança. Na Santa Casa de Ruy Barbosa, a adoção do PGCP substituiu planilhas e trouxe rastreabilidade, transparência e agilidade. “A tecnologia não substitui o gestor, ela o potencializa”, afirma. Para ele, hospitais do SUS precisam de sistemas digitais integrados. “A eficiência contratual deixou de ser inovação: tornou-se necessidade da governança moderna.”